

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Philipp R. L. Gerhard

*“P.S. A Europa está muito velha”*

-

**A Premência de Renovação imperial e  
a Diplomacia luso-brasileira no Congresso de Viena  
(1814-1815)**

Brasília-DF  
em Novembro de 2017

Philipp R. L. Gerhard

*“P.S. A Europa está muito velha”*

-

**A Premência de Renovação imperial e  
a Diplomacia luso-brasileira no Congresso de Viena  
(1814-1815)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

**Orientador:**

**Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva**

Brasília-DF  
em Novembro de 2017

Philipp R. L. Gerhard

*“P.S. A Europa está muito velha”*

-

**A Premência de Renovação imperial e  
a Diplomacia luso-brasileira no Congresso de Viena  
(1814-1815)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva - UnB-IREL  
Orientador

---

Prof. Dr. Antônio Carlos Moraes Lessa - UnB-IREL

---

Prof. Dr. Peter Johann Mainka - UFSC-CFH

Brasília, 8 de dezembro de 2017.

## Agradecimentos

Por onde começar? Tanto o próprio processo de elaboração quanto as preparações de um trabalho científico envolvem muitas pessoas diferentes. Existem aquelas que contribuem diretamente ao processo, dando ideias, indicando bibliografia, explicando nexos temáticos, afirmando ou rejeitando hipóteses. E existem aquelas pessoas que ajudam com sua mera presença, percebendo quando você está estressado. Parece que o Português Brasileiro tem várias expressões para qualquer forma de socializar-se: tirar alguém da miséria, beber *uma* gelada (que sempre ultrapassará esta quantificação utópica), trocar uma ideia, confraternizar, curtir um barzinho, madrugar, bebemorar, fazer um rolê, bater um papo - e, lógico, o onipresente matar saudades. *Saudades* - que palavra! Saudades do meu Brasil deixou-me a realizar minha candidatura para o IREL em agosto ou setembro de 2015. Saudades da pátria e, sobretudo, da minha família deixaram-me voltar à Alemanha daqui a poucos dias.

O terceiro grupo que tem e sempre terá minha mais profunda gratidão então, é a minha família. Seja que eles não entendem todos os elementos do trabalho científico, e talvez isso nem seja verdadeiro *trabalho* para eles, mas são eles que me acompanham minha vida inteira, são eles que me ensinaram tudo que eu devo saber, e são eles que predeterminaram a maioria do caminho que eu já passei e passarei ainda. Talvez até este estudo pudesse servir como exemplo como meus pais me influenciaram. No início deste processo dediquei-me muito à bibliografia. Queria fazer a bibliografia mais abrangente possível. Um perfeccionista como meu pai. Mas isso me deixou perder muito tempo e, por consequência desagradável, entrava na grande correria. Para conseguir terminar este trabalho ajudava o lado da mãe naquele tempo. Sendo distraído pelas inúmeras formas de socializar-se, a autodisciplina prussiana possibilitava cumprir as tarefas, de dia e a noite. Tem tantas coisas para quais eu devo agradecer a Burkard (nome impronunciável pelo brasileiro) e Elisabeth Gerhard que iriam ultrapassar qualquer limite. Decido então, manter-me calado, bem do jeito francônio.

Outra parente que devo minha estima mais alta é minha querida avó Elfriede Scheller (9 de outubro de 1933 - 20 de outubro de 2017) que faleceu durante a elaboração desta dissertação. Eu queria muito tê-la visto mais uma vez e ela fará muita falta. Os feriados do final do ano não serão as mesmas, sem a sua alegria de viver, sua cordialidade e seu bom humor. Agradeço cada hora que eu podia passar com essa dama maravilhosa e espero que ela tenha

achado eterna felicidade. Ela era da geração mais dura que meu país já testemunhou. Forjada nos fogos cataclísmicos da Segunda Guerra Mundial, essa geração teve que repetir tantas privações nas décadas posteriores e colheu os frutos da paz com gratidão. Mais uma vez *saudades* parece a palavra mais adequada para expressar o que eu sinto da minha avó.

Pretendo também nomear poucos nomes do segundo grupo a qual eu devo gratidão, meus caros amigos de Brasília. São tantos que eu sem dúvidas esqueceria alguém alistando nomes, então, melhor não fazer isso. Agradeço primeiramente aos amigos da *República Bebáda* que tiveram um impacto muito maior do que dividir as contas, dar abrigo e fazer atividades assim indicadas pelo próprio nome. Sempre teve alguém em casa que animou para realizar pelo menos uma dessas formas de se socializar.

Logicamente, pessoas com falhas, mas sobretudo meus co-moradores e os famosos agregados reuniram atributos que eu valorizo muito. São características que não são mais comuns, não chamam tanta atenção no dia o dia, menos ainda quando você convive com elas todos os dias, mas logo por isso merecem ainda mais sendo nomeados. Convivi com pessoas inteligentes, honestas e diferentes. Pessoas com preocupações reais, e não com os probleminhas elitizados reclamando de não ser privilegiado ainda mais. Pessoas que têm noção das realidades diversas do Brasil. Pessoas politizadas, mas não militantes ou hipócritas, que não suprimem opiniões alternativas ou seguem ideologicamente cegas modas acadêmicas. Pessoas que não conversam sobre um assunto só por três horas sem te perguntar algo. Pessoas que me respeitam e que eu respeito. Obrigado meus queridos!

Quem me introduziu a essas pessoas será o primeiro deste segundo grupo que nomearei explicitamente porque ele merece minha gratidão destacada por justamente ter me apresentado ao pessoal e que morou comigo os últimos nove meses: Pedro Leoncio Neto. Foi a primeira amizade que eu fiz em Brasília e a mais duradoura. Foi ele quem suportou minhas chatices alemãs no início da minha estadia em Brasília e, além de ter me apresentado a tantos de seus amigos, ele me ajudou a me estabelecer nessa cidade e até dei minha primeira volta à UnB consigo. Foi ele também que corrigiu muitos dos meus trabalhos durante os primeiros dois semestres - normalmente bem em cima da hora. Muito obrigado por tudo, amigo! Sempre terá casa na Alemanha! Mas não te acha demais agora, Pedrinho! Eu também suportava várias das tuas *peculiaridades*. P. S. Sai da rede e lava a louça!

O segundo coletivo de pessoas nesse grupo que eu devo minha gratidão é a *Polofamília* do Minas Brasília Tênis Clube. Com grande alívio registrei no final de 2015 que ia conseguir praticar meu amado polo aquático em Brasília. Um esporte que pratico há quase 20 anos já e marcou toda minha vida. Evitando normalmente superlativos, asseguro que essa disciplina esportiva não tem comparação. Nenhum outro esporte junta tantas exigências cognitivas, atléticas, táticas, de força, e também de delicadeza. Convivendo com os monstros (e as poucas *monstras*) praticantes desse esporte em Brasília, percebi tantas semelhanças na prática desse esporte, e assim, entre seres humanos apesar de suas origens diferentes. Conhecendo vocês foi um ótimo equilíbrio à esfera acadêmica. Foi um exemplo de camaradagem que provavelmente só se forja disputando campeonatos numa equipe fraternizada. Vou sentir muita falta dos coletivos agitados, das piadas pesadíssimas, do sol que não só uma vez queimou a pele gringa e, logicamente, os churrascos de sábado. Minha gratidão mais estimada, seus malucos! Queria concluir com a frase mais usada na comunidade polo de Brasília, para parabenizar: Paguem o churrasco!

Entre o primeiro grupo de pessoas, os acadêmicos e aquelas pessoas que contribuíram diretamente à elaboração desta dissertação, queria agradecer a Dr. Fabian Fechner, atualmente na FernUniversität Hagen. Ele foi a primeira pessoa que conheci em Tübingen recebendo-me cordialmente, o que me facilitou a tomar a decisão de começar o mestrado em História nessa linda e histórica cidade universitária. Mesmo sendo envolvido com o grande rival argentino, foi um grande prazer te conhecer, Fabian! Muito obrigado por me deixar revisar uns capítulos do seu bebê chamado tese de doutorado e pelas várias dicas que você me deu antes e durante a minha estadia na cidade às margens do Rio Neckar.

Do Rio de Janeiro agradeço o apoio da Dr<sup>a</sup>. Nívia Pombo Cirne dos Santos (UERJ), experta sobre D. Rodrigo de Sousa Coutinho, personagem de grande impacto para a diplomacia luso-brasileira no final do século XVIII e início do século XIX. Além disso ela me deu uma valiosa explicação sobre como entender os dois partidos da Corte real portuguesa. Da mesma universidade agradeço a Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho que pesquisa sobre o irmão de D. Rodrigo, D. Domingos de Sousa Coutinho, que tinha um impacto ainda maior para o Congresso de Viena.

No âmbito da Universidade de Brasília, que me deu abrigo acadêmico por quase dois anos e que ampliou muito a minha visão, tanto sobre o Brasil quanto sobre o mundo, agradeço às várias pessoas não-conhecidas e muitas vezes esquecidas nos agradecimentos, mesmo que

eles sejam indispensáveis para qualquer funcionamento científico. Agradeço aos funcionários da biblioteca que me emprestaram vários livros; aos empregados do Restaurante Universitário que alimentam tantos estudantes com comida saudável e barata; agradeço à segurança que guarda os prédios e os alunos; agradeço os faxineiros que mantêm os prédios limpos. Sobretudo, e generalizando, agradeço ao povo brasileiro! Os seus impostos não só pagam os professores que me ensinaram, mas também o pessoal nomeado em cima, os prédios onde tive aulas e também a energia que iluminou, pelo menos, as salas de aula. Ainda mais como estrangeiro estou em débito para honrar esse investimento pelo bem recíproco.

Nesse contexto também agradeço ao Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) pela grande honra de ter sido selecionado como bolsista integral dessa agência e pelo generoso apoio da minha estadia em Brasília. Provarei que esse investimento também valeu a pena. A Alemanha e o Brasil complementam-se em muitos fatores. Devemos aproveitar das nossas sinergias.

Explicitamente gostaria de agradecer a Caroline Morais e a Vanessa Bottazzini pela paciência nos processos administrativos e por nunca ter dado uma *bronca burocrática* tão comum nas batalhas de papéis. Agradeço ao professor Dr. Antônio Carlos Moraes Lessa cujas aulas no segundo semestre de 2016 alegraram minha rotina acadêmica. Espero que as *perplexidades* ligadas à minha dissertação cheguem ao fim com a entrega da sua versão definitiva. Além do senhor gostaria de expressar minha gratidão profunda ao meu orientador e diretor do IREL, professor Dr. José Flávio Sombra Saraiva, sobretudo por ter me aceito como seu orientado. Não escolhi um *tema fácil*, nem era fácil o caminho da sua elaboração. Agradeço a paciência e a motivação do senhor, as várias dicas não só sobre o mero processo de elaboração e desenvolvimento do trabalho, mas também sobre o seu procedimento técnico. Muito obrigado também pelas explicações do conceito de autonomia, elemento crucial na minha dissertação.

Afinal de contas, queria voltar à minhas raízes acadêmicas, à Universidade de Würzburg na cidade onde nasci. Gostaria de agradecer ao Professor Dr. Dietmar Grypa que deu o impulso mais importante a esse trabalho, nomeadamente o primeiro. Lembro bem aquela aula no semestre de verão de 2014, o primeiro semestre depois do meu intercâmbio na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Eu reclamando que praticamente não existe literatura sobre a diplomacia portuguesa em Viena, ele respondeu estoicamente: “agora você tem uma tarefa científica!” Além disso, agradeço às várias dicas, conversas interessantes e indicações que o senhor me deu. Especialmente o segundo capítulo dando ênfase muito grande aos dignitários envolvidos providenciou espaço interpretativo para o mantra do senhor: “ciência não acontece num vácuo”.

O professor que, sem dúvidas, tem o maior mérito para a minha vida brasileira e assim também para essa dissertação, é da mesma universidade e atualmente também em serviço como docente visitante na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Conheço-o desde o primeiro semestre da graduação, oferecendo uma das poucas matérias sobre história extra-europeia. Com grande paciência e competência ele deu aulas e até organizou uma excursão ao sul do Brasil. E justamente com essa excursão pisei pela primeira vez em terra brasileira. Foi ele também que me empurrou, ainda indeciso, a fazer o intercâmbio em Maringá. Uma decisão que eu nunca me arrependi. Durante esses oito meses no norte do Paraná aprendi português e me apaixonei pelo Brasil. Com certeza ele já sabia antes que isso ia acontecer. Ele estabeleceu os contatos lá e contribuiu destacadamente que eu fosse recebido muito bem nessa universidade. Nesse contexto gostaria de agradecer ao professor César de Alencar Arnaut de Toledo, por seus vários esforços na preparação e durante minha estadia em Maringá (e também pelo melhor bacalhau do norte do Paraná!). Mesmo que eu passasse pouco tempo em Würzburg nos últimos três anos, esse professor sempre acompanhava meus estudos, revisava meus trabalhos e até emprestava livros da sua notável biblioteca privada. Desta vez no Brasil, ele até viajou por conta própria de Florianópolis para Brasília para participar *ao vivo* como terceiro membro da banca na minha defesa. É difícil expressar tanta gratidão. Mas queria dedicar essa dissertação, mesmo não sendo uma obra-prima, a você. Muito obrigado, professor Dr. Peter Johann Mainka!

## Danksagungen

Als einer von sehr wenigen regulären deutschen Studenten an einer brasilianischen Hochschule habe ich natürlich einigen Menschen von diesseits und jenseits des Atlantiks zu danken. Da nicht alle der wunderschönen portugiesischen Sprache mächtig sind, soll daher auch noch eine sachgemäße Übersetzung den *Agradecimentos* nachgestellt sein, auch wenn dies bei einer deutschen Masterarbeit nicht üblich wäre. Also auf ein Neues: Wo soll man da anfangen? Sowohl beim eigentliche Anfertigungsprozess, als auch bei den Vorbereitungen einer wissenschaftlichen Arbeit sind zahlreiche Personen beteiligt. Dabei gibt es diese, die direkt an meiner Abschlussarbeit mitgewirkt haben, bspw. als Ideengeber, dadurch, dass sie mir Literatur vorgeschlagen haben, thematische Verknüpfungen hergestellt haben, Hypothesen verifiziert oder abgelehnt haben. Dann gibt es aber auch noch jene, die durch ihre bloße Präsenz geholfen haben, als es darum ging, mich in der ein oder anderen dunklen Stunde abzulenken, aufzumuntern oder, die Allzweckwaffe, das trinken zu gehen, was in Brasilien als *Bier* bezeichnet wird (liebe deutschsprachige Brasilianer: ich konnte es mir nicht verkneifen).

Die dritte Gruppe, der ich stets tiefste Dankbarkeit entgegengebracht habe und entgegenbringen werde ist meine Familie. Es mag sein, dass diese Abschlussarbeit für sie keine wirkliche, handfeste *Arbeit* darstellt und vielleicht werden sie nicht alle Teile im Kaleidoskop einer wissenschaftlichen Arbeit sehen. Es ist aber meine Familie, und v. a. meine Eltern, die mich mein ganzes Leben lang begleitet haben, dir mir alles beigebracht haben, was ich wissen musste und die einen Großteil meines Weges vorbestimmt haben. Vielleicht kann sogar diese vorliegende Studie als Beispiel dazu dienen, wie mich meine Eltern beeinflusst haben. Am Anfang des Arbeitsprozesses widmete ich mich äußerst genau der Bibliographie und ich wollte soviel Quellen und Sekundärliteratur wie möglich zusammenstellen. Ein Perfektionist wie mein Vater. Nur hat mich dies sehr viel Zeit gekostet und so kam der Abgabetermin schneller näher als mir lieb war. Um aber dennoch die Arbeit fertigstellen zu können half dann der Einfluss mütterlicherseits. Trotz den zahlreichen *brasilianischen Ablenkungen*, also die vielfältigen Formen Zeit miteinander oder nebeneinander zu verbringen, ermöglichte es mir preußische Selbstdisziplin meine Aufgabe am Tage und in der Nacht zu erfüllen. Es gibt noch so vieles, was ich euch, Elisabeth und Burkard (ein unaussprechlicher Name für meine teuren Brasilianer)

Gerhard zu verdanken habe, was jegliche Begrenzung sprengen würde. Ich verbleibe daher lieber in alter fränkischer *Maulaffigkeit* schweigend.

Einer anderen Verwandten, der ich hier meine größte Hochachtung zollen möchte ist meine liebe Oma Elfriede Scheller (9. Oktober 1933 - 20. Oktober 2017), die während der Ausarbeitung dieser Arbeit verstarb. Die Feiertage am Jahresende werden ohne ihre Lebensfreude, ihren Frohsinn und ihren Witz nicht die selben sein und sie wird sehr fehlen. Ich danke für jede Stunde, die ich mit dieser wunderbaren Dame verbringen durfte und hoffe inständig, dass sie nun ewiges Glück gefunden hat. Sie war aus der härtesten Alterskohorte, die dieses Land jemals bezeugt hat. Geschmiedet in den weltzerstörenden Feuern des Zweiten Weltkrieges hatte diese Generation in den Jahrzehnten danach so viele Entbehrungen nachzuholen, dass sie die Früchte des Friedens mit ruhiger Zufriedenheit genossen. Ich denke das einzigartige Wort *saudades* der portugiesischen Sprache trifft es am besten, was ich nach ihr empfinde.

Auch innerhalb meiner guten Freunde aus Brasília, der zweiten Gruppe der ich meinen Dank schulde, möchte ich kaum Namen nennen. Es sind glücklicherweise so viele, dass wenn ich sie alle auflisten wollen würde, ich bestimmt jemand vergessen würde. Zu allererst danke ich meinen Freunden aus der *WG Bebáda*, die einen deutlich größeren Einfluss auf mich hatten, als bloß die Rechnungen zu teilen, ein Dach über dem Kopf zu geben oder den feuchtfrohlichen Zusammenkünften zu frönen, die der WG-Name suggeriert. Es gab immer jemand, der da war.

Natürlich sind es Menschen mit Fehlern und Lastern, aber über all dem vereinigten meine Mitbewohner und die berühmten *Agregados* Eigenschaften, die ich sehr schätze. Es sind Charakteristika die leider nicht mehr als gewöhnlich gelten, aber die man dennoch im Alltag als selbstverständlich erachtet. Und gerade deswegen sollten sie aufgeführt werden. Ich hatte das große Privileg mit intelligenten, aufrichtigen und unterschiedlichen Personen zusammen wohnen zu dürfen. Leute mit realen Problemen und nicht mit Problemchen der Elite, die lamentierte, dass sie nicht noch privilegierte sei als sie ohnehin schon ist. Leute, die eine Ahnung über die verschiedenen Realitäten Brasiliens haben. Politisierte, aber keine militanten und heuchlerischen Leute, die eine alternative Meinung nicht widersprüchlich unterdrücken und in peinlicher ideologischer Blindheit akademischen Trends folgen. Leute, die sich nicht drei Stunden lang über das ein oder andere Problemchen einig sind und dabei meinen zu diskutieren. Es sind Personen die mich respektieren, und die ich respektiere. Vielen Dank, meine lieben!

Den Namen aus dieser Gruppe, den ich nennen möchte ist jemand, den ich meinen besonderen Dank schulde, v. a. dafür, dass er mich diesen tollen Menschen vorgestellt hat: meinem Mitbewohner Pedro Leoncio Neto. Mit ihm schloss ich die erste Freundschaft in Brasília und die am längsten anhaltende. Es war er, der meine anfänglichen germanischen Seltsamkeiten ertrug und mich dennoch den meisten seiner Freunde vorstellte. Er hat mir dabei geholfen mich in Brasília zurechtzufinden und hat mich zum ersten Mal mit an die UnB begleitet. Es war auch er, der im ersten Jahr viele meiner Arbeiten korrigiert hatte - und das normalerweise zu unmöglichen Uhrzeiten, kurz vor deren Abgabe. Vielen Dank, mein Freund! Aber bilde dir bloß nicht zu viel darauf ein. Ich habe auch viele deiner *Besonderheiten* ertragen. Also steige aus der Hängematte und spüle endlich das schmutzige Geschirr!

Das andere Personenkollektiv dieser zweiten Gruppe von Freunden aus Brasília, ist meine *Wasserballfamilie* des Minas Brasília Tênis Clube. Mit großer Freude habe ich Ende 2015 erfahren, dass es mir möglich sein wird, meinen geliebten Sport auch in Brasília ausüben zu können. Ein Sport, den ich mittlerweile seit fast 20 Jahren praktiziere und der daher mein ganzes Leben geprägt hat. Normalerweise versuche ich Superlative zu vermeiden, aber diese Sportart hat keinen Vergleich. Keine andere Disziplin stellt in der Summe so viele Anforderung von kognitiven Fähigkeiten, Athletik, Geschicklichkeit und roher Kraft an den Organismus wie der Wasserballsport. Durch das Zusammenleben mit den Wasserballern in Brasília, den *monstros* (und den wenigen *monstras*), wurde mir nur noch einmal bewusst, wie ähnlich der Wasserball in beiden Nationen trainiert und gelebt wird - und dadurch wie sehr wir uns ähneln, trotz unterschiedlicher Herkunft. Euch kennengelernt zu haben war der optimale Ausgleich zur akademischen Sphäre. Es war ein Beispiel für Kameradschaft, die so wahrscheinlich nur in einer Mannschaft zusammengeschweißt wird, die gemeinsam Wettkämpfe bestritten hat. Ich werde sehr die aufgeheizten Trainingsspiele, den stets sehr nahe an der Gürtellinie verlaufenden Schabernack, die Sonne, die mehr als einmal die Gringohaut verbrannt hat und natürlich auch die samstäglichen Churrascos vermissen.

Unter den Personen der ersten Gruppe, den Akademikern und diejenigen die direkt an meiner Abschlussarbeit mitgewirkt haben, gibt es sehr viele zu nennen. Ich danke Dr. Fabian Fechner, aktuell an der FernUniversität Hagen. Er empfing mich sehr herzlich bei meinem ersten Besuch in Tübingen, war daher die erste Bekanntschaft im schönen Neckarstädtchen, zeigte mir die wichtigsten Plätze und schreckt mich nicht durch einen Besuch in der Mensa

Wilhelmstraße ab. V. a. durch diesen ersten, mehr als warmen Eindruck fiel meine Entscheidung dann auch auf die Universität Tübingen, an der ich drei schöne und lehrreiche Semester verbringen durfte. Und auch wenn Du Dich persönlich mehr mit dem *Erbfeind* von jenseits des Río de la Plata abgibst, war es eine große Freude Dich kennengelernt zu haben! Vielen Dank dafür, dass Du mir sogar ein paar Kapitel Deines Babys genannt Dissertation zum Gegenlesen anvertraut hast und für die vielen Hinweise, die Du mir vor und während meines Aufenthaltes in Tübingen mit auf den Weg gegeben hast.

Aus Rio de Janeiro danke ich der Hilfe von Dr. Nívia Pombo Cirne dos Santos (UERJ), der Expertin über D. Rodrigo de Sousa Coutinho, einer der Personen mit großem Einfluss auf die luso-brasilianische Diplomatie am Ende des 18. und Beginn des 19. Jahrhunderts. Daneben gab sie mir eine wertvolle Erklärung, wie die beiden portugiesischen Hofparteien zu verstehen sind. Von der gleichen Universität bedanke ich mich bei Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho, die über D. Rodrigos jüngeren Bruder, D. Domingos, forscht, welcher wiederum eine größere Bedeutung für den Wiener Kongress hatte.

Aus dem Umfeld der Universidade de Brasília, meiner akademischen Heimat für fast zwei Jahre, möchte ich mich zunächst bei denjenigen unbekanntenen Personen bedanken, die in Danksagungen oftmals übergangen werden, auch wenn sie für jeglichen wissenschaftlichen Betrieb unentbehrlich sind. Ich bedanke mich bei den Bediensteten der Bibliothek, die mir meist nicht wenige Bücher ausliehen, bei den Mitarbeitern der Mensa, die so viele Studenten mit günstigem und gesunden Essen versorgen, ich bedanke mich bei den Sicherheitskräften, die auf die Einrichtungen und auf die Studenten aufpassen, und ich bedanke mich bei den Reinigungskräften, die die Universitätsgebäude sauber halten. Alles in allem bedanke ich mich beim brasilianischen Volk! Eure Steuern bezahlen nicht nur die Dozenten, sondern auch die oben genannten Arbeitskräfte, die Gebäude, in denen ich an Kursen teilnahm und den Strom, der zumindest die Räumlichkeiten erleuchtete. Nur noch einmal mehr als Ausländer stehe ich tief in der Schuld Brasiliens und möchte diese Investition für das gegenseitige Wohl in Ehren halten.

In diesem Zusammenhang möchte ich auch dem Deutschen Akademischen Austauschdienst (DAAD) für die große Ehre danken, als Vollstipendiat dieser Institution aufgenommen worden zu sein und dadurch eine großzügige Förderung erhalten zu haben. Auch hier möchte ich beweisen, dass das dafür ausgegebene Steuergeld sich lohnen wird. Deutschland und Brasilien vervollständigen sich in sehr vielen Punkten hervorragend. Wir sollten unsere Synergien nutzen!

Explizit möchte ich mich bei Caroline Morais und Vanessa Bottazzini für deren Geduld bei den zahlreichen Verwaltungsaufgaben bedanken, und dafür, dass sie mir niemals den allseits verschrienen bürokratischen Stempelhieb verpasst haben. Ich bedanke mich bei Dr. Antônio Carlos Moraes Lessa, dessen Kurs im zweiten Semester 2016 meine akademische Routine deutlich erhellt hatte. Daneben möchte ich meinen tiefen Dank an meinen Betreuer und Direktor des Instituts für Internationale Beziehungen der UnB, Dr. José Flávio Sombra Saraiva, zum Ausdruck bringen. V. a. darüber, dass er mich als seinen Schützling für die letzte Arbeit akzeptiert hat. Weder mein Thema, noch der Weg zur Verteidigung war alles andere als einfach. Ich danke für Ihre Gelassenheit und Motivation, für die zahlreichen Hinweise rund um die Anfertigung der Arbeit und deren Entwicklung, als auch über den formellen Verlauf. Ebenso vielen Dank für die Erklärungen über das Autonomiekonzept, eines der wichtigsten Elemente meiner Abschlussarbeit.

Zum Schluss möchte ich gerne zu meinen akademischen Wurzeln zurückkehren, an die Ludwigs-Maximilians-Universität Würzburg, meiner Heimatstadt. Großen Dank schulde ich Professor Dr. Dietmar Grypa, der dieser Arbeit den ersten, und damit ihren wichtigsten Impuls gab. Ich erinnere mich noch sehr gut an jene Sitzung im Vertiefungsmodul über den Wiener Kongress am Anfang des Sommersemesters 2014, dem Semester nach meinem Aufenthalt an der Universidade Estadual de Maringá (UEM) und auch das letzte in Würzburg. Auf mein Genörgel darüber, dass keine Sekundärliteratur über die portugiesische Diplomatie auf dem Wiener Kongress aufzutreiben sei, erwiderte er stoisch: „dann habe Sie jetzt einen Forschungsauftrag, Herr Gerhard!“ Daneben danke ich für die interessanten Gespräche, Ratschläge und Hinweise. Vor allem bei der Ausarbeitung des zweiten Kapitels über die involvierten Würdenträger musste ich oft an eines Ihrer vielzitierten Aussprüche denken: „Wissenschaft findet nicht im luftleeren Raum statt.“ Diplomatie auch nicht.

Derjenige Dozent mit dem größten Verdienst an meiner *Brasilianisierung* und dadurch auch an meinem erneuten Auslandsaufenthalt in Brasília, ist ebenfalls an der Universität Würzburg beheimatet, aktuell aber auch als Gastdozent an der Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) in Florianópolis tätig. Ich kenne ihn seit meines ersten Semesters der Graduation und war damals (und heute) sehr dankbar in einem Basismodul einen Blick jenseits der fränkischen Kirchtürme werfen zu dürfen. Er gibt mit großer Kompetenz und Geduld seine Veranstaltungen und organisierte 2012 eine Exkursion in den Süden Brasiliens. Und genau mit dieser Exkursion betrat ich zum ersten Mal brasilianischen Boden. Es sollte auch er sein, der mein damals noch unentschlossenes Ich wohlwollend ansah, den Auslandsaufenthalt in Maringá zu absolvieren. Ein Entschluss, den ich zu keiner Zeit bereute. Während dieser acht

Monate in Paraná habe ich richtig Portugiesisch gelernt und mich in Brasilien verliebt. Dass dies passieren würde hatte er mit Sicherheit schon vorher geahnt. Im Vorfeld hatte er mit den entsprechenden Kontakten den Weg geebnet und dadurch maßgeblich beigetragen, dass ich so gut an dieser Universität empfangen wurde. In diesem Zusammenhang danke ich auch sehr herzlich Prof. César de Alencar Arnaut de Toledo für dessen unermüdlichen Einsatz (und auch für den besten Stockfisch in ganz Nordparaná!). Auch wenn ich in den letzten drei Jahren wenig Zeit in Würzburg verbracht habe, begleitete dieser Dozent stets mit Rat, Tat und konstruktiver Kritik mein Studium, las die ein oder andere Arbeit (meist mit Brasilien-Bezug) gegen und entlieh mir sogar Literatur aus seiner mittlerweile bemerkenswerten Privatsammlung. Bei diesem Mal in Brasilien scheute er keine Mühen und Kosten und reiste von Florianópolis nach Brasília, um als zweiter Beisitzer an meiner Verteidigung vor Ort teilnehmen zu können. Es ist schwierig so viel Dankbarkeit in Worte zu fassen. So möchte ich Dir diese Arbeit, auch wenn es kein Meisterwerk sein mag, widmen. Vielen Dank für alles, Dr. Peter Johann Mainka!

Ao professor Dr. Pedro João Mainka  
*Tocha cultural* alto-palatinense na Baixa Francónia

## Resumo

A relevância do Congresso de Viena (1814-1815) tanto para a história portuguesa quanto para a brasileira ainda é pouco estudada mesmo que a reunião diplomática decidisse muito mais para o Império luso-brasileiro que a mera pacificação da Europa pós-napoleônica.

A manutenção quase ininterrupta do tráfico negreiro, essencial para a *plantocracia* brasileira, era o maior sucesso da delegação portuguesa e uma reclamação visível da *autonomia decisória* perante a prepotência britânica. A delimitação das duas Guianas ao norte e as ambições reforçadas à região da Prata no sul mostraram a importância e preocupação dada a fronteiras estáveis para a nova sede da monarquia portuguesa no Brasil. A restituição (des)esperada da Olivença, pequeno território fronteiriço sem crédito geoestratégico, e ocupada pela Espanha durante a Guerra Peninsular, assim aparentemente não chamou tanta atenção? Devastado pela guerra e simbolicamente subordinado ao Brasil, a situação em Portugal estava perigosa e ao menos a retomada da Olivença deveria servir de *prêmio de consolação*.

Os dignitários no Rio de Janeiro, porém, estavam até prestes a desistir dessa praça limítrofe para não sendo obrigados a conceder à Grã-Bretanha autoridade sobre Cacheu e Bissau, possessão na costa ocidental africana. Mais que os outros, este caso mostra que os interesses periféricos e os metropolitanos do Império luso-brasileiro as vezes até ficaram sendo contraditórios entre si e dividiram o corpo diplomático.

Enquanto isso, o representante francês no Congresso propôs elevar o Brasil em categoria do Reino equiparando-o até formalmente com Portugal. De fato, porém, o Brasil já tinha uma trajetória maior para o Império cuja *reBuilding* entrou em prática com a chegada da Corte real no Rio de Janeiro. No palco diplomático, a apresentação da nova imagem imperial era acompanhada por um *léxico autonomista* que aspirava a emancipar-se da tutela britânica. Já antes da *Independência* do Brasil então, havia uma tendência na política externa do Império de priorizar a parte americana. Diminuindo o impacto incisivo de 1822, percebemos um padrão de continuidade entre a diplomacia luso-brasileira no Congresso de Viena e a Política Externa Brasileira nas suas primeiras décadas.

**Palavras-chaves:** Congresso de Viena (1814-5); Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-22); Era joanina (1808-21); História das Relações Internacionais; Política Externa Brasileira (PEB); Política Externa Portuguesa

## Abstract

The relevance of the Congress of Vienna (1814-1815) for both Brazilian and Portuguese history is still not profoundly studied. The diplomatic meeting has decided, for sure, a lot more to the Luso-Brazilian Empire than solely the pacification of post-napoleonic Europe.

The almost uninterrupted maintenance of the slave traffic, essential for the Brazilian *plantocracy*, was the biggest Portuguese commission's success and a clear claim for the autonomy of decision before the British prepotency. To delimit both Guianas to north and the reinforced ambitions towards the Prata region to the south showed the importance given to stable frontiers for the new royal domicile in Brazil. Did the desperate restitution of Olivença, a small territory liminary without geostrategic credit and occupied by Spain during the Peninsular War, really earned that attention? But it did. Devastated by the war and symbolically subordinated to Brazil Portugal's situation at stake. Thus, the recovery of the Olivença territory should at least be a consolation prize.

However, Rio de Janeiro's dignitaries were about to give up this region for not being obliged to grant Great Britain authority over Cacheu and Bissau, both on the African west coast. Specifically, this situation, with its periphery and metropolitan interests, shows, more than the other two cases, the potentially contradictory relation between both and therefore growing controversies between the diplomatic commission.

Meanwhile, the French delegate at the Congress proposed the elevation of Brazil to a Kingdom, being formally equal even to Portugal. In fact, Brazil was already playing a key role on the scheme since the arrival of the Royal Court in Rio de Janeiro. On the diplomatic stage, the presentation of the new imperial image was followed an autonomic diction that also desired to emancipate itself from the British paternalism. Even before Brazil's *independency* the Império's foreign policy had the tendency to prioritize his American part. there was an external political tendency from the Empire to prioritize the American part. Decreasing the incisive impact from 1822 we may see a pattern of continuity among the Portuguese-Brazilian diplomacy at the Congress of Vienna and during the first decades of Brazilian Foreign Policy.

Key-words: Congress of Vienna (1814-5); United Kingdom of Portugal, Brazil and Algarves (1815-22); Joanine Age (1808-21); History of International Relations; Brazilian External Policy (PEB); Portuguese External Policy

## Zusammenfassung

Die Bedeutung des Wiener Kongresses (1814-1815) ist sowohl für die portugiesische als auch für die brasilianische Geschichte nur unzureichend erforscht, obwohl jene diplomatische Zusammenkunft deutlich mehr für das luso-brasilianische Reich bedeutete als die bloße Befriedung des post-napoleonischen Europas.

Als größter Erfolg der portugiesischen Delegation konnte der Sklavenhandel beinahe ungestört fortgeführt werden. Unabdingbar für die brasilianische Plantokratie und sichtbare Rückforderung der (*Entscheidungs-*)*Autonomie* von der britischen Vormacht. Die Grenzziehung zwischen den beiden Guyanas im Norden und der erneute Griff nach der Prataregion im Süden zeigten die neue Bedeutung eines zweifelsfreien Grenzverlaufs, um keine Bedrohung für den neuen Sitz der portugiesischen Monarchie in Brasilien erwachsen zu lassen. Wurde der Restitution des Olivença, einem kleinen, geostrategisch bedeutungslosen Grenzgebiet, das während des Halbinselkrieges von Spanien annektiert worden war, folglich also weniger Aufmerksamkeit zuteil? Verwüstet durch den Krieg und symbolisch Brasilien untergeordnet blieb die Lage in Portugal gefährlich und so sollte zumindest die Rückgewinnung des Olivença als *Trostpreis* dienen.

Die Würdenträger in Rio de Janeiro jedoch, waren sogar gewillt, auf diesen Grenzort zu verzichten, um nicht dazu gezwungen zu sein, das westafrikanische Territorium Cacheu und Bissau unter britische Autorität zu stellen. Dieser Fall zeigt mehr noch als die anderen, dass die peripheren und metropolitanen Interessen innerhalb des luso-brasilianischen Império bisweilen widersprüchlich waren und das diplomatische Korps spalteten.

Vor diesem Kontext schlug der französische Vertreter auf dem Kongress vor, Brasilien in die Kategorie eines Königreiches zu erheben, was es nun also auch formell mit Portugal gleichsetzte. Faktisch hingegen, hatte Brasilien bereits eine höhere Tragkraft für das Império dessen *reBuilding* praktisch durch die Ankunft des Königshofes in Rio de Janeiro in Kraft trat. Auf diplomatischem Parkett wurde das Bild des neuen Império von einer dezidiert *autonomistischen Lexik* begleitet, womit versucht wurde sich von der britischen Bevormundung zu emanzipieren. Es gab also bereits vor der *Unabhängigkeit* Brasiliens bereits eine Tendenz in der Außenpolitik des Impérios, die den amerikanischen Reichsteil begünstigte. Zwischen der luso-brasilianischen Diplomatie auf dem Wiener Kongress und den ersten Jahrzehnten brasilianischer Außenpolitik bestand ein Kontinuitätsmuster, das den Zäsurcharakter des Jahres 1822 schmälert.

Schlagwörter: Wiener Kongress (1814-5); Vereinigtes Königreich von Portugal, Brasilien und der Algarve (1815-22); Ära Joanina (1808-21); Geschichte der Internationalen Beziehungen; Brasilianische Außenpolitik (PEB); Portugiesische Außenpolitik

# SUMÁRIO

<b>Introdução: As Trajetórias americanas do Congresso de Viena .....</b>	<b>21</b>
--	-----------

<b>1 Retirada ao Futuro: Ideias imperiais para o Reino descendente.....</b>	<b>28</b>
---	-----------

<b>2 Servindo o Império ou só o Brasil? Os Portadores de Decisões nas Relações Exteriores .....</b>	<b>34</b>
---	-----------

2.1 No Rio de Janeiro .....	37
-----------------------------	----

2.1.2 D. João VI, Príncipe Regente .....	39
--	----

2.1.2 D. Fernando José de Portugal, Conde de Aguiar.....	42
--	----

2.1.3 D. António de Araújo e Azevedo, Conde da Barca.....	44
---	----

2.2 Em Londres .....	47
----------------------	----

2.2.1 D. Domingos de Sousa Coutinho, Conde do Funchal .....	48
---	----

2.3 Em Viena.....	50
-------------------	----

2.3.1 D. Pedro de Sousa Holstein, Conde de Palmela .....	52
--	----

2.3.2 D. Joaquim Lobo da Silveira, posterior Conde de Oriola .....	56
--	----

2.3.3 D. António de Saldanha da Gama, posterior Conde do Porto Santo .....	59
--	----

2.3.4 Ambrósio Joaquim dos Reis .....	61
---------------------------------------	----

### **3 A (Re-)Inserção externa do Império luso-brasileiro em 1814-1815 ..... 65**

3.1 Em Caso de Dúvida para o Brasil: as Instruções para o Congresso de Viena .....65

3.2 Um Protetorado inglês: o Desprezo na Primeira Paz de Paris (30 de maio de 1814) .....78

3.3 Procurando o Consenso inexecutável com a Europa.....82

3.3.1 Questão escravocrata .....83

3.3.2 Questão territorial e limítrofe .....91

3.3.2.1 Do Oiapoque ao Rio de Prata: Delimitando o novo Império .....91

3.3.2.2 “*se consegue cousa alguma que lisonjeie o seu amor próprio*”: a (des)esperada Restituição da Olivença como Prêmio de Consolação para Portugal.....98

3.4 “*Nam suppunho que haja aqui muito dizer para nós*”: a Segunda Paz de Paris (20.11.1815) .....102

**Conclusão: O outro Reino Unido (ou desunido)..... 106**

**Anexo ..... 112**

**Fontes ..... 114**

**Bibliografia ..... 115**

## Introdução: As Trajetórias americanas do Congresso de Viena

“[...] os verdadeiros interesses da Monarquia particularmente das duas principais partes que a compoem, isto he, Portugal e o Brazil, cuyos interesses reciprocos se devem zelar com a maior igualdade para os conservar na mais perfeita união.<sup>1</sup> \*

- Ambrósio Joaquim dos Reis, 30 de maio de 1815.

Em 1807, a guerra causada pelas perturbações revolucionárias que cobrara a inteira Europa, veio até o extremo ocidente do continente e provocou lá um singular evento da história europeia. Pouco antes as tropas napoleônicas chegaram em Lisboa a Corte real içou as velas para o Brasil. Pela primeira vez, um soberano europeu deixou atrás o berço da sua dinastia para se estabelecer nos seus vastos domínios ultramarinos. Era um salto no desconhecido, sem precedentes, mas impulsionava uma alteração profunda da antiga relação entre metrópole e periferia que não podia ser revertida.

Por muito tempo, a monarquia portuguesa não era afligida tanto pelo conflito que era mais limitado à Europa Central. O historiador português ALEXANDRE indicou na sua obra principal *Os Sentidos do Império*<sup>2</sup> a terminologia vulnerabilidade para designar o período do último terço do século XVIII até 1807 do Império português. Delimitando-se de percepções dessa época que atestaram Portugal uma decadência ou crise, como p. ex. NOVAIS<sup>3</sup> na sua célebre obra *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* ou ARRUDA<sup>4</sup>, ALEXANDRE observou um crescente comércio e uma sutil emancipação da predominância inglesa. Mesmo assim, esse sistema era permanentemente vulnerável por fatores externos e, no final das contas, desintegrou-se por causa destes.

Após a queda de Napoleão, a França fazia as pazes com as potências da sexta coligação e iniciaram-se as negociações que devia pôr fim aos conflitos sangrentos que paralisaram o continente há quase 20 anos. Ainda em Paris, no Primeiro Tratado de Paz foram devolvidas as

---

<sup>1</sup> António Joaquim dos Reis para António de Araújo e Azevedo, 30.05.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002023.

\* Observação: Geralmente, os citados no andamento do texto serão adaptados à ortografia atual. Caso houver uma tradução já feita ao português, seria a preferida do original noutra língua.

<sup>2</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, esp. Parte II, Cap. 1 *Um Sistema vulnerável- O Império face às Convulsões internacionais*, pp. 93-164.

<sup>3</sup> NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo<sup>5</sup>: Hucitec, 1989.

<sup>4</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade: 'Decadência ou Crise do Império luso-brasileiro- o novo Padrão de Colonização do Século XVIII.' *Revista USP* (n. 46, jun-ago 2000, pp. 66-78).

conquistas territoriais da França, mas, em contrapartida, também os territórios originários que a França havia perdido. Antes de terem voltados à capital francesa no final de 1815, no Congresso de Viena foram negociados não só assuntos ligados à cessão das hostilidades com a França.

Uma nova ordem política do continente era elaborada, e baseada nela, devia florescer um sistema de paz estável. No andamento do Congresso houve, em geral, dois discursos: o primeiro concentrou-se nos problemas europeus, os quais tornaram-se, porém, a médio e longo prazo, os pontos de partida para questões globais; o segundo discurso era dirigido aos problemas fora da Europa, os quais foram, porém, como logo se revelou, entrelaçados diretamente com a reorganização do continente. Assim, por exemplo a chamada Santa Aliança entre a Áustria, Prússia e Rússia foi forjada para combater insurgências de cunho revolucionário, mas logo tornou-se a uma ameaça fantasma para as independências dos antigos vice-reinados espanhóis da América Latina.<sup>5</sup>

Além do artigo citado acima, a pesquisa da dimensão global do Congresso de Viena é nova. A historiografia *tradicional* é dominada pelas grandes questões europeias como p. ex. a Questão Alemã e Italiana, o princípio de legitimidade ou a unificação polonesa. Até os estudos convencionais em Portugal ou no Brasil subordinam-se à essa visão eurocêntrica, ignorando a abrangente importância dos assuntos negociados em Viena.<sup>6</sup> Finalmente, em comemoração do bicentenário do Congresso de Viena, a trajetória global, especialmente a americana, recebeu um estímulo decisivo pelo encontro *The Congress of Vienna and its Global Dimension* que se uniu justamente na cidade de Danúbio em setembro de 2014.

Além de várias contribuições para o impacto do Congresso à América Espanhola e às possessões francesas, especialmente a Santo Domingo, a diplomacia luso-brasileira não era consagrada.<sup>7</sup> Geralmente, a pesquisa dessa reunião diplomática tão crucial tanto para a história brasileira quanto para a portuguesa, encontra-se hibernando ainda. Tocando a matéria, ainda em estudos recentes, frequentemente a obra clássica, senão arcaica, de LIMA<sup>8</sup> é citado. Escrito

---

<sup>5</sup> KOSSOK, Reinhard. *Im Schatten der Heiligen Allianz. Deutschland und Lateinamerika, 1815-1830. Zur Politik der deutschen Staaten gegenüber der Unabhängigkeitsbewegung Mittel- und Südamerikas*. Berlin: Akademie-Verlag, 1964.

<sup>6</sup> p. ex. CORREIA, Maldonado. 'O Congresso de Viena - Fórum da Diplomacia Conservadora no Refazer da Carta europeia.' *Nação e Defesa* (ano XIX, n. 69, jan-mar 1994, pp. 37-66).

<sup>7</sup> ADHILAC (Org.). 'The Congress of Vienna and its Global Dimension. Book of Abstracts.' *International Bicentenary Conference. 11<sup>th</sup> international ADHILAC meeting*, University of Vienna: 18-22 September 2014.

<sup>8</sup> LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil, 1808-1821 (2 vols.)*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1908.

em 1908, *Dom João VI no Brazil* há sem dúvidas um caráter pioneiro e foi minuciosamente elaborado. Geralmente confiável, o trabalho típico pela historiografia nacional-liberal do início do século XIX, porém, não revela com tanta transparência as fontes precisas de frases citadas, mas mesmo assim são aplicadas sem questionar a estudos mais recentes, e assim, de uma certa forma, eternizadas no discurso histórico. Resumindo o capítulo XII *No congresso de Vienna* do seu livro, LIMA comentou tais negociações como: “Sem dúvida, os assuntos discutidos foram importantes para Portugal, mas não decidiram aspectos de vida ou morte.”<sup>9</sup>

Faz-se inevitável, então, recorrer a fontes não-impresas tanto para conferir estudos fundamentais como o de LIMA e seus sucessores, quanto para complementar a então pesquisa, tirar dúvidas e apagar incertezas. No andamento do presente estudo consultamos os seguintes arquivos:

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) em Lisboa: O Fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) inclui, logicamente, a correspondência diplomática. Pedimos a digitalização e o envio do livro *Instruções e Ordens aos Plenipotenciários de Portugal* (PT/TT/MNE-ASC/L/1) que contém, além das instruções cruciais para o Congresso de Viena datado ao 16 de junho de 1815, os ofícios mandados do Rio de Janeiro para Viena.

Para um estudo maior deveria ser consultado especialmente os arquivos da legação em Londres, os de Viena (PT/TT/MNE-LV/2/L759 e PT/TT/MNE-LV/3/L754) e menos importante os de Paris. Além disso há três caixas no mesmo fundo intitulados como *Assuntos diversos* (PT/TT/MNE-ASC/L/02/C230, PT/TT/MNE-ASC/L/02/C231 e PT/TT/MNE-ASC/L/02/C232) que necessitariam uma consulta *in situ*. Outros documentos que chamaram a minha atenção eram duas caixas da correspondência supostamente *privada* (PT/TT/ASG) do Plenipotenciário António Saldanha da Gama (vd. Cap. 2.3.3) e o fundo particular da Casa Palmela (CPLM) que inclui documentos pessoais de D. Pedro de Sousa Holstein (vd. Cap. 2.3.1)

- Arquivo Distrital de Braga (ADB) da Universidade do Minho: O Fundo Barca-Oliveira (PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA) tem um grande impacto para a história brasileira, contendo o arquivo privado de António de Araújo e Azevedo, Conde da Barca (vd. Cap. 2.1.3).<sup>10</sup> Felizmente, encontramos vários documentos

---

<sup>9</sup> Ibid. (v. 1), p.

<sup>10</sup> RODRIGUES, Abel. ‘O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808). Análise da produção informacional.’ *Revista da Faculdade de Letras/Porto - História* (ser. III, v. 10, 2009, pp. 71-90).

importantíssimos da correspondência entre os diplomatas em Viena e Araújo e Azevedo no Rio de Janeiro, entre ela também memorandos extensos de António Saldanha da Gama e Ambrósio Joaquim dos Reis (vd. Cap. 2.3.4), que são disponibilizados grátis em versão digital na página web do arquivo.<sup>11</sup>

- Biblioteca Nacional do Brasil (BN) no Rio de Janeiro: Além do material arquivado a Biblioteca Nacional disponibiliza muitos documentos por meio do seu serviço *Rede Memória*.<sup>12</sup> Outra ferramenta frutuosa da mesma fundação é a *Hemeroteca Digital* que permite ampliar as fontes primárias aos primeiros jornais.<sup>13</sup> Durante a Era joanina cresceu consideravelmente a circulação de impressos. Especialmente a clima cosmopolita em Londres (vd. Cap. 2.2) providencia um solo fértil para os jornais de exiliados portugueses. Com poucas exceções, os estreitos limites estabelecidos para este estudo *não* permite tomar em consideração as vastas fontes jornalísticas que cresceram exponencialmente durante a Era joanina.<sup>14</sup>

Além dos manuscritos digitalizados ou não, o andamento deste trabalho podia recorrer a umas fontes impressas. Entre elas, especialmente o tomo XVIII do compendio *Supplemento à Collecção de Tratados* de BIKER<sup>15</sup> merece máximo destaque juntando a maior quantidade de fontes relevantes num livro só.

Mesmo que ainda não haja um estudo complementar da diplomacia luso-brasileira nas negociações de paz pós-napoleônicas, há, pelo menos, alguns capítulos em livros de foco mais amplo. Outro estudo ao lado do já citado de LIMA é a obra matriz em respeito à essa época, *Os Sentidos do Império* de ALEXANDRE.<sup>16</sup> Sendo o livro mais citado sobre o Império luso-brasileiro no Congresso de Viena, a obra estuda minuciosamente tanto os internos processos socioeconômicos quanto a inserção externa do período 1797 até as rupturas de 1820 e 1822. O

---

<sup>11</sup> Arquivo Distrital de Braga (ADB). *Pesquisa de Documentos*. <<http://pesquisa.adb.uminho.pt>> [Acesso em: 28.10.2017].

<sup>12</sup> Biblioteca Nacional (BN). *Rede Memória*. <<http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/123456789/1>> [Acesso em: 28.10.2017].

<sup>13</sup> Biblioteca Nacional (BN). *Hemeroteca Digital*. <<http://hemerotecadigital.bn.gov.br>> [Acesso em: 28.10.2017].

<sup>14</sup> p.ex. MUNARO, Luís Francisco. *O Jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822)*. Niterói: Tese de doutorado|UFF, 2013.

<sup>15</sup> BIKER, Júlio, Firmno Júdice (Org.). *Supplemento à Collecção de Tratados Convenções, Contractos e Actos Públicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais Potencias desde 1640* (T. XVIII). Lisboa: Imprensa Nacional, 1879.

<sup>16</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, esp. Parte III, Cap. 3 Na encruzilhada- O Congresso de Viena, pp. 287-328.

capítulo III, 3 *Na encruzilhada: O Congresso de Viena*, por enquanto é o estudo mais completo sobre o referido encontro diplomático.

Percebemos, porém, umas menores fraquezas analíticas. Como o terceiro e último subcapítulo *A acção de Palmela*<sup>17</sup> desta secção já sugere como era a diplomacia luso-brasileira no Congresso equiparada com as atuações individuais do Conde de Palmela. O próprio D. Pedro de Sousa Holstein chefiou a delegação luso-brasileira, mas ele só foi o *primus inter pares*. Ao seu lado serviram com António de Saldanha da Gama e Joaquim Lobo da Silveira mais dois Ministros Plenipotenciários e formalmente subordinado a eles, mas de fato muito influente, havia o conselheiro da missão, Ambrósio Joaquim dos Reis, participando. Todos os quatro diplomatas tinham suas concepções bem fundamentadas e seguiram de vez em quando percepções bem distintas que provocariam conflitos entre eles.

Especialmente no 2º Capítulo seguimos um enfoque mais individualista, nos personagens envolvidos e não só para transpor, nas palavras de LAWSON, a “eternal divide” entre História e Relações Internacionais “recognizing how people act within certain contexts, contexts that can only be discerned from the vantage points of researchers’ historically situated positions”.<sup>18</sup> Fora do Príncipe Regente, simplesmente não há tanta literatura biográfica disponível, por isso, vemos como necessidade e contribuição coletar as mais informações possíveis sobre os currículos doutros dignitários envolvidos. É crucial entender as linhas de pensamento dos secretários ao redor do soberano no Rio de Janeiro, e também os caracteres dos diplomatas em Viena. Devido à distância enorme entre as duas capitais, a delegação luso-brasileira no Rio Danúbio encontrava-se num dilema que teve grande impacto tanto às negociações quanto ao tecido pessoal da delegação: por um lado a consulta do Rio de Janeiro praticamente não era possível, doutro lado os pontos negociados no andamento do Congresso mostravam aos três Ministros Plenipotenciários quão grande era a responsabilidade que eles carregavam. Assim, consideramos crucial dar tanta ênfase aos dignitários envolvidos, e não só a Palmela, dedicando-lhes o segundo maior capítulo.

Veremos dois grupos de dignitários tão heterogêneos cuja diversidade de opiniões exija um maior enquadramento conceitual para mostrar as tensões dentro do Império luso-brasileiro que se refletia não só na formulação dos objetivos diplomáticos portugueses para Viena, mas

---

<sup>17</sup> Ibid., Parte III, Cap. 3, Subcap. 3 *A acção de Palmela*, pp. 305-328.

<sup>18</sup> LAWSON, George. ‘The eternal divide? History and International Relations.’ *EJIR* (v. 18, n. 2, 2010, pp. 203-226), p. 221.

também na sua aplicação prática. Assim, nosso estudo há por objetivo destacar dois eixos interpretativos no âmbito do Congresso de Viena.

No primeiro, e também com mais destaque, devemos mostrar as relações intra-imperiais, ou seja, entre as duas partes mais importantes do Império, Portugal e o Brasil. Tanto nos portadores de decisões (2º Capítulo), quanto nas próprias negociações de paz (3º Capítulo) veremos uma tendência mais em favor da periferia e outra mais em favor da Lusitânia.<sup>19</sup> Mostrar que essas tendências nem sempre eram congruentes, mas tantas vezes até contraditórias, será uma das principais tarefas deste estudo que foi sugerido pelo citado logo no início deste capítulo de Ambrósio Joaquim dos Reis. Quando um diplomata se encontrava numa circunstância ocasional na qual devia constatar, o quanto antes, a assinatura de um tratado internacional, ter que invocar a integridade de seu país consagrava neste ato uma preocupação com nada menos que a perda de sua integridade.

No segundo, mais do caráter acompanhante ao estudo, devemos mostrar as relações extra-imperiais, ou seja, entre o Império luso-brasileiro e as outras potências negociadoras, principalmente com a Grã-Bretanha. Enquanto ALEXANDRE atestou uma gradual emancipação da estreita Aliança Inglesa no período pré-guerra<sup>20</sup>, a transferência da Corte real para o Brasil foi de uma certa forma comprada com concessões ao aliado prepotente. Ou seja, ampliando o desenho de SARAIVA do conceito de autonomia decisória “que insiste na seta do tempo”<sup>21</sup> ao Império luso-brasileiro, podemos observar que essa autonomia sofreu um rebaixamento em 1808 e pelos Tratados de 1810. Especialmente, as negociações sobre o tráfico negreiro em Viena, porém, apontavam um forte “léxico autonomista”<sup>22</sup> e os resultados alcançados pela delegação luso-brasileira em Viena definitivamente contribuiram para elevar de novo a seta da autonomia decisória. Considerando o papel predominante da Grã-Bretanha nas relações exteriores do Império português indicaremos a divergência entre a autoimagem portuguesa e sua efetiva percepção no palco europeu (imagem externa).

Apesar de tantas oscilações tanto nas relações luso-britânicas quanto provocadas pelas transformações internas do Império entendemos como aplicável esse “padrão de

---

<sup>19</sup> Obs.: Para facilitar artificialmente a distinção aplicaremos Lusitânia ou seu respectivo adjetivo lusitano/lusitana somente à parte europeia do Império Português. O substantivo Portugal e seu respectivo adjetivo português/portuguesa servirão como pars pro toto para o inteiro Império. Para salientar a dimensão periférica do Império usaremos luso-brasileiro/luso-brasileira.

<sup>20</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 97.

<sup>21</sup> SARAIVA, José Flávio Sombra: ‘Autonomia na Inserção Internacional do Brasil- Um Caminho Histórico Próprio.’ *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro (v. 36, n. 1, jan-jun 2014, pp. 9-41), p. 10.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 12.

continuidade”<sup>23</sup> às relações externas luso-brasileiras do período do final do século XVIII até pelo menos 1825. Seguimos nessa interpretação o estudo mais recente sobre aquela *fase híbrida* da história luso-brasileira, *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions* por PAQUETTE.<sup>24</sup> Diminuindo a designação canonizada de *Age of Revolutions(s)* e pela historiografia nacional-liberal, glorificadas declarações de independência, o autor salientou “that ruptures did not always lead to disruption”<sup>25</sup>, ou seja, nas palavras de MAINKA, o Brasil era “o elemento não-revolucionário numa época de revoluções”<sup>26</sup>. Demonstraremos logo no 1º Capítulo que a parte americana em nosso caso, já antes de 1808, foi, pelo menos conceitualmente, a unidade mais importante do Império português.

---

<sup>23</sup> Ibid.

<sup>24</sup> PAQUETTE, Gabriel. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions. The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

<sup>25</sup> Ibid., p. 6.

<sup>26</sup> MAINKA, Peter Johann. Resenha de: ‘Gabriel Paquette- Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions.’ *sehpunkte* (16, n. 5, 15.05.2016).

## Capítulo 1 - Retirada ao Futuro: Ideias imperiais para o Reino descendente

Nas margens da Europa, a pequena Lusitânia entalada entre a Espanha no Leste e o oceano no Oeste só conseguia ousar fugir à frente, à amplidão atlântica. A estreiteza geoestratégica só permitiu aos portugueses expandir nos caminhos marítimos e assim, logo depois da reconquista da Península Ibérica, as caravelas içaram as velas para descobrir e ocupar novas terras e novas rotas marítimas para a Coroa portuguesa. Partindo, no caso de Lisboa de uma capital litorânea, essa ligação náutica permanecia nas conquistas portuguesas no ultramar.<sup>27</sup>

Ao contrário do império colonial espanhol, o de Portugal era mais cauteloso em garantir os corredores marítimos e nem tanto uma integridade terrestre, com capitais no interior. O encadeamento das Ilhas Açores, Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola até Goa e Macau era composto por sítios enfileirados e não por vastas superfícies. Mesmo o próprio Brasil ficava limitado aos portos atlânticos até o início do século XVIII. Uma indicação importante da pretensão náutica imperial da Coroa portuguesa era a meticulosa titulação régia, como “Rei (ou Rainha) de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar [...] da Conquista, Navegação e Comércio [...]”.

A expansão inicial de Portugal ao mundo no final do século XV era impregnada por lendas messiânicas medievais. Depois da tomada de Ceuta, a primeira conquista fora do continente europeu, nasceu a lenda que Portugal era escolhido perante as outras nações cristãs e que se seguiram outras viagens e vitórias ultramarinas. Parecido com o papel do sumido São Tomé Apóstolo nas conquistas espanholas, o supostamente desaparecido D. Sebastião nutria a esperança à fundação de um reino sagrado e perpétuo.<sup>28</sup>

A parte americana do domínio português surgiu cedo nos pensamentos imperiais ainda predominantemente utópicos e sacrais. Justamente a partir da União Ibérica em 1580 foi proposto exilar a Corte e erguer um novo reinado americano que renovaria no sentido de uma transferência de poder (*Translatio imperii*) a mãe-terra deixada para trás. Mesmo depois da restauração da soberania portuguesa em 1640, especialmente nos escritos do jesuíta António

---

<sup>27</sup> RAMOS, Rui (Cd.)/VASCONCELOS E SOUSA, Bernard/MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 172-174.

<sup>28</sup> BESSELAAR, José van den. *O Sebastianismo. História sumária* (Biblioteca breve - v. 110). Lisboa: Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio, 1987, p. 24-25.

Vieira (1608-1697), a colônia sul-americana era a Terra Prometida onde a nova dinastia Bragança poder-se-ia impor num império eterno.<sup>29</sup>

A rija realidade, porém, era uma diferente. Voltando a recuperar a governação própria, a nova Coroa portuguesa perdera muitas das suas possessões ainda da época dos *descobrimientos*, principalmente na Ásia, aos holandeses - e, importante do mesmo alcance que as perdas físicas, o fulgor da monarquia lusa tinha se depauperado. Assim, o século XVIII português estivera sob o signo de reestruturar o reinado global e recuperar a glória imperial da Coroa.<sup>30</sup> Sem as Índias Orientais o Império luso era *ocidentalizado* e a América Portuguesa, a nova joia do Império, era, pelo menos gradualmente, interiorizada no decorrente da corrida do ouro que se iniciou no final do século XVII no posterior Minas Gerais. Achar um *Cerro Rico brasileiro* que entupiria o tesouro régio com metais preciosos da colônia era esperado desde o início da colonização das vastas terras americanas.<sup>31</sup>

Contrapondo as dimensões continentais dos territórios americanos com a mãe-terra escassa em recursos e terrenos, o diplomata Luís da Cunha (1662-1749), entre outras funções representante português no Tratado de Utrecht (1713), já propôs mudar a Corte real para a América Portuguesa e aclamar o rei *Imperador do Ocidente*.<sup>32</sup> Assim mesmo, ele antecipou os efeitos danificadores ao desenvolvimento econômico resultando das estreitas relações comerciais com a Inglaterra que se concretizaram em 1703 no Tratado de Methuen. Para da Cunha, a transição de ênfase à América meridional era a única saída, senão “sempre estaremos dependentes de Inglaterra.”<sup>33</sup>

Devia, por conseguinte, ser um dos pilares das reformas pombalinas restringir o impacto inglês ao progresso econômico de Portugal. Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o posterior Marquês de Pombal, estabeleceu p. ex. com a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* (vê Cap. 3.1) um monopólio estatal sobre a produção e importação de vinho. Enfrentando um fluxo aurífero cada vez menor, as reformas do estadista punham em foco a diversificação da economia e o aumento de segurança própria das possessões ultramarinas, acima de tudo da América Portuguesa. A colonização da geoestrategicamente crucial bacia do Amazonas era sistematicamente promovida e duas companhias monopólicas

---

<sup>29</sup> SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical. Império, Monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 38-39.

<sup>30</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Inventando a Nação. Intelectuais ilustrados e Estadistas luso-brasileiros no Crise do Antigo Regime português, 1750-1822*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006, p. 189-190.

<sup>31</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do poderoso Império. Portugal e Brasil- Bastidores da Política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 105.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 108.

<sup>33</sup> SILVA, A. R. C. *Inventando a Nação*, p. 192.

foram criadas para intensificar o comércio no Norte e Nordeste. Alertado pela tomada inglesa de Havana em 1762, o Marquês de Pombal deu ordens para prevenir um caso semelhante às cidades principais como o Rio de Janeiro ou Salvador.<sup>34</sup>

Na sua obra imprescindível para os estudos daquele período, ALEXANDRE lista quatro eixos centrais, que ele chamou de “vetores estratégicos”, para a Coroa portuguesa no andamento do século XVIII: (a) fixação de limites territoriais favoráveis para o Brasil; (b) defesa da metrópole perante à vontade expansionista da Espanha; (c) proteção dos tráficos coloniais; (d) preservação dos pontos da costa africana de onde provinha a mão de obra escrava.<sup>35</sup> O que chama atenção nesta colocação é como os estadistas da época atribuíam valor à integridade e ao avanço das possessões ultramares. Além da mera exploração colonial do potencial econômico (c), tanto a extensão territorial (a), quanto o predominante sistema econômico escravocrata da América Portuguesa (d) devia ser garantido.

A própria metrópole, porém, não se encontrava numa situação tão desagradável no último terço do século XVIII. Com quantidades declinantes de ouro extraído nas Minas Gerais, o interesse inglês numa penetração econômica do Império luso encolhia-se - afinal das contas, os portugueses não tinham mais muitos bens proveitosos para oferecer. Mas permanecia a conveniência estratégica em usar os portos lusitanos como escala marítima e cabeça de ponte na Península Ibérica. Noutro lado continuava também a espada de Dâmoles atuando em tentativas da Royal Navy corroer a autonomia portuguesa.<sup>36</sup>

Com o vizinho ibérico, a diplomacia portuguesa também alcançava uma posição de equidistância. O Tratado de Santo Ildefonso assinado em 1777 estabilizava os limites das respectivas esferas de influência na América do Sul e as dinastias reais foram aproximadas com dois casamentos em 1784, entre outros a aliança de D. João com a infanta espanhola D. Carlota Joaquina. Portugal, porém, ficava ameaçada somente pela mera situação geográfica e assim, ALEXANDRE descreve esse clima de um equilíbrio instável como um sistema vulnerável: a conjuntura externa era favorável quanto a Portugal até teria um espaço mínimo de manobras diplomáticas entre a Inglaterra e a Espanha, mas também este estado era marcado por um constante perigo de ser desmoronado pela mais leve brisa.<sup>37</sup>

Só que não chegou a hora de um simples bafejo, mas sim de uma tempestade devastadora: a Revolução Francesa com todas as suas consequências. Apesar de ter dado

---

<sup>34</sup> SCHULTZ, K. *Versalhes Tropical*, p. 48-49.

<sup>35</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 93.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 94.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 96-97.

inicialmente um proveito à inserção internacional de Portugal enfraquecendo o antigo pacto familiar entre Paris e Madri<sup>38</sup>, e depois à balança comercial portuguesa devida à uma crescente demanda de bens coloniais pela França relativamente afastada do mercado global.<sup>39</sup> Parece que fosse o jovem secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sendo o primeiro estadista que enquadrou o novo cenário para as relações externas portuguesas e, logicamente predestinado por sua pasta ministerial, elaborou diretivas imperais em resposta.<sup>40</sup>

Num discurso promulgado em 1797, que ficou conhecido como a *Memória Sobre os Melhoramentos de sua Majestade na América*, D. Rodrigo promoveu uma ampliação e intensificação das reformas pombalinas para melhor integrar, ou seja, harmonizar, a periferia colonial e a mãe-terra.<sup>41</sup> Resumindo, a sua estratégia queria realizar cinco pontos:

- “- 1º: a segurança e a defesa das capitanias;
- 2º: princípios luminosos da administração, que segurem e afiancem o aumento das suas culturas e comércio;
- 3º: a imparcial distribuição de justiça, o que é a primeira base que assegura a tranquilidade interior dos Estados;
- 4º: o aumento e prosperidade das rendas reais, que são evidentemente os primeiros e essenciais meios da prosperidade e segurança das monarquias e dos Estados em geral;
- 5º: um sistema militar, terrestre e marítimo que evite todo o susto de qualquer concussão interior ou exterior.”<sup>42</sup>

O papel que ele concedeu à América Portuguesa é vanguarda, até incomparável com as outras colônias das potências europeias: “O Brasil sem dúvida *a primeira possessão* de quantas os europeus estabeleceram fora do seu continente, não é pelo que é atualmente, mas *pelo que pode ser*.”<sup>43</sup> Implicamente, então, os portugueses eram consagrados em reger terras tão abençoadas como as brasileiras e no Brasil seria o futuro imperial. A mãe-terra portuguesa, porém, era considerada por D. Rodrigo como “[...] o melhor entreposto para o comércio da Europa com as outras três partes do mundo.”<sup>44</sup>

A breve invasão franco-espanhola de Portugal, a chamada Guerra das Laranjas em 1801, trouxe pela primeira vez há muito tempo um confronto hostil à metrópole lusa e parece ter

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 97-98.

<sup>39</sup> Ibid., p. 101.

<sup>40</sup> SOUSA COUTINHO, Rodrigo de. ‘Memória Sobre os Melhoramentos de sua Majestade na América.’ (pp. 277-299) In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmera. Manuel Ferreira da Câmera Bittencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes (1764-1835)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

<sup>41</sup> SCHULTZ, K.: Versalhes tropical, p. 52.

<sup>42</sup> SOUSA COUTINHO, Rodrigo de. *Memória Sobre os Melhoramentos de sua Majestade na América*, p. 281.

<sup>43</sup> Ibid., p. 279. [grifos meus]

<sup>44</sup> Ibid., p. 278.

confirmada as preocupações de D. Rodrigo. Mesmo que as hostilidades fossem efêmeras e Portugal por enquanto só tivesse que conceder a praça fronteiriça Olivença à Espanha (vd. Cap. 3.3.2.2), o Estado tomou dolorosamente consciência da sua vulnerabilidade. Assim, o secretário pretendia levar o Príncipe Regente a encarar a opção de exilar-se no Brasil. Justamente numa carta ao soberano, D. Rodrigo argumentou que era mais digna “transportar a capital do Império para o Brasil” do que “aceitar condições duras e ignominiosas” dos franceses.<sup>45</sup>

A partir de 1801, dois grupos de influência, o chamado Partido Inglês ao redor dos Sousa Coutinhos e o chamado Partido Francês, liderado por António de Araújo e Azevedo (vd. Cap. 2), lutaram para dominar o *agenda setting* na política externa da Coroa portuguesa. Enquanto os francófilos alcançaram um equilíbrio com a França pós-revolucionária, os anglófilos não comprometer-se-iam fazendo concessões a Napoleão e, no último, até estavam dispostos a abandonar a pátria lusa para retomar a guerra da América.

Geralmente, a situação externa depois da Guerra das Laranjas tinha se descontraído consideravelmente e o cenário ameaçador de novas hostilidades não era levado por premente, ou, somente reprimido pela maioria dos estadistas. Pelo contrário. O Tratado de Madri (1801) reestabelecera o estatuto de neutralidade e despertava assim de novo o comércio gaulês. Até 1807, a troca de bens com a França crescia e colocou um mercado alternativo à disposição. Politicamente, o Tratado de Amiens (1802) entre a França e a Grã-Bretanha também apaziguava temporariamente as tensões externas enfrentadas por Portugal.<sup>46</sup>

Quando a paz europeia voltou sendo quebradiça em 1803, reacenderam-se os advogados de um deslocamento da Coroa portuguesa à América. Mais uma vez foi D. Rodrigo que se destacou na veemência das palavras escolhidas e na tenacidade de convencer o Príncipe Regente:

“[...] quando se considera, que Portugal por si mesmo muito defensável, não é a melhor e mais essencial parte da Monarquia; e que depois de devastado por uma longa, e sanguinolenta guerra, ainda resta ao seu Soberano, e aos seus Povos o irem criar um poderoso Império no Brasil, donde se continue uma guerra eterna contra o fero inimigo, que recusa reconhecer a Neutralidade de uma Potência.”<sup>47</sup>

Naquilo, a porta voz do Partido Inglês era apoiada pela própria Grã-Bretanha. Além dos onipresentes interesses comerciais, o primeiro-ministro inglês, William Pitt (, o Novo 1759-

---

<sup>45</sup> Rodrigo de Sousa Coutinho para João VI, 07.10.1801. In: Coleção Linhares. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. I-34,29,22.

<sup>46</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 127-128.

<sup>47</sup> Rodrigo de Sousa Coutinho a João VI, 16.08.1803. In: Coleção Linhares. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. I-29,13,22.

1806) sonhava com uma expulsão dos espanhóis das Américas perante forças aglomeradas anglo-luso-brasileiras, caso a Casa real portuguesa mudasse-se para o Rio de Janeiro.<sup>48</sup>

A evacuação do Príncipe Regente para o Brasil, porém, só receberia apoio entre os vassallos mais próximos da Coroa que não perdessem tanto se o aparelho estatal fosse transplantar às possessões americanas. Para a vasta maioria, a partida, ou seja, a fuga do soberano das tropas francesas teria sido fatal para as carreiras dos funcionários que ficariam em Portugal e, talvez ainda mais importante, para a legitimação da dinastia Bragança abandonando seu berço.<sup>49</sup> Junto com as dúvidas procedentes se os britânicos mandariam reforços para prestar auxílio contra os invasores, aquilo era a razão mais profunda porque o Partido Inglês foi tirado do poder, em agosto de 1803.<sup>50</sup>

A ascendência dos francófilos devia enfrentar sua primeira prova de fogo quando o clima política da Europa novamente se escureceu em 1804, após a Espanha declarar guerra à Grã-Bretanha. Subitamente, a equidistância frágil entre os dois polos beligerantes desmoronara - e Portugal novamente encontrava-se ameaçado em plena vulnerabilidade geoestratégica. Ainda mais quando a França saíra vitoriosa da guerra com a Quarta Coligação na Europa Central em meados de 1807. Logo, a aliança franco-espanhola teria tropas preparadas para ocupar Portugal instantemente e cerrar assim o bloqueio continental contra os navios britânicos.<sup>51</sup>

Até os afilhados do Partido Francês estavam pasmos por quão brusco Napoleão fez as exigências para não invadir Portugal. Os estadistas francófilos, sobre todos os outros Araújo e Azevedo, tentaram com crescente desespero acalmar as pressões internas e externas. Nem o acréscimo maciço de soldados franceses na área fronteira conseguia desviar as iniciativas reconciliadoras. Somente a própria invasão no final de novembro de 1807 apagou com o sonho de que não teria guerra com os franceses, e assim, a insistência enérgica de D. Rodrigo voltou a ter conjuntura na Corte real.<sup>52</sup>

No dia 29 de novembro de 1807, um dia antes que a vanguarda francesa chegasse em Lisboa, uma esquadra portuguesa içou as velas em rumo ao Brasil acompanhada pela Royal Navy.<sup>53</sup> À bordo da nau *Príncipe Real* D. João fez um passo único na história europeia,

---

<sup>48</sup> LYRA, M. L. V. *A Utopia do poderoso Império*, p. 113-114.

<sup>49</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 133.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 135.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 138.

<sup>52</sup> SCHULTZ, K. *Versalhes tropical*, p. 56-57.

<sup>53</sup> RAMOS, R. (Org.). *História de Portugal*, p. 439.

deslocando sua soberania e herança para uma colônia que logo seria a nova sede da sua dinastia...

## Capítulo 2 - Servindo o Império ou só o Brasil? Os Portadores de Decisões nas Relações Exteriores

Como mostrado no capítulo anterior, as relações exteriores do Império português na primeira década do século XIX eram marcadas pelas discordâncias entre o Partido Inglês e o Partido Francês. Não mencionadas, porém, foram as características dos dois grupos de influência. Uma conjuntura que assim é ignorada pela maioria das publicações e a que MACEDO já tinha se referido: “Historiadores portugueses vacilam quanto ao conteúdo programático das duas facções, impropriamente rotuladas como *partidos*.”<sup>54</sup>

O próprio MACEDO embora também não tivesse oferecido nítidas explicações sobre a programação de ambos os grupos de influência, mas sugeriu sabiamente a troca do termo *partido* que ele queria ter substituído por *facção*. Ora, hoje em dia as duas expressões implicam uma semântica parlamentarista na subconsciência do leitor de que esteja difícil arrastá-las. Por isso, POMBA até propõe na sua dissertação de mestrado sobre D. Rodrigo de Sousa Coutinho, aproximar-se àquela matéria com o terminus *cabala*. Este termo foi aplicado pelo nobre francês Louis de Rouvroy, Duc de Saint-Simon (1675-1755), nas suas Memórias para descrever as diversas redes pessoais na Corte do Rei Sol Louis XIV. POMBA define *cabala* como “uma construção provisória e não se aparta das confecções dos retratos dos indivíduos que a compõem.”<sup>55</sup>

Sua percepção conceptual é claramente a mais avançada, mesmo assim mantemos guardar no consequente o termo *partido* para garantir a continuidade historiográfica. Todavia é importante salientar expressamente que em ambos os Partidos se trata de grupos relativamente heterogêneos e, quanto ao conteúdo, altamente fluídos. Mesmo assim, deviam ter afinidades

---

<sup>54</sup> MACEDO, Roberto. *Brasil sede da Monarquia, Brasil Reino* (História Administrativa do Brasil, v. 7, pt. 1). Brasília: Editora UnB, 2003 [1983], p. 26.

<sup>55</sup> POMBO, Nívia. *O Palácio de Queluz e o Mundo ultramarino- Circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803)*. Niterói: Tese de doutorado | UFF, 2013, p. 106.

programáticas dentro de si mesmo - ou, se não fosse assim, eles não ter-se-iam agrupados para exercer sua influência ao Príncipe Regente! No contexto de uma situação política tão tenebrosa para o pequeno Portugal a partir de 1801, que se culminou na fuga da Corte real no final de 1807, fica relativamente fácil constatar o respectivo Partido dirigente recorrendo às oscilações diplomáticas para Londres ou, noutro caso, para Paris. Mas que tal depois de 1808?

Para a maioria dos autores a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1807/1808 evidenciava uma vitória decisiva para o Partido Inglês. Uma das poucas exceções é SILVA que no seu estudo, sendo o mais amplo sobre os dois Partidos, deduziu somente duas soluções para a dilema diplomática da Coroa portuguesa: ficar em Portugal e provavelmente perder o Brasil, ou transmigrar para o Brasil e entregar a mãe-terra por tempo indeterminado.<sup>56</sup>

ALEXANDRE, porém, que foi criticado por ela, já mostrou anteriormente que o Partido Francês se esforçava com o maior empenho sob seu alcance para apaziguar as admoestações napoleônicas. Pelo envio do sucessor ao trono, a Coroa portuguesa teria exercido inequivocamente seus direitos ao território americano, imunizando-o contra quaisquer intrigas externas. Segundo Araújo e Azevedo, poderia ter encontrado um equilíbrio com a França que certamente teria prejudicado a Grã-Bretanha, p. ex. o cumprimento do bloqueio continental.<sup>57</sup> Na última, e absoluta, instância, porém, era a vez do Príncipe Regente decidir. E ele votou a favor da *solução inglesa*.

Mesmo assim, SILVA foi correto em destacar que o intuito fundamental de ambos os partidos era de garantir a integridade do Príncipe Regente e assim da monarquia absoluta.<sup>58</sup> E assim fica coerente sublinhar que a decisão de abandonar Portugal não era bloqueada por uma discordância entre os dois grupos. Na realidade isso só elucide que os dois Partidos não se enfrentavam inevitavelmente como antagonistas, o que nos redireciona à problemática inicial: como é possível enquadrar o teor programática de ambos os grupos de influência a partir de 1808?

Com o impressionante deslocamento de ênfase dentro do Império português, uma concepção tornava-se realidade que era ambicionada em especial pelos afiliados do Partido Inglês e que possuía sem querer um caráter definitivo. Enquanto o Partido Inglês, antes à transferência da Corte, estivera afim de posições que valorizaram mais o Brasil (pro-periféricas), e o Partido Francês mais em manter a mãe-terra portuguesa (pro-metropolitanas),

---

<sup>56</sup> SILVA, A. R. C. *Inventando a Nação*, p. 195.

<sup>57</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 154-5.

<sup>58</sup> SILVA, A. R. C. *Inventando a Nação*, p. 194.

aquele enfrentamento não se evidenciava como operante. Tanto quanto assim como a relação entre colônia e metrópole não era mais válida.

Claro que as *cabalas* do Velho Mundo ainda repercutiam no Novo Mundo. Assim, o período da tomada de posse de D. Rodrigo de Sousa Coutinho como Secretário de Negócios Estrangeiros em 1808 até sua morte em janeiro de 1812 pode ser caracterizado como inglês, portanto, as antigas categorias de Partido Inglês e Partido Francês não eram mais aplicáveis ultimamente a partir de 1814 e, recorrendo ao foco cronológico deste estudo, elas não devem ser mais usadas. Excluindo o Príncipe Regente, cuja soberania absoluta reivindicava substancialmente predominar sobre tudo o mais, para os sete restantes portadores de decisões deve ser aplicado um conjunto de atributos, destacando a última dualidade:

anglofilia	anglofobia
liberalismo econômico	protecionismo
<b>interesses periféricos</b>	<b>interesses metropolitanos</b>

Pelo menos entre as categorias anglofilia e liberalismo econômico, e conseqüentemente entre os seus antônimos, é vista uma conexão direta. Assim, os primeiros passos na política externa feitos por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, respetivamente a *Abertura dos Portos* em 1808 e os tratados com a Grã-Bretanha de 1810, contaram com o mesmo teor: a acessibilidade econômica do Brasil para interesses comerciais britânicos e a redução de impostos.

Enquanto o nexó entre anglofilia e liberalização econômica obviamente não era submetido a mudanças na conjuntura das grandes renovações dentro do Império português, essa continuidade não podia mais ser constatada para o terceiro par de atributos a partir de 1808. Antes da grande deslocação de ênfase em favor do Brasil, foram os anglófilos que se mostravam mais decisivamente em favor de uma mudança para a parte americana do Império. Com o fim das hostilidades em Portugal a partir de 1812, a Coroa britânica representada pelo Viscount Strangford no Rio de Janeiro reivindicava cada vez mais a volta de João para Lisboa.<sup>59</sup>

Ultimamente, depois da morte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho em janeiro de 1812, D. Domingos de Sousa Coutinho sendo a voz mais célebre entre os anglófilos adotava essas

---

<sup>59</sup> BIKER XX: *Suplemento à Colleção de Tratados* alista mais de 20 cartas para o período entre novembro de 1813 e março de 1815 que recorreram explicitamente a uma possível volta da Corte Real para Lisboa. A primeira carta, datado no 21 de novembro de 1813 era encaminhada pelo Príncipe Regente inglês George, pedindo João retornar a Portugal, p. 36-39.

exigências britânicas e pediu ao Príncipe Regente múltiplas vezes para voltar à mãe-terra.<sup>60</sup> Se João tivesse voltado para Portugal isso provavelmente não teria reestabelecido o Pacto Colonial, que também não teria sido em interesse da Grã-Bretanha, mas infalivelmente o prestígio do Brasil dentro do Império português, ora sem o soberano na capital carioca, teria sido consideravelmente apertado.

Justamente aquela disputa destacadamente simbólica, se o Príncipe Regente deveria ficar no Brasil ou voltar para Portugal, formava uma das características principais para distinguir entre interesses periféricos e os metropolitanos. Não faz sentido salientar se uma das personagens em baixo era em favor do Brasil *ou* em favor de Portugal - porque qualquer um dos portadores de decisões era em favor do Brasil *e* de Portugal. A questão na realidade é a seguinte: Quem estaria disposto a sobrepor os interesses do Brasil sobre os de Portugal, caso não fossem congruentes? Além do significado simbólico onde ficaria a sede do trono português, possíveis conflitos entre os interesses das duas partes do Império luso-brasileiro surgiram no andamento do Congresso de Viena em questões ligadas ao reestabelecimento dos privilégios mercantis da Lusitânia, à administração britânica durante a ausência do soberano e também às Guianas e Olivença.

Antes de tentar ordenar os portadores de decisões do período 1814/1815 nas categorias citadas a cima, eles devem ser apresentados por meio de seus currículos. Da análise das referidas etapas de vida esperamos tirar conclusões sobre seus empenhos e a lógica de suas ações, sua relação entre si mesmos e assim, traçar especialmente seu posicionamento em respeito ao Brasil. Com a dissolução das antigas categorias de Partido Inglês e Partido Francês, as linhas de conflitos são mais derivadas das posições individuais ao invés de atitudes mais ou menos formadas coletivamente.

## 2.1 No Rio de Janeiro

Chegando ao Rio de Janeiro em março de 1808, D. João foi saudado com vivas de “Imperador do Brasil”. Desde o início os territórios americanos eram considerados o novo seio da monarquia. LYRA identificou nas grandes mudanças de 1807/1808 um êxodo semântico:

---

<sup>60</sup> Ibid., p. ex. Funchal para Conde das Galveias, 23.11.1813, p. 40-42; Funchal para D. Miguel Pereira Forjaz, 18.07.1814, p. 52-53; ou Funchal para Marquês de Aguiar, 30.07.1814, p. 50-52.

contrastando ainda mais com a estreiteza europeia, “o título de imperador era cogitado, em função de vastidão do território e como símbolo de poder e glória.”<sup>61</sup> Como já vimos, os próprios estadistas, como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, serviram-se da terminologia imperial como criar um *Novo Império no Novo Mundo*.<sup>62</sup>

Como novo epicentro do Império luso-brasileiro, o Rio de Janeiro a partir de 1808 era sujeito a um progresso acelerado. Somente em 1763 a cidade do Pão-de-Açúcar substituíra Salvador da Bahia como capital do Estado do Brasil, mas permanecia uma minúscula cidade administrativa com cerca de 60.000 habitantes no advento da chegada do Príncipe Regente, grande número desses, sendo escravos. Conjunto com o soberano português chegaram mais de 10.000 até 15.000 transmigrantes cujo acolhimento na cidade evidenciou-se como problemático.<sup>63</sup>

Em plena linha com as reclamações imperiais, Rio de Janeiro se transformou de uma pequena cidade provincial a uma metrópole onde os destinos do Império deviam ser dirigidos. As necessitadas administrações e instituições foram aplicadas da mãe-terra ao Brasil e, partindo do enviado inglês Strangford, outros diplomatas seguiram e foram hospedados na nova capital. Resumindo, o Rio de Janeiro tornou-se a uma *nova* cidade, ou, usando as palavras de SCHULTZ, a um *Versalhes tropical*.<sup>64</sup>

Para compreender melhor a dinâmica daquele período da história luso-brasileira, parece-nos mais adequado ampliar a terminologia conceitual. Fundado nas ideias e utopias imperiais já apontadas no primeiro capítulo, o processo que o Brasil enfrentava *em prático* a partir de 1808 deve ser chamado de *Empire reBuilding*. Além da sua aplicação às ciências econômicas, a terminologia *Empire Building* foi distantemente assinalada pelo cientista político teuto-espanhol Juan José Linz (1926-2013) para explicar a frágil formação do Estado-nação espanhol contrapondo-a com medidas centralizadoras feitas p. ex. na França.<sup>65</sup> Assim, gostaríamos de delimitar *Empire reBuilding* dos termos State e Nation Building. O primeiro faz parte acompanhante do processo de *Empire reBuilding*, mas fica limitado para nós a uma unidade

---

<sup>61</sup> LYRA, M. L. V. A. *Utopia do poderoso Império*, p. 117-118.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 119.

<sup>63</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das/MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 30-32.

<sup>64</sup> SCHULTZ, K. *Versalhes tropical*.

<sup>65</sup> LINZ, Juan José. ‘Early State-building and late Peripheral Nationalism against the State- the Case of Spain.’ (pp. 32-116) In: EISENSTADT, S. N./ ROKKAN, Stein (Org.). *Building States and Nations*, v. II, Beverly Hills: Sage, 1973.

imperial (ou nacional), mas não válido para o Império em sua totalidade. Para o caso brasileiro, o processo de Nation Building só se iniciou a partir dos anos 40 e 50 do século XIX.<sup>66</sup>

Mesmo que o quadro limitado deste estudo não permita explanações mais amplas, entendemos de *Empire reBuilding* um aprofundamento primeiramente teórico de sonhos renovadores e sacrais (Terra Prometida, Novo Mundo, El Dorado), feito p. ex. por D. Rodrigo de Sousa Coutinho no seu discurso em 1797<sup>67</sup>, e acompanhado pelas primeiras medidas concretas, como p. ex. cartografia, catalogação botânica e climática, registro do potencial econômico etc.).<sup>68</sup> O segundo passo, o que relacionamos a 1808, é caracterizado pelo processo inicial de State Building combinado com uma dinâmica exploradora e consolidadora para ocupar espaço supostamente *vazio* e integrá-lo ao emergente Império. O busco por grandeza imperial não era limitado às fronteiras do próprio Império, mas também necessitava seu reconhecimento no exterior, acessível por via diplomática.

#### 2.1.1 D. João VI, Príncipe Regente de Portugal

*Dom João de Bragança: \*13 de maio de 1767 em Lisboa sendo o filho segundogênito de Pedro III, simultaneamente seu tio, e de Maria de Bragança, filha de José I; indicações contraditórias em respeito à sua educação; 1777 Morte de José I e renúncia do Marquês de Pombal, o pai de João assumiu à regência em vez de Maria (Iure uxoris); 1784 Casamento com Carlota Joaquina, infanta da Espanha; 1787 Morte do pai; 1788 Morte do irmão D. José, o pretendente ao trono; 1792 João encarregou-se da regência em vez da sua mãe demente, Louis XVI da França foi preso e depôs; 1798 Nascimento de Pedro, posterior o primeiro Imperador do Brasil; 1799 Adoção da regência formal, Coup d'État de Napoleão; 1801 Nascimento do infante Miguel; 1806 Conspiração dos Fidalgos; 1807 Invasão franco-espanhola de Portugal, transmigração da Corte real para o Brasil; 1808 Chegada no Rio de Janeiro, declaração de guerra à França, início da contraofensiva britânica; 1811 início da retirada de tropas francesas de Portugal; 1814 Volta do rei espanhol Fernando VII ao trono; 1816 Morte da mãe e rainha Maria; 1818 Coroação ao Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil*

---

<sup>66</sup> LESSA, Carlos. 'Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira.' *Estudos Avançados* (v. 22, n. 62, 2008, pp. 237-256).

<sup>67</sup> SOUSA COUTINHO, R. *Memória Sobre os Melhoramentos*.

<sup>68</sup> KANTOR, Iris. 'Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822)'. *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades* (a. 12, n. 24, jul-dez 2010, pp. 110-123); Os futuros dignitários da *Generation of the 1790s* na maioria das vezes fizeram viagens de estudos para colher informações sobre novas tecnologias, plantas úteis, materiais etc.; vd. MAXWELL, Kenneth R. 'The Generation of the 1790's and the Idea of Luso-Brazilian Empire.' (pp. 107-144) In: ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Los Angeles: University of California Press, 1973; assim p. ex. Hipólito da Costa viajou no fim do século XVIII aos recém independentes EUA em serviço da Coroa portuguesa antes da sua carreira jornalística, vd. DIAS, Tânia. 'A escrita diária de uma "viagem de instrução".' *Escritos* [Rio de Janeiro] (n. 1, 2007, pp. 17-42).

*e Algarves; Revolução Liberal do Porto; 1821 Aclamação de Pedro ao regente do Brasil, volta a Lisboa; juramento à constituição; 1822 o Brasil declara-se independente; 1823 Volta temporariamente ao sistema absolutista, nova constituição deve ser elaborada, conspiração da Carlota Joaquina contra o rei falhou; 1825 Reconhecimento da independência brasileira; †10 de maio de 1826 em Lisboa.*<sup>69</sup>

A percepção hodierna do Príncipe Regente e posterior Rei João VI fica muito distorcida. Nas publicações *científicas* de caráter popular sobre a sua vida e seu empenho, acima de tudo temos que citar o *best-seller* 1808 do jornalista Laurentino Gomes, a personagem de D. João é reduzida a anedotas. Especialmente as narrativas sobre os medos do Príncipe Regente são muito apreciadas. Assim, GOMES escreve que D. João tinha medo de caranguejos, siris e trovoadas e quando tivesse tempestade, ele se retirava com seu roupeiro e rezavam até que a tivessem por terminada.<sup>70</sup> Outra bufonaria da figura histórica do Príncipe Regente teve lugar na comédia televisiva *Carlota Joaquina - Princesa do Brasil*, lançada em 1995, da diretora de cinema Carla Camurati. Naquela, o relacionamento entre um caprichoso João e sua intrigante esposa de sangue quente, a infanta espanhola Carlota Joaquina, está em foco da barulheira.

As conspirações da sua esposa, com muito apetite por poder, que já era decorada com o desdenhoso apelido *Megera de Queluz* pelos contemporâneos, não eram tão falaciosas. Carlota Joaquina alimentava suas próprias ambições e obviamente não hesitava nem em matar. No decorrente da crescente pressão na política exterior de Portugal, um grupo de cortesões tentava se aproveitar de uma doença do Príncipe Regente e, culminando na chamada *Conspiração dos Fidalgos* em 1805, depô-lo. Pelo fato que informações contemporâneas foram reprimidas para evitar um escândalo, muito das ocorrências e dos objetivos dos conspiradores está vago, mas é suposto que especialmente a Espanha tiraria benefícios de uma queda do tenaz Príncipe Regente. Desde então, o casamento entre João e Carlota Joaquina era marcado por mútua desconfiança.<sup>71</sup>

Mesmo durante as confusões revolucionárias na região da Prata, a infanta espanhola imiscuiu-se bastante seguindo sua própria agenda que não era completamente compatível com os interesses do seu marido, nem com os da Coroa espanhola (vd. Cap. 3.3.2.1). Em poucas palavras, então, João formou um obstáculo para as ambições particulares de Carlota Joaquina.

---

<sup>69</sup> Parecer segundo PEDREIRA, Jorge/DORES COSTA, Fernando. *D. João VI, um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 427-437.

<sup>70</sup> GOMES, Laurentino. *1808. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2007, p. 66.

<sup>71</sup> PEDREIRA, J./DORES COSTA, F. *D. João VI, um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 141-144.

Segundo estudos mais recentes, D. João VI foi envenenado por arsênio em 1826 nas vésperas das Guerras Miguelistas e morreu no dia 10 de março do mesmo ano. Não há muitas dúvidas que sua própria esposa era a única ou uma das autoras atrás da intoxicação. A morte do João abriu caminho para D. Miguel, o pretendente ao trono dos absolutistas, facção que era favorecida por Carlota Joaquina.<sup>72</sup> A maciça pressão externa a Portugal no primeiro quarto do século XIX então, também era transmitida ao interior da Corte portuguesa e mesmo até ao casamento de D. João e D. Carlota Joaquina.

Mas o que se aplica com a percepção de D. João fora daquela de um marido que merece compaixão e de um monarca de atitude esquisita? De qual jeito governava o soberano D. João, e especialmente como foi que ele *fez* política externa? Sendo soberano absolutista era a sua incumbência guiar os destinos de suas terras e vassalos. Aí, como contemporâneo déspota iluminado, conseguia recorrer a uma administração que a partir do século XVIII se diferenciara e se profissionalizara crescentemente. Como antes em Lisboa, o *foreign policy making* ficou centralizado ao Rio de Janeiro, a nova capital imperial.<sup>73</sup>

Mesmo sendo o ator decisivo nas relações externas D. João raramente tomou decisões de maneira exclusiva, mas sim consultou o círculo mais íntimo de seus ministros, secretário de Estado e conselheiros. No seu estudo de referência<sup>74</sup> RODRIGUES descreveu só o funcionamento do *Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra* (SENEG) para o período de 1804 a 1808, embora seja sem problemas transferível à administração emergente no Rio de Janeiro - afinal as instituições estatais de Lisboa foram simplesmente *transplantadas* à nova capital.

Segundo as correspondências, o Príncipe Regente era o destinatário principal do então secretário dos Negócios Estrangeiros Azevedo e Araújo. A comunicação ocorreu diretamente por meio de audiências ou, com mais frequência, por intermediários como o secretário particular de D. João ou pelo Secretário do Reino (SER). Entre as respostas do soberano encontravam-se, especialmente para o ano fatídico de 1807, até umas cartas escritas pelo próprio D. João, mesmo que seja sabido que ele normalmente não costumava escrever suas

---

<sup>72</sup> Ibid., p. 422-423.

<sup>73</sup> MARTINS, Ana Canas Delgado. 'Administração Joanina. O Rei a governar do Rio de Janeiro.' *Acervo, Rio de Janeiro* (v. 25, n. 1, jan-jun 2012, pp. 103-116), p. 104-105.

<sup>74</sup> RODRIGUES, A. 'O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiro.'

correspondências para si mesmo. Aquela ocorrência era interpretada por RODRIGUES como “certa afetividade” do Príncipe Regente para as relações externas.<sup>75</sup>

Esta opinião do soberano português como reservado, mas sim sendo um ator ativamente criador das relações externas do seu reino é partilhada pelos autores da biografia mais recente sobre D. João. Entre outros, especialmente o fato foi destacado que até entre os contemporâneos, o Príncipe Regente fora considerado salientemente informado sobre as relações exteriores e que ele, apesar da sua saúde precária, não abriu mão de tomar decisões.<sup>76</sup> Em pleno acordo de um absolutismo esclarecido, D. João era a última sacra autoridade decisória que talvez não corresse atrás de qualquer detalhe, mas sim dirigiu preponderantemente as relações externas optando entre os adversários grupos de influência na Corte. Ou seja, nas palavras de LIMA: “[...] no tempo dos conselhos brasileiros de Dom João VI não estava ainda descoberta a solidariedade ministerial. Cada um dos ministros governava por si e o Rei governava a todos.”<sup>77</sup>

#### 2.1.2 D. Fernando José de Portugal e Castro, Conde de Aguiar

*Dom Fernando José de Portugal e Castro: \*4 de dezembro de 1752 em Lisboa sendo o terceiro filho do Marquês de Valença, afilhado de D. Maria de Bragança; Gentil-homem na Corte de D. João VI; Cursando direito na Universidade de Coimbra; Carreira de funcionário na comarca judicial lisboeta, na Relação de Lisboa e na Casa de Suplicação; 1788-1801 Governador da capitania-geral da Bahia; 1801-1806 Vice-rei do Brasil e governador do Rio de Janeiro; 1805 Designação como presidente do Conselho Ultramarino e como conselheiro de Estado; 1806 Volta a Portugal; 1807 Transferência para o Rio de Janeiro com a Corte real; 1808 Elevação ao Conde de Aguiar; 1808-1814 Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; 1808-1816 entre outros presidente do Erário Real, Secretário dos Negócios do Brasil; 1813 Elevação ao Marquês de Aguiar; †24 de janeiro de 1817 no Rio de Janeiro.*<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> Ibid., p. 78-80.

<sup>76</sup> PEDREIRA, J./DORES COSTA, F. D. *João VI*, p. 138-139.

<sup>77</sup> LIMA, O. D. *João VI no Brasil*, p. 171.

<sup>78</sup> Parecer segundo ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (Org.). *Nobreza de Portugal. Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Genealogia, Heráldica, História, Nobiliárquica, Numismática* (v. 2), Lisboa: Enciclopédia 1960, p. 211; VALIM, Patrícia. ‘Presteza no Real Serviço: d. Fernando José de Portugal e Castro e a administração da Capitania da Bahia no final do século XVIII.’ *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 1; e CARVALHO, Marieta Pinheiro de. ‘A Política colonial lusa na Administração de D. Fernando José de Portugal, 1801-1806.’ *Revista Ultramares, Artigos* (n. 6, v. 1, ago-dez 2014, pp. 173-190), p. 182-183.

O fato mais interessante sobre D. Fernando José de Portugal e Castro não era muito lisonjeira para ele: tanto D. Rodrigo de Sousa Coutinho quanto António de Azevedo e Araújo depois exerceram de fato a função de secretário dos Negócios Estrangeiros que formalmente teria pertencido a D. Fernando.<sup>79</sup> Além disso, especialmente sobre suas atividades do período principal de pesquisa, há poucas informações disponíveis sobre D. Fernando José de Portugal e Castro. O que quer dizer isso sobre ele? Aquela “excessiva timidez” que foi considerado por ZÚQUETE como uma das principais razões porque D. Fernando “não realizou qualquer obra de importância” durante seu vice-reinado<sup>80</sup>, era um fio condutor pela sua inteira vida pública?

Dar para ser abstraído do seu currículo que ele nasceu numa família da alta nobreza de Portugal. Somente para os seus filhos era reservado servindo como cortesões tão próximos ao soberano. Por meio dos estudos em Coimbra, ele recebeu a melhor formação possível dentro do Império português e, pela falta de um ensino superior nas colônias, dever-se-ia ter socializado num clima de confiança com colegas de estudos nascidos no Brasil.<sup>81</sup> Pelo menos sobre seu irmão D. Afonso, o quarto Marquês de Valença, é sabido que ele servia em cargos altos semelhantes, como p. ex. governador da Bahia.

Interessantemente, as provas historiográficas sobre D. Fernando densificaram-se quando ele tomou posse do mesmo cargo em 1788. A recepção do seu mandato como governador da relativamente significativa e rica capitania da Bahia era de forma um tanto ou quanto dividida. D. Rodrigo de Sousa Coutinho já cedo se encontrou entre seus inimigos e críticos. O vagaroso D. Fernando não tomou como ocasião a Conjuração Baiana, uma rebelião nativista exaltante nos anos 1798/1799, para integrar em concordância com D. Rodrigo as elites locais à administração para assim conseguir controlá-las mais fácil, mas sim culpava as classes baixas pelas perturbações e até parecia que prestigiava antigos grupos corporativistas-oligárquicos.<sup>82</sup>

Quando o cargo do vice-rei do Brasil esteve vago D. Rodrigo interveio ao Príncipe Regente para não considerar D. Fernando. E por sua vez, ele favoreceu o seu irmão, Francisco Maurício de Sousa Coutinho (1764-1823), governador da Capitania Grão-Pará. Por meio dessa intervenção ele só conseguiu o contrário. Sob seu mandato, a produtividade da Capitania Bahia era aumentada e D. Fernando encontrava-se aparentemente em pleno convênio com Lisboa em

---

<sup>79</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 174 e p. 290.

<sup>80</sup> ZÚQUETE, A. E. M. *Nobreza de Portugal*, p. 211.

<sup>81</sup> FÁVARO, Maria de Lourdes de Albuquerque. 'A Universidade no Brasil - das origens à Reforma Universitária de 1986.' *Educar* (v. 28, 2006, pp. 17-36), p. 20.

<sup>82</sup> VALIM, P. 'Presteza no Real Serviço', p. 7-9.

respeito à administração colonial. Estritamente contra o onipresente contrabando esquivado dos impostos, as percepções econômicas de D. Fernando eram as de um típico representante do Antigo Regime: acima de tudo, a colônia teria que servir o progresso da metrópole e, assim, deveria ser abastecida somente pelas fábricas portuguesas.<sup>83</sup>

Neste sentido, ele se opôs diametralmente às visões modernas e liberais de Sousa Coutinho. A decisão em favor de D. Fernando sendo o novo vice-rei do Reino do Brasil foi tomada, recorrendo às palavras de VALIM, logo “a despeito das indicações” de D. Rodrigo.”<sup>84</sup> Obviamente, o Príncipe Regente depositara tanta confiança em D. Fernando que o levou a nomeá-lo nos anos posteriores para vários cargos altos.

A questão final, como D. Fernando José de Portugal e Castro deve ser classificado no dualismo entre interesses periféricos e os metropolitanos, não pode ser respondida definitivamente. Para isto, sua vida e seus empenhos ainda não são adequadamente estudados. Considerando, porém, retrógradas reflexões sobre as relações econômicas entre colônia e mãe-terra, deixa a conclusão mais plausível: que D. Fernando simplesmente não pode ser categorizado num dos dois atributos. Parecia, na realidade, que ele não tinha considerado tal ideais reformatórias, mas sim, sendo mais um administrador que um pensador e, assim, ficava satisfeito em servir fielmente a Coroa portuguesa.

### 2.1.3 D. António de Araújo e Azevedo, Conde da Barca

*Dom António de Araújo e Azevedo: \*14 de maio de 1754 em Ponte de Lima; já na infância formação no Porto sob supervisão do seu tio, brigadeiro António Luís Pereira Pinto; Cursando filosofia em Coimbra; abandono dos estudos e volta ao Porto, estudos de matemática e história; 1779 Fundação da Sociedade Económica dos Amigos do Bem Público; conheceu o Duque de Lafões (1719-1806) quem lhe recomendou a carreira diplomática; 1787 Designação para enviado às Cortes Gerais na Haia; Viagens pela Inglaterra e França; 1790 Ocupação do cargo na Haia; 1798 Negociação de um acordo de paz em Paris; 1798 Preso no Torre de Templo na capital francesa; volta à Haia; viagem de estudos pela Alemanha; 1801 Designação para enviado em São Petersburgo; 1804-1807 Secretário de Negócios Estrangeiros e da Guerra; 1807 Transferência para o Rio de Janeiro com a Corte real; 1814 Volta ao cargo ministerial; 1815 Elevação ao Conde da Barca; 1817 Sumiu aos cargos exercidos pelo Marquês de Aguiar; †21 de junho de 1817 no Rio de Janeiro.*<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> CARVALHO, Marieta Pinheiro de. 'A Política colonial lusa', p. 186-187.

<sup>84</sup> VALIM, P. 'Presteza no Real Serviço', p. 11.

<sup>85</sup> Parecer segundo ZÚQUETE, A. E. M. *Nobreza de Portugal* (v. 2), p. 373-375.

Tão cedo quanto, o início da sua carreira diplomática era ligado estreitamente à França. Depois da sua designação para futuro Ministro Plenipotenciário na Haia, Azevedo foi visitar Inglaterra e França. Na ilha britânica, ele testemunhou a iniciante Revolução Industrial; em Paris, porém, ele foi confrontado por uma revolução que se radicalizava cada vez mais. Ao lado da Espanha, tropas portuguesas lutaram pela primeira vez na Campanha do Rossilhão (1793-1795) contra as forças revolucionárias francesas, e foram derrotadas.

A Espanha tirava as conclusões e mudava os lados renovando o antigo eixo com a França. Após a bem-sucedida invasão da Itália por Napoleão, a nova aliança franco-espanhola não tinha que temer mais o risco de uma guerra em duas frentes e conseguiam assim, aumentar a pressão ao vizinho ibérico. Mesmo assim, o governo português não queria entrar em negociações diretas com a França e deixava se representar por diplomatas ingleses nas conversas de paz em Lille. Não sabendo disso, Azevedo rumou para Paris para negociar.<sup>86</sup>

No Tratado de Paz do 10 de agosto de 1797 entre a República Francesa e Portugal, uma limitação favorável entre as duas Guianas (Rio Vincent Pinson) foi concedida ao Estado revolucionário, um tratado mercantil foi prometido e, o mais importante, neutralidade recíproca foi assegurada pelo caso de uma futura guerra.<sup>87</sup> Mas o tratado não foi ratificado pela Coroa portuguesa quando Londres e D. Rodrigo de Sousa Coutinho tinham exercido pressão maciça. Como consequência, Azevedo foi preso na infame Torre do Templo até dois ou três meses no início de 1798 antes de poder voltar à Haia.<sup>88</sup>

Pode presumir-se então, que António de Araújo e Azevedo por um lado aprendeu dolorosamente dos traços militantes assumidos pelos revolucionários franceses, por outro lado deveria estar perfeitamente atento das perversões do Grande Terror. Como assim ele se advogava a maior parte da sua vida para relações equilibradas, ou até favorecidas à França? A experiência de sua vida gaulesa contradizia uma relação parecida com a França que os irmãos Sousa Coutinho tinham com a Inglaterra. Ou resumindo: D. Domingos de Sousa Coutinho assumiu mais tarde a posições que se sobrepunham as vezes mais com interesses britânicos do que com os luso-brasileiros. Azevedo, porém, ficava bem mais à distância de Paris!

Assim, muito indica que ele desconfiava mais da Inglaterra *plutocrática* que da França. Já em 1797 Azevedo esclareceu que a intenção da Inglaterra em dominar o “comércio

---

<sup>86</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 110.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 111.

<sup>88</sup> RODRIGUES, Abel/MUNHOZ, Renata. 'Brasil e Portugal no Antigo Regime: a correspondência pessoal como veículo da cultura iluminista (1808-1817) - uma abordagem a partir do arquivo particular do Conde da Barca'. *LaborHistórico, Rio de Janeiro* (v. 2, n. 1, jan-jun 2016, pp. 91-104), p. 93.

universal” dirigira o país a guerra.<sup>89</sup> Ele também percebeu que a atitude da maioria dos portugueses fora contra a Inglaterra: “o orgulho inglês é detestado geralmente pela Nação portuguesa e será ainda mais depois dos últimos acontecimentos.”<sup>90</sup> Essas formulações nítidas, ainda mais nas medidas diplomáticas, obtinham continuidade nos anos seguintes na correspondência de Azevedo, assim p. ex. nas instruções para o Congresso de Viena.

A conformidade com a França por sua vez tinha diversas razões. O que parece inicialmente um paradoxo, teve sua justificativa: uma aproximação da agenda externa à França revolucionária teria que se realizar para assim prevenir que a revolução fosse exportada a ferro e fogo para Portugal. Nas palavras de Azevedo: “os Exércitos Franceses marcham com falanges de opiniões.”<sup>91</sup> Quase profeticamente, ele antecipava as conturbações ocorridas na Espanha em 1807/1808 que de forma indireta e demorada inspiraram os revolucionários do Porto: “o perigo de revolução é iminente, e com a ruína da Monarquia Espanhola se seguirá a nossa.”<sup>92</sup> Transformações na Península poderiam promover “calamidades deste género às possessões na América“, ou, no caso de uma ocupação da mãe-terra portuguesa, seria imaginável que a Grã-Bretanha apoderar-se-ia das possessões ultramarinas portuguesas, sobretudo do Brasil.<sup>93</sup> Uma percepção que preocupava Azevedo até 1807.

Assim que a Casa real partiu para o Brasil no final de novembro de 1807, os esforços de Azevedo no final encontraram-se num beco-sem-saída e ele mesmo era substituído pelo seu adversário D. Rodrigo de Sousa Coutinho como secretário de Negócios Estrangeiros. Tanto sua derrota, quanto o triunfo do Partido Inglês, porém, não eram completos. O Partido Francês de forma alguma foi tirado do destaque, mais foi temporalmente posto fora do jogo. O próprio Azevedo ficava no Conselho do Estado e elaborou de vez em quando pareceres<sup>94</sup> e pela amizade estreita com o secretário particular de João, José Egídio Álvares de Almeida, poderia ser ouvido pelo soberano.<sup>95</sup> Mostrava-se então, que também a decisão sobre o destino de funcionários cabe em última instância ao Príncipe Regente.

Com a morte de D. Rodrigues em janeiro de 1812, Azevedo praticamente voltava ao cargo ministerial. Pesquisadores como ALEXANDRE e RODRIGUES apontam em plena concordância que era ele mesmo e não o formalmente designado ministro, o Marquês de Aguiar,

---

<sup>89</sup> ARAÚJO E AZEVEDO, António de. Ofício de 16 de outubro de 1797. In: BIKER XI-2, p. 514.

<sup>90</sup> Idem. Ofício de 22 de novembro de 1797. In: BIKER XI-2, p. 553.

<sup>91</sup> Ibid., p. 555.

<sup>92</sup> Ibid.

<sup>93</sup> Ibid., p. 556.

<sup>94</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 174.

<sup>95</sup> RODRIGUES, A./MUNHOZ, R. ‘Brasil e Portugal no Antigo Regime’, p. 94.

quem dirigiu as relações internacionais do Império luso-brasileiro do Rio de Janeiro.<sup>96</sup> Segundo MONTEIRO/CARDIM, António de Araújo e Azevedo era ao lado de Pombal um dos poucos diplomatas da baixa nobreza que aproveitaram da carreira diplomática como trampolim aos cargos mais altos do Estado<sup>97</sup> - Azevedo ora pela segunda vez!

António de Araújo e Azevedo tinha fácil acesso ao Príncipe Regente por meio do seu amigo Álvares de Almeida e contribuía ativamente para o *Empire reBuilding* sendo um agraciado naturalista e mecânico. A primeira máquina de impressão do Brasil p. ex. foi comprada por iniciativa do então ministro em Londres, transferida junta à Corte real para o Brasil e até 1810 instalada na própria residência carioca de Araújo e Azevedo.<sup>98</sup> Animado com aquelas atividades criadoras não perdia tempo em pensar na volta a um Portugal devastado. Assim, ele manifestou-se determinadamente contra as reivindicações inglesas coagindo o Príncipe Regente retornar a Lisboa que no final culminou na demissão de Lord Strangford.<sup>99</sup> Concluimos então, que Araújo e Azevedo sem dúvidas deve ser considerado como pro-periférico, talvez ele até representasse com empenho mais forte os interesses brasileiros.

## 2.2 Em Londres

A cidade de Londres enfrentava um desenvolvimento acelerado ao longo do século XIX. Já no início do novo século, mais de uma milhão de habitantes morava na aglomeração londrina e o dinâmico progresso industrial também modernizava o espaço urbano. A importância destacada como epicentro do emergente *Empire* britânico atraía muitos estrangeiros ao rio Tâmisa, ainda mais durante as guerras napoleônicas. Entre outros, a metrópolis também providenciava um porto seguro para muitos portugueses.

Sendo os dois países de qualquer jeito economicamente intimamente entrelaçados desde o século XVII, vários comerciantes portugueses radicavam-se em Londres e tornaram a embaixada portuguesa na capital britânica à missão estrangeira mais importante da Coroa

---

<sup>96</sup> RODRIGUES, A. 'O Gabinete do Ministro e SENAG', p. 78. ou ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 290.

<sup>97</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo/CARDIM, Pedro. 'La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias.' *Cuadernos de Historia Moderna* (2005, v. 30, pp. 7-40), p. 26-27.

<sup>98</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das/GARCIA, Lúcia Maria Cruz Manchete. *Impressão Régia* (pp. 218-222). In: VAINFAS, Ronaldo/NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Org.). *Dicionário do Brasil joanino, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>99</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 288.

portuguesa.<sup>100</sup> As inúmeras possibilidades financeiras, o cosmopolita âmbito político assim como a imprensa relativamente *livre* providenciam um solo fértil para a circulação de jornais e livros de diversos matizes. A partir da invasão francesa da Lusitânia, o número de exilados portugueses crescia consideravelmente em Londres e formava-se uma cultura promissora de impressos concorrendo em si por um mercado editorial emergente que assim relatava com grande interesse sobre as negociações em Viena.<sup>101</sup>

### 2.2.1 D. Domingos de Sousa Coutinho, Conde do Funchal

*Dom Domingos António de Sousa Coutinho: \*1760 em Chaves sendo o terceiro filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, entre outros militar, enviado em Madri e governador-geral da Angola, e de D. Ana Luísa da Silva Teixeira de Andrade; 1776-1781 Cursando direito na Universidade de Coimbra; 1788 Enviado extraordinário em Copenhague; 1790 Enviado em Paris, observador da Revolução Francesa; 1796-1803 Enviado em Turim; 1803-1816 Embaixador ordinário e Ministro Plenipotenciário em Londres; 1808 Elevação ao Conde do Funchal; 1810 Governador do Reino de Portugal (no exilo); 1816-1828 Enviado em Roma; 1828-1833 Embaixador ordinário em Londres; 1833 Elevação ao Marquês do Funchal, ¶em Londres.*<sup>102</sup>

Os Sousa Coutinho eram uma das mais antigas e mais ricas famílias da alta nobreza portuguesa que até eram distantemente aparentados à Casa Bragança. O pai de D. Domingos seguiu primeiro a carreira militar, mudou-se à administração colonial, ocupando o cargo do governador da Angola, e depois entrou no serviço diplomático. O seu último cargo era a embaixada em Madri aonde ele assinou entre outros o Tratado de Santo Ildefonso em 1777.<sup>103</sup>

Tanto seu pai quanto seu irmão mais velho D. Rodrigo atribuíram importância particular à formação de D. Domingos e lhe acompanhavam atentamente durante seus estudos em Coimbra.<sup>104</sup> A relação aparentemente apertada do seu irmão, que já ocupava a partir de 1795 cargos altos na administração alta do Estado, provocava oposição franca entre os afilhados do

---

<sup>100</sup> MONTEIRO, N. G./CARDIM, P.: La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen, p.

<sup>101</sup> MUNARO, Luís Francisco. *O Jornalismo luso-brasileiro em Londres*.

<sup>102</sup> Parecer segundo ZÚQUETE, A. E. M. (Org.). *Nobreza de Portugal* (v. 2), p. 629; BASTOS E MONTEIRO DE CARVALHO, Debora Cristina Alexandre. D. Domingos António de Sousa Coutinho- um diplomata português na Corte de Londres (1807-1810). Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado | UFJF, 2012, p. 31-51; e ANTT: Condes de Linhares, catálogo. ID L 714. Lisboa, 2014, p. 3. <<http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2014/12/catalogo-Condes-Linhares-final.pdf>> [Acesso em: 22.09.2017].

<sup>103</sup> BASTOS, Debora: D. Domingos António de Sousa Coutinho, p. 23-25.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 33.

Partido Francês.<sup>105</sup> Em 1808, D. Rodrigo tinha substituído seu duro adversário no cargo de secretário de Negócios Estrangeiros e seu irmão D. Domingos, sendo embaixador em Londres, liderava a missão estrangeira mais importante de Portugal. Basta para Araújo e Azevedo acusando-lhes de nepotismo na ocupação de cargos mais destacados.<sup>106</sup>

Realmente, com D. Rodrigo no Rio de Janeiro exercendo o papel ministerial e D. Domingos sendo embaixador em Londres, a política externa seguia um rumo firmemente anglófilo. Sob inclusão do enviado britânico no Rio de Janeiro, Percy Smythe, o Viscount Strangford, eles formaram um trio anglófilo que abasteceu os dois governos seletivamente com informações e influenciava especialmente a Coroa portuguesa consideravelmente.<sup>107</sup> Graças às suas ótimas relações aos círculos internos de poder britânicos, D. Domingos conseguia ficar muito mais tempo em Londres como diplomata do que desejado pelo Rio de Janeiro. Na verdade, já no início de 1813, Palmela teria lhe substituído, só que Castlereagh sabia adiantar o credenciamento do sucessor por tanto tempo até este foi mandado a Viena.<sup>108</sup>

Na partida do seu mandato em Londres, a residência de D. Domingos era o centro de reuniões da comunidade lusa. Os comerciantes representados em alto número encontravam-se aos domingos para frequentar a missa católica na capela e hóspedes ingleses tornavam a embaixada um lugar comunicativo, onde informações circulavam em grande velocidade. No decorrente da reestruturação do Império português nos anos 1807 e 1808, D. Domingos encontrava-se em pleno espaço de manobra. Com a Casa real na travessia, ele tinha chegado no auge do seu poder individual e era o verdadeiro representante da soberania portuguesa.<sup>109</sup>

Seu prestígio entre a comunidade lusa sofreu pela primeira vez um duro revés assim que D. Domingos colaborara ativamente nas negociações de ambos os Tratados de 1810. Tanto o Tratado de Aliança e Amizade quanto em particular o Tratado de Comércio e Navegação foram veementemente criticados ainda pelos contemporâneos. Além de Araújo e Azevedo, seu adversário francófilo, ora D. Domingos era atacado sob aspetos econômicos por seu novo rival pessoal, o jornalista anglófilo Hipólito da Costa (1774-1823), editor do jornal *Correio*

---

<sup>105</sup> Ibid., p. 109.

<sup>106</sup> Ibid., p. 108-109.

<sup>107</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 176.

<sup>108</sup> VAZ DE CARVALHO, Maria Amália. *Vida do Duque de Palmella, D. Pedro de Souza Holstein* (v. 1). Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, p. 264.

<sup>109</sup> BASTOS, Debora. *D. Domingos António de Sousa Coutinho*, p. 44.

*Braziliense* em Londres.<sup>110</sup> Como foi concluído absolutamente correto por BASTOS, isso mostrava claramente a heterogeneidade do chamado Partido Inglês.<sup>111</sup>

Após a morte do seu irmão Rodrigo e os ganhos crescentes de Araújo a Azevedo, D. Domingos sob essas condições mudadas afinal perderia a graça do Príncipe Regente quando ele sucumbiu a ceder compromissos precipitados à Grã-Bretanha no Primeiro Tratado de Paz de Paris (vd. Cap. 3.2). Durante a época do Congresso de Viena ele ainda conseguia se manter em Londres e assim exercia influência concebível, a partir de 1816, quando D. Domingos foi *afastado* à embaixada em Roma.

Por ordem real, ele deveria voltar a Portugal em 1819 para assumir como governador à administração do Reino assolado. Antecipando as iminentes perturbações, como foi presumido por BASTOS, ele rejeitou a chamada e ficava na Cidade Eterna.<sup>112</sup> Pronto no começo da Revolução do Porto em 1820, D. Domingos simpatizava com a causa liberal e redigiu uma memória contra o Antigo Regime. Esta só poderia ser publicada em 1823, sintomaticamente em Londres na casa editora de TC Hansard que imprime também os *Parliamentary Debates*.<sup>113</sup>

Parece que a morte de D. Rodrigo rompeu com a sua influência *periférica* aos irmãos Sousa Coutinho. O outro irmão de D. Domingos, D. José António de Meneses de Sousa Coutinho (1757-1817), conhecido como o Principal Sousa, era provavelmente a porta voz mais determinada da volta do Príncipe Regente e poderia ter refletido tais ideias ao irmão mais novo. Ainda mais reforçado pela pressão britânica, D. Domingos promovia mais insistentemente o retorno do soberano. Como já foi indicado, ele não queria nem pisar nas terras trópicas da Coroa portuguesa rejeitando até a solicitação do rei, antecipava a Revolução do Porto e solidarizava-se com os liberais que entre outros se queixaram da *marginalização* de Portugal. Assim, D. Domingos de Sousa Coutinho claramente enquadrava-se no *lado* metropolitano.

## 2.3 Em Viena

Secundando em população demográfica Londres e Paris, Viena estava com cerca de 250 mil habitantes no terceiro lugar das aglomerações europeias e cresceu temporalmente durante

---

<sup>110</sup> COSTA, Hipólito da. 'Exame do tratado de Comércio entre as cortes do Brasil, e da Inglaterra.' *O correio braziliense*. Vol 5. p. 189.

<sup>111</sup> BASTOS, Debora. *D. Domingos António de Sousa Coutinho*, p. 110.

<sup>112</sup> *Ibid.*, p. 48-49.

<sup>113</sup> SOUSA COUTINO, Domingos António de. *Introdução as Notas Supprimidas em 1821. Ou Raciocínio sobre o Estado presente e futuro da Monarquia Portuguesa*. London: TC Hansard, 1823.

o Congresso, devido aos vários reis, príncipes, ministros, diplomatas e seu entourage. O declinante Império austríaco não se poupava em custos ou preparações para mostrar o cintilante brilho dos Habsburgo. Além das próprias negociações de paz, o Congresso de Viena também devia servir como um “joyous ritual cleansing“ depois das agitações revolucionárias.<sup>114</sup>

A cidade de Viena tirava vantagens em frente de outras capitais europeias que ela ainda, seguindo as palavras de KING, se dispunha com uma atmosfera aristocrática ao contrário de p. ex. Berlim ou Paris que a perderam durante as perturbações revolucionárias. Antes que a guerra veio à Áustria, Viena fora a capital cultural da Europa e hospedara nas suas mansões barrocas uma nobreza que adorava se entregar ao consumo e festas. Menos que outras aglomerações urbanas, a cidade às margens do Danúbio ficava menos afetada pelas distorções sociais da época que deixava reduzida a *burguesia* no local.<sup>115</sup>

Sintomaticamente, as cabeças coroadas mais destacadas da Europa, entre elas o czar russo e o rei da Prússia, foram hospedados no centro do Palácio Imperial de Hofburg. Um próprio comitê de festas organizava banquetes, caçadas, bailes, concertos e outras convivências sociais que ocorriam quase diariamente. Após as reuniões diplomáticas durante o dia, frequentemente as negociações eram continuadas a noite, assim num nível mais informal - e, de vez em quando, ultrapassaram irracionalmente os limites razoáveis do bom senso.<sup>116</sup> A citação mais popular associada ao Congresso de Viena, descrevendo-o como *o Congresso não anda; ele dança*, então, não fica tão inegável.

Um outro aspecto que é posto em destaque especialmente por VICK, era o *microcosmo aristocrático* no Congresso de Viena. Não só a grande maioria da elite política, mas também a vanguarda social e cultural se encontrou na capital austríaca. De modo contundente, mas não errado o autor chama o Congresso de Viena de uma “class or family reunion“. Enfim, a quantidade dos altamente educados pensadores e estadistas europeus não era tão grande e além disso, eles eram transnacionalmente da melhor forma possível conectados, tendo como elo comum um espírito cosmopolita. Como um dos *hubs* informais servia entre outros o permanente clima festivo sobrepondo o cenário diplomático e salões políticos na cidade de Danúbio.<sup>117</sup>

---

<sup>114</sup> JARRETT, Mark. *The Congress of Vienna and its Legacy. War and Great Power Diplomacy after Napoleon*. London/New York: I. B. Tauris, 2013, p. 94-95.

<sup>115</sup> KING, David. *Vienna, 1814. How the Conquerors of Napoleon made Love, War, and Peace at the Congress of Vienna*. New York: Harmony Books, 2008, p. 16-17.

<sup>116</sup> JARRETT, M. *The Congress of Vienna and its Legacy*, p. 95-96.

<sup>117</sup> VICK, Brian E. *The Congress of Vienna. Power and Politics after Napoleon*. Cambridge-MA/London: Harvard University Press, 2014, p. 112-113.

Praticamente como vantagem doméstica, os anfitriões deram muito valor à uma plena colheita de informação e vigilância por meio dos serviços secretos. Assim, os cerca de 300 cocheiros das delegações estrangeiras foram instruídos para prestar atenção a qualquer conversa do melhor jeito possível. No chamado *Cabinet noir* no Palácio Imperial correspondências foram abertas despercebidamente e, se necessário, decifradas. Espiões contratados perseguiram os mais importantes dignitários estrangeiros registrando seus caminhos e visitas e também dirigidos a obter informações discretas nas inúmeras reuniões festivas.<sup>118</sup>

Devido à baixa relevância concedida à delegação luso-brasileira não achamos como provável tal vigilância praticado em seus Plenipotenciários. Além das próprias negociações, porém, não conseguimos ainda tirar conclusões sobre as atividades dos diplomatas portugueses fora de conferências oficiais. Sempre se deve levar em conta que muito das questões diplomáticas foram resolvidas (ou complicadas) nas confraternizações festivas ou em reuniões secretas.

Além do próprio Conde de Palmela, a quem foi atribuído por ALEXANDRE o papel exclusivo na representação diplomática do Império português em Viena, a delegação luso-brasileira era bem mais versátil e heterogênea. No conseguinte, não apresentaremos apenas Palmela, mas também os outros dois Plenipotenciários, Joaquim Lobo da Silveira e António Saldanha da Gama, e também o conselheiro Ambrósio Joaquim dos Reis. Parece que a missão portuguesa junto ao Congresso contava no total com oito pessoas. Além dos já ditos e mais importantes foram alistados o conselheiro Rodrigo Navarro de Andrade, o secretário geral Manuel Rodrigues Gameiro [Pessoa] e os dois amanuenses Luiz Antonio de Abreu e Lima e Torquato José Ferreira que aparentemente não chamaram muita atenção no procedimento das negociações.<sup>119</sup>

### 2.3.1 D. Pedro de Sousa Holstein, Conde de Palmela

*Dom Pedro de Sousa Holstein: \*8 de maio de 1781 em Turim sendo filho primogênito de D. Alexandre de Sousa Holstein e D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho, alta nobreza; 1791 Colégio em Genebra; 1794 ou 1795 Matriculado na Universidade de Coimbra; 1796-1802 Serviço militar entre outros servindo o Duque de Lafões, esp. em Lisboa; 1802-1805 Em função na embaixada portuguesa em Roma, no início chefiada pelo seu pai, depois da sua morte*

---

<sup>118</sup> KING, D. *Vienna, 1814*, p. 72-74.

<sup>119</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 22.06.1815. In: BIKER XVIII, p. 491.

*tornou-se diplomata executivo; 1805 Estadia em Coppet na casa de Madame de Staël, regresso para Portugal; 1806 Administração da casa; 1807-1810 Serviço militar sob o comando do general Nicholas Trant; 1810-1812 Ministro Plenipotenciário em Cádiz; 1812 Elevação ao Conde de Palmella, designação para embaixador em Londres; 1813 Transferência à capital britânica, D. Domingos de Sousa Coutinho conseguia ficar no cargo; 1814 Representante português na Primeira Paz de Paris acompanhando D. Domingos, designação para enviado extraordinário no Congresso de Viena; 1814-1815 Representante português neste Congresso e na Segunda Paz de Paris; 1816-1820 breve estadia em Lisboa depois embaixador em Londres; 1817 Designação para Secretário de Negócios Estrangeiros, adiantou ocupação de cargo até 1820; 1820 Breve estadia em Portugal depois transferência para o Rio de Janeiro; 1821 Volta para Portugal junto com a Corte real; 1823 Retorno à política e elevação ao Marquês de Palmella; 1824 Preso no Torre de Belém no decorrente da Abrilada absolutista; 1824-1825 Volta ao cargo ministerial; 1825-1828 Embaixador em Londres; 1828 Pede demissão depois da coroação do absolutista Miguel, Expedição ao Porto e fuga de volta a Londres; adesão ao governo liberal em exílio; 1833 Elevação ao Duque de Palmella; 1834 Retorno a altos cargos estatais depois a vitória dos liberais nas Guerras Miguelistas; 1838 Enviado extraordinário na coroação de Victoria em Londres; †12 de outubro de 1850 em Lisboa.<sup>120</sup>*

Os pais de D. Pedro provinham de famílias da alta nobreza, porém, foram perseguidos durante a Era pombalina. Sua mãe D. Isabel de Sousa Coutinho (1753-1793) foi casada contra vontade por dois anos com o filho de Pombal, José Francisco de Carvalho Daun (1753-1821), até ela conseguir anular o casamento. Preocupada com a reputação da família, o tio de D. Isabel proibiu seus filhos, entre eles D. Rodrigo e D. Domingos de Sousa Coutinho, de manter contato com a sua prima que caiu em desgraça.<sup>121</sup> Resumindo: D. Pedro era o sobrinho de segundo grau dos irmãos Sousa Coutinho.

Sendo filho de diplomata, D. Pedro passava a maioria da sua juventude no exterior europeu e assim, recebia menos uma formação escolar, mas sim uma educação cosmopolita convivendo em diferentes cidades com diferentes estudiosos. Ele não conseguia terminar os estudos começados em Coimbra, porque, sendo o filho primogênito, era convenção prestar o serviço militar. De volta ao exterior, ele teve que assumir a liderança logo após ao falecimento de seu pai como interino na embaixada portuguesa em Roma. Na Cidade Eterna frequentava um círculo de intelectuais que se reunia na casa do enviado prussiano daquela época, Wilhelm von Humboldt (1767-1835). Muitas das personagens relevantes que ele encontrara lá, devia

---

<sup>120</sup> Parecer segundo ZÚQUETE, A. E. M. (Org.). *Nobreza de Portugal* (v. 3), p. 99-104.

<sup>121</sup> SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'état. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812* (v. 1). Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003, p. 311.

rever mais tarde, como p. ex. Ercole Cardeal Consalvi (1757-1824), enviado da Santa Sé em Viena, Germaine de Staël ou o próprio von Humboldt.

A Madame de Staël (1766-1817), a mais proeminente, mas não a única amante de D. Pedro<sup>122</sup>, já foi reencontrada por ele na viagem de retorno a Portugal e ficava com ela uns meses em Coppet.<sup>123</sup> De volta em Portugal, ele rapidamente era envolvido nas hostilidades na Península e servia sob o comando do general britânico Trant. Valoroso demais para o serviço militar, D. Pedro foi mandado como Ministro Plenipotenciário conjunto às Cortes de Cádiz e tentou, sem sucesso, conseguir uma suspensão da *Lex Sálica* que possibilitaria a D. Carlota Joaquina assumir ao trono espanhol.<sup>124</sup>

Dois anos mais tarde, com somente 31 anos de idade, ele foi designado para assumir a embaixada de Londres, a mais importante de Portugal. A efetiva ocupação do cargo, porém, era intencionalmente atrasada pelo Lord Castlereagh de acordo com D. Domingos de Sousa Coutinho. Ora, D. Pedro era condenado à inatividade, mas deveria ter estabelecido vários contatos na capital britânica, tanto à comunidade lusa, quanto a londrinos influentes.<sup>125</sup>

No início de maio de 1814 D. Pedro viajou às negociações de paz em Paris junto com seu tio de segundo grau. As concessões prematuras dos dois diplomatas (vd. Cap. 3.1), ora não resultaram só na ruptura decisiva com o Conde do Funchal, mas também prejudicaram a reputação irrepreensível de D. Pedro. Reagindo aos resultados da Primeira Paz de Paris, Aguiar, ou seja, Araújo e Azevedo, julgou o futuro enviado junto ao Congresso de Viena pelas propostas que este fez perante a comissão dos limites como “totalmente opostas às instruções”.<sup>126</sup>

Numa carta para Araújo e Azevedo quem ele endereçava como seu *amigo*, datada ao 13 de janeiro de 1815, Palmela rejeitou a autoria daquelas propostas. Ele não mencionou D. Domingos, mas, dando em consideração que a delegação portuguesa em Paris só contava duas cabeças, não era difícil adivinhar quem teria sido o próprio autor. No final da carta, D. Pedro muito elucidativamente invocou a confiança do seu tutor: “Espero que V. Ex<sup>a</sup>. me fará a justiça de acreditar que não há ninguém mais [?] do que eu de qualquer espírito de partido ou da intriga

---

<sup>122</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *O primeiro Duque de Palmela. Político e Diplomata*. Lisboa: Dom Quixote, 2015, p. 20.

<sup>123</sup> Por muito tempo, D. Pedro manteve contato com a influente Mme. de Staël vd. D'ANDLAU, Béatrix (Org.). *Correspondência de Madame de Staël e Dom Pedro de Souza*. Lisboa: Quetzal, 2010; sobre seu abrangente impacto à política europeia vd. SLUGA, Glenda. 'Madame de Staël and the Transformation of European Politics, 1812–17'. *The International History Review* (v. 37, n. 1, 2015, pp. 142-166).

<sup>124</sup> AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 100.

<sup>125</sup> VAZ DE CARVALHO, M. A. *Vida do Duque de Palmella*, p. 265.

<sup>126</sup> Marquez de Aguiar para Conde de Palmella, 27.08.1814. In: BIKER XVI, p. 373.

e que me desconcentra inteiramente no desejo de cumprir do melhor modo possível com as minhas obrigações e de desempenhar a confiança que S. A. R. e V. Ex<sup>as</sup>. se dignados a ter em mim.”<sup>127</sup>

Fosse possível que a intenção principal de Palmela era apaziguar o secretário, mas sob consideração dos outros documentos e especialmente da sua correspondência diplomática, ficou mais provável que ele sobretudo queria se distanciar do seu tio de segundo grau. Por que D. Pedro teria que arriscar sua própria carreira promissora, a qual em seus então 33 anos de idade, se encontrava apenas iniciando a trocá-la por se enredar redes pessoais que ainda eram baseadas em partidos de corte já ultrapassadas?

Dá para constatar uma convencida atitude liberal para sua vida posterior e suas estadias duradouras em Londres não terem aprovadas uma posição anglofóbica. Seu empenho, assim com sua distância *educada* aos anglófilos, caracterizavam lhe como *sólido* diplomata cujo interesse acima de tudo era a razão de Estado. Parece que ele servira com lealdade atenciosa, mas não com obediência cega a Coroa portuguesa.

Antes de assumir finalmente o cargo de embaixador em Londres, voltando de Paris D. Pedro pôde buscar a família em Portugal. Lá, ele encontrara a “orfandade política”<sup>128</sup> de um país, abandonado pelo soberano e administrado pelos ingleses. Por causa da sua experiência política como por motivos pessoais, sendo o filho primogênito de grandes latifundiários aristocráticos, Palmela não devia ter nenhum interesse em perturbações revolucionárias-republicanas na mãe-terra do Império luso-brasileiro. Pela primeira vez em 1817, D. Pedro recusou mover-se para o Brasil sucedendo aos cargos do falecido Marquês de Aguiar. Só três anos depois, ele teve que ouvir a sua chamada para o Rio de Janeiro. A escala em Portugal novamente era fatídica para ele testemunhando as primeiras agitações liberais, anglofóbicas e nacionalistas que inundavam a Lusitânia do Norte para baixo. Chegando no Rio de Janeiro com essa forte impressão, logo ele teve que voltar a Lisboa junto com a Corte real. Enquadrando tudo isso, destacamos para D. Pedro de Sousa Holstein uma tendência metropolitana, não necessariamente contra uma destacada agenda *pro-periférica*, mas sim consciente e preocupado com o berço da monarquia lusa.

---

<sup>127</sup> Conde de Palmela para António de Araújo e Azevedo, 13.01.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001167.

<sup>128</sup> SCHULTZ, K. *Versalhes Tropical*, p. 109.

### 2.3.2 D. Joaquim Lobo da Silveira, posterior Conde de Oriola

*Dom Joaquim José António Lobo da Silveira: \*17 de maio de 1772 em Alvito sendo o filho segundogênito de D. Fernando José Lobo da Silveira Quaresma, 2.º Marquês do Alvito, e D. Maria Bárbara de Menezes, alta nobreza que era parentada à Casa real; 1778-1805 Formação militar; 1805 Comandante do Forte de Sesimbra perto de Lisboa; gentil-homem de D. Maria I e de João; Provedor da Casa da Índia, Comendador (ComC) da Ordem de Cristo; 1808-1814 Primeiramente Enviado extraordinário, depois Ministro Plenipotenciário em Estocolmo; 1814-1815 Representante no Congresso de Viena e na Segunda Paz de Paris; 1816-1826 Ministro Plenipotenciário em Berlim; 1820 Elevação ao Conde de Oriola; 1822 Patente para a nobreza prussiana, Graf von Oriola; 1825 Embaixador extraordinário na coroação de Charles X; participando na Guerra Civil Portuguesa no lado dos miguelistas absolutistas; 1834 Naturalização na Prússia; Wirklicher Geheimer Rat (Verdadeiro Conselheiro Secreto) de Friedrich Wilhelm III; †29 de abril de 1846 em Reuden (Prússia).<sup>129</sup>*

Em concordância com MONTEIRO/CARDIM, as fases iniciais na vida de D. Joaquim foram bem típicas para um futuro diplomata da Coroa portuguesa: digno da nobreza, ele serviu como militar e funcionário na administração antes de assumir o seu primeiro cargo no exterior.<sup>130</sup> É possível identificar outras características por meio do seu currículo. Por um lado, como o Marquês de Aguiar, ele serviu como gentil-homem na Corte e assim, muito próximo à Casa real. Quer dizer entre os três enviados portugueses em Viena, todos da nobreza, D. Joaquim provinha da família nobiliárquica mais alta que era até aparentada com a Casa real. Além disso, ele era o mais velho entre a delegação luso-brasileira. Esta, porém, era chefiada pelo enviado mais jovem, D. Pedro de Sousa Holstein, que já fora elevado Conde no período do Congresso.

Mesmo que haja só indicações contraditórias que ele realmente tivesse servido num cargo na América Portuguesa, D. Joaquim pelo menos ocuparia uma função na administração colonial sendo provedor da Casa da Índia. Durante sua estadia em Estocolmo, conseguia publicar em 1808 seu estudo *Skizze von Brasilien* (Esboço do Brasil) em alemão.<sup>131</sup> Pelo menos por conta própria, D. Joaquim adquirira conhecimentos profundos da possessão ultramarina e talvez até tivesse morado no Brasil por um tempo.

Um outro evidente, mas sobretudo enigmático detalhe da sua vida era sua óbvia germanofilia. Em 1805 D. Joaquim era eleito membro correspondente à Academia de Ciências

---

<sup>129</sup> Parecer segundo KNESCHKE, Ernst Heinrich (Org.). *Neues allgemeines Deutsches Adels-Lexikon* (v. 6). Leipzig: Friedrich Voigt's Buchhandlung, 1865, p. 613 e ZÚQUETE, A. E. M. (Org.). *Nobreza de Portugal* (v. 3), p. 79-80.

<sup>130</sup> MONTEIRO, N. G./CARDIM, P. 'La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen', p. 24-25.

<sup>131</sup> LOBO DA SILVEIRA, Joaquim José António. *Skizze von Brasilien*. Stockholm: Johann P. Lindh, 1808.

de Göttingen<sup>132</sup> e em 1816 nomeado cidadão honorário pela mesma cidade.<sup>133</sup> Num total de sete cartas para Araújo e Azevedo entre o período de 1814/1815, ele pediu licença para assumir o cargo de representante português em Berlim e promoveu insistentemente a assinatura de um tratado comercial com o Reino da Prússia.<sup>134</sup> Essa forte afinidade de um catoliquíssimo portador da condecoração da Ordem de Cristo à Prússia estritamente protestante era ainda mais excêntrico dando em consideração o significado da clivagem confessional daquela época.

Geralmente, D. Joaquim seguia uma densa correspondência com o Conde da Barca e referia-se a ele relativamente informal como *meu amigo* e desistia da terceira pessoa de vez em quando do título honorário *Vossa Excelência*. Pelo menos para D. Joaquim a relação ao seu ministro devia ter sido mais familiar: “Meu melhor e prezadíssimo amigo: Nas minhas cartas particulares, só lhe falo do que me diz particularmente respeito.”<sup>135</sup> Um possível elo entre os dois poderia ter sido a germanofilia e o entusiasmo pelas ciências naturais. Tanto Araújo e Azevedo quanto Lobo da Silveira passaram um tempo estudando na Alemanha e ficaram a conhecer diferentes estudiosos germânicos. Numa das cartas ao ministro, D. Joaquim contava orgulhosamente que o químico sueco, Jöns Jakob Berzelius (1779-1848) nomeou um mineral Loboit.<sup>136</sup>

A relação difícil com os seus colegas também era mencionada na correspondência com Araújo e Azevedo. Pareceu que especialmente a circunstância de D. Joaquim sendo o mais velho e provindo da família mais elevada, e mesmo assim era subordinado a Palmela, significativamente mais jovem que ele:

“No caso de S. A. R. haver por bem empregar-me em algum outro congresso, que possa ter lugar na crise atual, o mesmo augusto Senhor Se digna; ou mandou-me como Subalterno de pessoa, de baixo de quem, vista a minha idade e a minha antiguidade no Serviço, eu possa sem marca exterior de degradação servir; ou, a S. A. R. me honrar com a Sua Confiança a ponto de me igualar a outros, permitir-me que em tal caso O sirva sem colegas.”<sup>137</sup>

---

<sup>132</sup> KRAHNKE, Holger. *Die Mitglieder der Akademie der Wissenschaften zu Göttingen 1751-2001*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2001, p. 154.

<sup>133</sup> Stadtarchiv Göttingen. *Ehrenbürger/innen der Stadt Göttingen*. <<http://www.stadtarchiv.goettingen.de/texte/ehrenbuerger.htm>> [Acesso em: 17.09.2017].

<sup>134</sup> Lobo da Silveira para Araújo e Azevedo, 25.01.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001101.

<sup>135</sup> Lobo da Silveira para Araújo e Azevedo, 16.04.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001102.

<sup>136</sup> Lobo da Silveira para Araújo e Azevedo, 29.11.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001111.

<sup>137</sup> *Ibid.*

Essas distorções dentro da delegação luso-brasileira manifestaram-se pela primeira vez quando D. Joaquim enviou aos secretários no Rio de Janeiro uma outra consideração sobre a restituição da Guiana Francesa que Palmela e Saldanha tinham feitos.<sup>138</sup>

Sendo representante da alta aristocracia conservadora, tudo o que ele queria, era, nas suas palavras “preencher as Vistas do Soberano.”<sup>139</sup> Dentro do trio dos enviados, D. Joaquim definitivamente era o homem para os negócios centro-europeus, então alemães. Originariamente, ele fora concebido como enviado na Corte habsburga, porém, preferiu “a Missão de Berlin em vez da de Viena.”<sup>140</sup> Além disso, ele também era responsável para procurar alianças dinásticas para a Casa Bragança, apesar das distâncias geográficas, ou seja, precisamente devido às, ligando-a mais próxima às outras casas reinantes da Europa. Naquele assunto ele também pôs a Prússia em cima das outras potências e propôs uma aliança entre o sucessor ao trono e uma das princesas da Casa Brandemburgo.<sup>141</sup>

Tendencialmente, e semelhante a Marquês de Aguiar, o *continental* D. Joaquim era posicionado ceticamente em respeito à Inglaterra: “a prepotência da Inglaterra nos pode fazer vítima de qualquer chicana, que convenha ao seu interesse ou satisfaça o seu capricho; porém a prepotência não e nem dá direito.”<sup>142</sup> As reservas relativas à Grã-Bretanha originavam-se, então, menos de razões ideológicas, mas sim da preocupação da reestabelecida supremacia econômica que aumentaria inevitavelmente a pressão ao Império luso-brasileiro.

Como o Marquês de Aguiar, o mesmo D. Joaquim não podia ser categorizado tão fácil em apenas um dos dois lados. Parece que naquele período ele tivesse mais a Prússia em foco que a sua própria pátria lusa. Mesmo assim, ele era um convencido partidário dos absolutistas que queria manter o *status quo*, não aceitava renovações e seguia fielmente a Coroa portuguesa. Assim, ele teria rejeitado qualquer influência inglesa aos reinos portugueses. Dando em consideração seus conhecimentos sobre o Brasil e a experiência na administração colonial sugerimos uma leve tendência periférica, sobretudo porque a vontade do soberano era lei. Mas reconhecidamente, a base de informação não estava ainda suficientemente sedimentada para tirar conclusões mais definitivas.

---

<sup>138</sup> Lobo da Silveira para Araújo e Azevedo, 12.05.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001104.

<sup>139</sup> Lobo da Silveira para Araújo e Azevedo, 17.12.1814. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001098.

<sup>140</sup> Lobo da Silveira para Araújo e Azevedo, 13.11.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001110.

<sup>141</sup> Lobo da Silveira para Araújo e Azevedo, 07.10.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001108.

<sup>142</sup> Lobo da Silveira para Araújo e Azevedo, 12.05.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001104.

### 2.3.3 D. António de Saldanha da Gama, posterior Conde do Porto Santo

*Dom António de Saldanha da Gama: \*5 de fevereiro de 1778 em Lisboa sendo o filho segundogênito de Manuel de Saldanha da Gama, moço-fidalgo na Casa real e entre outros membro do Conselho Ultramar, e da sua segunda esposa, D. Francisca Joana Josefa da Câmara; serviço militar na marinha; 1802 Governador da Capitania de Maranhão; 1807-1810 Governador-geral da Angola; 1810-1814 Membro do Conselho da Fazenda; 1814-1815 Representante no Congresso de Viena; 1815-1820 Ministro Plenipotenciário em São Petersburgo; 1820 Ministro Plenipotenciário em Madri; 1823 Elevação ao Conde do Porto Santo; 1823-1825 Ministro Extraordinário em Madri; 1825-1826 Ministro de Negócios Estrangeiros; 1826 Par do Reino e assim membro da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguez, além disso membro do Conselho Ultramar; 1833-1834 Presidente da Câmara municipal de Lisboa; †23 de julho de 1839 em Lisboa.<sup>143</sup>*

A família Saldanha da Gama também ocupara na sua linha descendente altos cargos. O avô de D. António, João de Saldanha da Gama, era entre 1725 e 1732 governador da Índia Portuguesa Oriental, e seu tio, monsenhor D. António Francisco Saldanha da Gama era cardeal-patriarca de Lisboa.<sup>144</sup> Com 24 anos de idade, D. António já sumiu ao primeiro cargo alto, sendo designado para governador do Maranhão, e depois ocupava o mesmo cargo na Angola. Na África ocidental portuguesa empreendia vários projetos para aumentar a atratividade econômica da colônia, modernizá-la administrativamente e cartografar o interior.<sup>145</sup> Sua memória sobre as colônias no Ocidente africano foi publicado em 1814<sup>146</sup> e reimpressa por seus alunos da Casa Pia em 1839.<sup>147</sup>

Durante seu empenho no Rio de Janeiro sendo membro do Conselho de Fazenda, D. António redigiu uma memória sobre o tráfico negreiro. Resumindo-a, ele promoveu um melhoramento das condições de viagem para os escravos africanos. Assim, a quantidade de mão de obra chegando no Brasil acresceria, o que tornaria a economia mais produtiva.<sup>148</sup> No Congresso de Viena a principal tarefa de D. António então, era negociar essa matéria de

---

<sup>143</sup> Parecer segundo ZÚQUETE, A. E. M. (Org.). *Nobreza de Portugal* (v. 3), p. 172-173.

<sup>144</sup> MONTEIRO, N. G./CARDIM, P. 'La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen', p. 25.

<sup>145</sup> ZÚQUETE, A. E. M. (Org.). *Nobreza de Portugal* (v. 3), p. 172.

<sup>146</sup> SALDANHA DA GAMA, António de. *Memoria sobre as Colonias de Portugal, situadas na Costa Occidental d'África, mandada ao governo pelo antigo governador e capitão general do Reino de Angola, Antonio de Saldanha da Gama, em 1814*. Belém: Typographia da Casa Pia, 1839.

<sup>147</sup> SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez* (v. I). Verbete: Antonio de Saldanha da Gama. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, p. 265.

<sup>148</sup> CARVALHO VIOTTI, Ana Carolina de. 'As proposições de Antonio de Saldanha da Gama para a melhoria do tráfico de escravos, "por questões humanitárias e econômicas", Rio de Janeiro, 1810.' *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro (v. 23, n. 4, out.-dez. 2016, pp.1169-1189).

destacada importância para a Coroa portuguesa, e em particular, para as suas possessões ultramarinas (vd. Cap. 3.1 e Cap. 3.3.1). Uma memória parecida era enviada no final de 1816 em São Petersburgo para Ioannis Kapodistrias, junto com Nesselrode um dos ministros da Rússia no Congresso.<sup>149</sup>

Seu vínculo aos outros diplomatas portugueses parecia tenso. Cerca do final do Congresso, ele pediu Araújo e Azevedo por não ser mais utilizado em companhia “porque hei de ter muita repugnância em fazer o papel de acusador, de que por esta vez me dispenso.”<sup>150</sup> Sobretudo, seu colega Lobo da Silveira era visto com antipatia por ele. Após seu relato diferente do dia 12 de maio (vd. Cap. 3.3.2.1), D. António comentou este três semanas mais tarde numa carta para Araújo e Azevedo. O destinatário conheceria “os indivíduos, e vi seus diferentes gênios” e assim se precisava muito de esforço para “salvar o escândalo que quase chegou a ter lugar.”<sup>151</sup>

Além disso, ele criticou os tratados comerciais que foram fechados rápidos demais e sem a respetiva competência técnica.<sup>152</sup> Uma indireta tão óbvia contra os *projetos prussianos* de Lobo da Silveira o que ia ser repetido pelo seu colaborador próximo Ambrósio Joaquim dos Reis. Só que este até chamou o próprio nome de Lobo da Silveira. Uma direção semelhante era seguida por uma acusação parecida de D. António: “eu respeito os conhecimentos, e o talento de cada indivíduo, porém não cedo a nenhum em patriotismo, e zelo pelo serviço.”<sup>153</sup>

O Conde do Funchal também era depreciado por ele. Já na primeira carta enviada para Araújo e Azevedo no período dos congressos, D. António duvidava a lealdade de D. Domingos perante a Coroa. Num encontro no *Foreign Office* durante a escala em Londres antes de vir para Viena a volta do Príncipe Regente era discutido e levou Saldanha da Gama a protestar: “pelo silêncio do Conde do Funchal, fui obrigado a defender naquela ocasião com a liberdade que S. A. R. devia conservar de voltar ou não dos seus Estados do Brasil.”<sup>154</sup>

Depois do seu empenho no Congresso de Viena, D. António era mandado a São Petersburgo. Com Sousa Holstein em Londres e Lobo da Silveira em Berlim, era também a vez do terceiro diplomata português de Viena ocupar uma das missões mais importantes. Como será mostrado embaixo (vd. Cap. 3.1), o Império russo era pensado como contrapeso continental

---

<sup>149</sup> SALDANHA DA GAMA, António de: *Memoria Historica e Politica sobre o Commercio da Escravatura entregue no dia 2 de novembro de 1816 ao Conde Capo d'Istria, Ministro do Imperador da Rússia por Antonio de Saldanha da Gama*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880.

<sup>150</sup> Saldanha da Gama para Araújo e Azevedo, 11.04.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002062.

<sup>151</sup> Saldanha da Gama para Araújo e Azevedo, 05.06.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002065.

<sup>152</sup> Ibid.

<sup>153</sup> Ibid.

<sup>154</sup> Saldanha da Gama para Araújo e Azevedo, 25.09.1814. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002056.

equilibrando a hegemonia britânica. Fica plausível então, o por quê de um dos diplomatas mais anglofóbico fosse colocado em ofício junto à Corte imperial russa.

Claramente, D. António de Saldanha da Gama seguia uma linha pro-periférica com uma atitude inabalável contra a tutela britânica. Nos seus numerosos impressos e memórias, D. António promovia uma promoção e exploração dos domínios ultramarinos, também, e sob consideração especial, das colônias africanas.

### 2.3.4 Ambrósio Joaquim dos Reis

*Ambrósio Joaquim dos Reis: 1790s Função na administração das Sete Casas, da Fazenda Real e do comércio exterior; 1806 Viagens de estudo pela Europa em serviço da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, ficou conhecido com D. Rodrigo de Sousa Coutinho; 1808-1810 Estadia em Londres; 1814-1815 Conselheiro da delegação luso-brasileira ao Congresso de Viena; depois secretário da missão em Paris.*<sup>155</sup>

Sendo uma “[p]ersonagem um tanto obscura na historiografia”<sup>156</sup> devemos recorrer a hipóteses e tirar conclusões baseadas na análise do seu contexto biográfico. Supomos a possibilidade de que dos Reis fosse nativo do Brasil e considerando seu nome, a ausência de um pronome de tratamento ou título nobiliárquico, argumentamos que ele seria de origem mais popular. Enquanto os cargos mais altos do Estado naquela época ainda eram um domínio preservado à nobreza<sup>157</sup>, o local de nascimento na “prática portuguesa, em importante contraste com a regra hispânica, permitiu a ascensão de coloniais na alta burocracia.”<sup>158</sup> Achamos plausível então que ele tivesse especialmente com António de Araújo e Azevedo uma ligação mais confiável, talvez um *esprit de corps*, ao enfrentar os *colegas* da alta nobreza.

Antes da sua primeira missão no Congresso de Viena, dos Reis redigia memórias político-econômicas para o governo português. Viajando pela Europa, e especialmente pela Inglaterra proto-industrial, ele ganhara conhecimentos práticos nos locais referentes. Em sua *Memória sobre a importância de se estabelecer casas de comércio portuguesas nos países*

---

<sup>155</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. ‘A política econômica do Império Luso-Brasileiro no concerto das nações- as memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis.’ MARTINS, Ismênia/MOTTA, Márcia (Org.). *1808 - A Corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010, pp. 179-198.

<sup>156</sup> *Ibid.*, p.181.

<sup>157</sup> MONTEIRO, N. G./CARDIM, P. ‘La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen’, p. 22-29.

<sup>158</sup> LESSA, Carlos. ‘Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira’, p. 242.

*estrangeiros*<sup>159</sup> descreveu a necessidade de no primeiro aumentar a produtividade dentro do Império português para poder no seguinte aumentar o consumo de bens imperiais o que aumentaria por sua vez as receitas do Estado. Para conseguir isso, porém, seria necessário modernizar profundamente a mãe-terra lusitana e deixar acontecer um parecido progresso iluminado no além-mar.<sup>160</sup>

Ainda em Londres, dos Reis realizava desenvolver pensamentos sobre o caso de que a Grã-Bretanha forçasse uma interdição do tráfico negreiro. Ele coletava informações para o proveito das potências interessadas na escravatura por suas *Lembranças sobre a questão de abolir o commercio dos escravos nas Costas de Africa*<sup>161</sup> que eram reorganizadas em duas categorias: por um lado para a convivência com as grandes potências continentais, e por outro lado, as reclamações que as potências interessadas poderiam apontar para que comércio e navegação não fossem perturbadas.

Sua designação para membro da delegação luso-brasileira junto ao Congresso de Viena era muito bem recebida por Saldanha da Gama que ainda antes do começo do Congresso já pedira “que ele [dos Reis] me acompanhasse a S. Petersbourg.”<sup>162</sup> No andamento do seu empenho nas reuniões diplomáticas em Viena, dos Reis encaminhava duas outras memórias para o Rio de Janeiro. Além de um cargo de trabalho muito alto, o respetivo conteúdo das memórias indica seus pensamentos prospectivos.

- Em *Sobre a situação política da Monarquia Portuguesa depois da Paz de Paris de 1814; indicando algumas providencias para a melhorar*<sup>163</sup> ele já fazia manifestar suas vontades para a agenda central do Congresso de Viena.

- Nas *Providências essenciais para estabelecer uma correspondência pronta, regular e segura entre o nosso Ministério e as Missões diplomáticas portuguesas*<sup>164</sup> ele alertava dos melhoramentos necessários para a comunicação, logística e organização das missões portuguesas no exterior aumentando sua eficiência.

---

<sup>159</sup> REIS, Ambrósio Joaquim dos. *Memória sobre a importância de se estabelecer casas de comércio portuguesas nos países estrangeiros*, 06.08.1808.

<sup>160</sup> SILVA, Wélington. ‘A Expansão da Monarquia e as Políticas Imperiais Luso-Brasileiras nas Memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis.’ *Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora - ‘Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.’*, 14 a 18 de maio de 2012, pp. 78-85, p. 83-84.

<sup>161</sup> REIS, Ambrósio Joaquim dos. *Lembranças sobre a questão de abolir o commercio dos escravos nas Costas de Africa*. BN - Coleção Linhares. Documento 24, I-29, 18,8.

<sup>162</sup> Saldanha da Gama para Araújo e Azevedo, 25.09.1814. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002056.

<sup>163</sup> REIS, Ambrósio Joaquim dos. *Sobre a situação política da Monarquia Portuguesa depois da Paz de Paris de 1814; indicando algumas providencias para a melhorar*. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/G/004482.

<sup>164</sup> AJ dos Reis para Araújo e Azevedo, 05.06.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002039.

A função oficial de dos Reis na delegação era a de conselheiro e assim destinado, nas suas próprias palavras, a servir “em objetos de comércio”.<sup>165</sup> Nisso ele entrou em rota de colisão com o “forte desejo de concluir ele [Lobo da Silveira] um Tratado de Comércio com a Prússia”. O fato que o enviado promoveu com uma duvidosa determinação egoísta seu projeto levou os outros dois Ministros Plenipotenciários “declarando que não tem nem querem ter a mínima parte na mesma.”<sup>166</sup>

Os dois tratados fechados com a Inglaterra em 1810 foram comentados com uma rigidez semelhante. A anulação desses “vergonhosos artigos” possibilitaria o Império luso-brasileiro “de estabelecer no futuro como nos convier as nossas relações políticas com as outras Potências”, e assim uma base melhor para uma renegociação da amizade e aliança com a Inglaterra, e, além disso, não se precisaria mais das “suas esmolas”.<sup>167</sup>

Como já foi indicado acima, Ambrósio Joaquim dos Reis não escondia sua atitude anglofóbica nas cartas para Araújo e Azevedo e comparando com as outras correspondências diplomáticas ele escrevia de um jeito agradavelmente direto. Resumindo seu parecer sobre a Grã-Bretanha, dos Reis era decepcionado sobre a falta de apoio diplomática pelos representantes britânicos, apesar da sua irmandade de armas: “a Inglaterra nada fez por nós nesta paz depois de Portugal contribuir tanto para a glória das suas armas, e para a salvação da Europa.”<sup>168</sup>

Ambrósio Joaquim dos Reis então, também deve ser considerado como pro-periférico. Mostra-se em seus vários relatórios um paladino determinado para o *Empire reBuilding* no ultramar, seu rumo à grandeza imperial e o desejo de aproveitar de tantas possibilidades físicas. Mas ele não deve ser entendido como um radical. Ao contrário dos três Plenipotenciários ele evidentemente articulava diretamente sua preocupação de um desequilíbrio dentro do Império luso-brasileiro e propôs um “Grande Tratado” para conciliar os interesses: “que deve presentemente ocupar a inteira atenção do nosso Ministério é o do amalgamar o governo e interesses comuns de Portugal e do Brasil de tal modo que estes dois principais membros da Monarquia se dão vigor e força progressivo um ao outro”.<sup>169</sup>

---

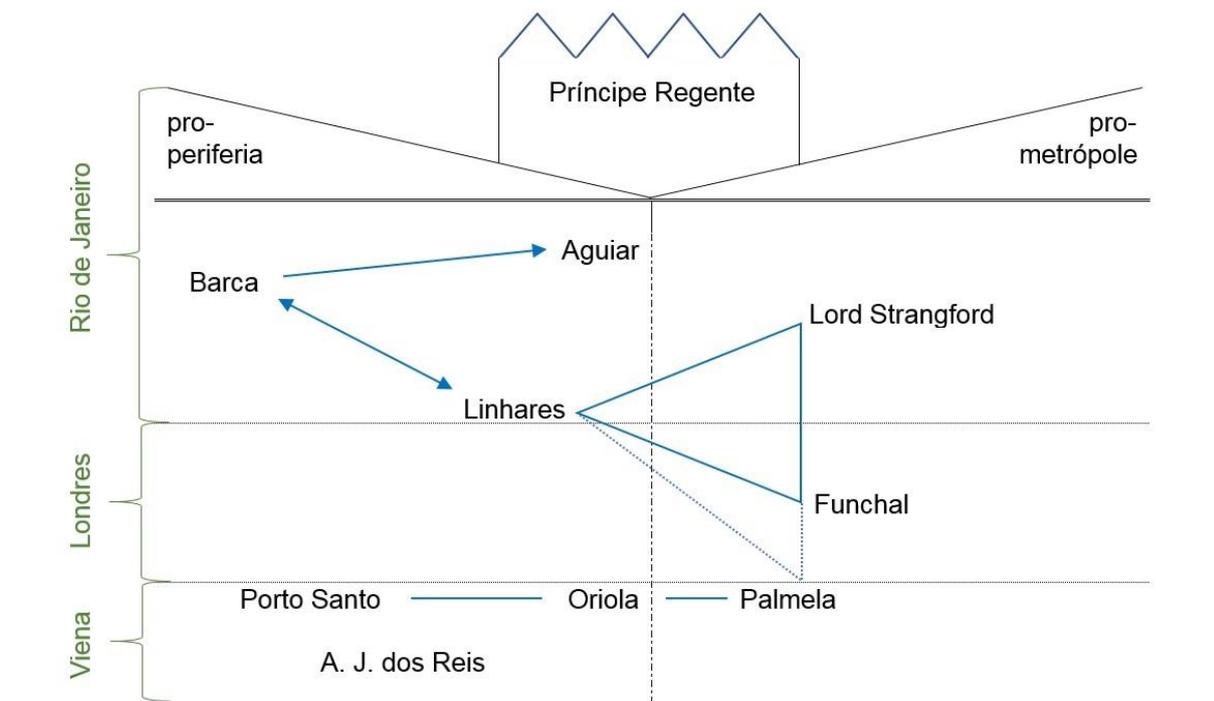
<sup>165</sup> AJ dos Reis para Araújo e Azevedo, 30.05.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002023.

<sup>166</sup> Ibid.

<sup>167</sup> AJ dos Reis para Araújo e Azevedo, 26.01.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002021.

<sup>168</sup> AJ dos Reis para Araújo e Azevedo, 07.10.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002026.

<sup>169</sup> AJ dos Reis para Araújo e Azevedo, 26.01.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002021.



Com dos Reis e Saldanha da Gama, dois diplomatas da delegação luso-brasileira em Viena seguiram uma agenda destacadamente pro-periférica, em consideração distinta ao Brasil. Ambos, porém, estavam bem conscientes em indicar a um possível desequilíbrio dentro do Império luso-brasileiro, se não conseguirem conciliar os interesses das duas partes mais importantes. Ou seja, gostaríamos de polemizar um pouco por meio do título do presente capítulo, que tanto os altos funcionários no Rio de Janeiro ou em Londres, quanto os Plenipotenciários *no campo* não eram grupos homogêneos - não era só a ação de Palmela em Viena então! Pode-se perceber que as visões dos portadores de decisão, a hierarquia e as ligações pessoais entre si, ou até num certo grau suas origens sociais eram diferentes.

## Capítulo 3 - A (Re-)Inserção externa do Império luso-brasileiro em 1814-1815

Depois da queda de Napoleão no dia 11 de abril de 1814, ainda em Paris, os aliados vitoriosos cessaram as hostilidades com a França e tomaram as primeiras medidas de pacificação da Europa. O Artigo XXXII do Tratado de Paz estabeleceu que as potências deveriam enviar seus representantes dentro de dois meses a Viena.<sup>170</sup> As primeiras reuniões informais começaram a ter lugar na capital austríaca a partir do dia 18 de setembro, mas as negociações concretas realizavam-se só em dezembro e além. Com a volta temporária de Napoleão durante os famosos Cem Dias, as negociações não pararam, pois só revelaram a urgência de reestabelecer paz na Europa e acabar com o *fantasma* de revolução. Mais uma vez os aliados tiveram que chegar até Paris para pôr fim às Guerras napoleônicas - mas dessa vez de uma vez por todas. Até novembro, o terceiro e último dos congressos ia tomar as decisões finais para estabelecer uma paz duradoura.<sup>171</sup> Para o Império luso-brasileiro, porém, nos congressos e sobretudo em Viena era decidido muito mais que somente a paz na Europa.

### 3.1 Em Caso de Dúvida para o Brasil: as Instruções para o Congresso de Viena

Foi assim o próprio António de Araújo e Azevedo quem principalmente prescreveu as linhas estratégicas para as negociações de paz pós-napoleônicas. Como já foi mencionado, as substituições de funcionários datando ao ano de 1814 pela primeira vez marcadamente uma mudança de paradigmas nas relações exteriores luso-brasileiras, distanciando-as da anglofilia dos irmãos Sousa Coutinho - uma tendência que se estendera desde as críticas nos Tratado de 1810, mas só se revelara plenamente breve antes do Congresso de Viena.<sup>172</sup>

Assim, como consequência à abdicação de Napoleão e à restauração da casa de Bourbon em meados de abril de 1814, foram redigidos os seis pontos das instruções para as futuras negociações de paz, sob a influência de Azevedo, de Aguiar e do Príncipe Regente. Datadas ao

---

<sup>170</sup> Traité de paix entre la France e les Puissances alliées, 30.05.1814. In: D'ANGE BERG, Comte (Ed.). *Le Congrès de Vienne et les Traités de 1815. Précédé et suivi des Actes diplomatiques qui s'y rattachent* (v. 1). Paris: Amyot 1863, p. 170.

<sup>171</sup> JARRETT, M. *The Congress of Vienna and its Legacy*, p. 164-165.

<sup>172</sup> *Ibid.*, p. 261-265.

dia 16 de junho, as ordens para os enviados portugueses já apontaram a um fundamental problema estrutural: os vagarosos meios de comunicação. Sob base das correspondências revisadas, supomos que uma carta enviada do Rio de Janeiro demorou pelo menos uns três meses e meio até que tenha chegado em Viena. Uma desvantagem que já foi assim percebida por António de Saldanha da Gama no andamento do Congresso:

“à distância da nossa Corte torna impossível remediar; as mais vizinhas Cortes mandarão por tal motivo os Seus Ministros dos Negócios Estrangeiros, e a nossa tão distante não pode competir em negociações com Ministros que não tem tão amplos poderes, e que não podem para uma decisão consultar a Sua Corte; esta circunstância torna muito crítica a nossa situação pela responsabilidade que somos obrigados a tomar sobre nós.”<sup>173</sup>

Nem a influência das ocorrências situacionais no Congresso pelo governo no Rio de Janeiro, nem a ampliação de competências para os enviados simplesmente não era possível. Apesar das diretrizes detalhadíssimas que mostraram uma compreensão considerável e até indicaram diferentes eventualidades, os enviados enfrentavam situações diante das quais eles não estiveram devidamente preparados, ou, até nem poderiam estar preparados.

Deve ser constatado que as próprias instruções foram emitidas no dia 16 de junho, então duas semanas depois da assinatura do Primeiro Tratado de Paris. Devido à distância enorme os secretários no Rio de Janeiro, porém, simplesmente não podiam saber de nada sobre as decisões tomadas na França.

As cartas com as instruções foram confiadas a Saldanha que foi o único dos Plenipotenciários que ficara na América. Numa carta separada do dia 25 de junho que foi enviado, segundo LIMA, em caráter de urgência<sup>174</sup> para Palmela, foi-lhe participado além de um resumo das instruções, que as instruções, documentos e outros papeis ser-lhe-iam entregues, “por via do seu Colega [Saldanha da Gama]”.<sup>175</sup> Este, porém, só chegou no dia 15 de setembro na Inglaterra e ficava até o final do mês em Londres. Dá para pressupor então, que as instruções só passaram às mãos quando Saldanha da Gama e António Joaquim do Reis quem lhe acompanhava, compareceram em Viena no dia 21 de outubro. As instruções são divididas em seis cartas:

---

<sup>173</sup> Saldanha da Gama para Araújo e Azevedo, 11.01.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002058.

<sup>174</sup> LIMA, O. *Dom João VI no Brasil*, p. 470.

<sup>175</sup> Aguiar para Palmela, 25.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1, f. 27-30v.

#### (a) Precondições e Procedimento primário

A primeira carta<sup>176</sup>, dividida em 20 artigos, para o Conde de Palmela servia como panorama às questões com referência mais ou menos direta aos interesses do Império português, enquanto as cartas 2 até 6 trataram detalhadamente assuntos específicos.

Só fica plausível então que o primeiro artigo dessa carta se referiu à creditação dos enviados ao Congresso (1º Artigo). Mas evidentemente os conselheiros não compartilharam a certeza do Príncipe Regente que a Coroa portuguesa facilmente seria ouvida nas negociações organizatórias. No caso que Palmela, e assim o Império português, não fosse reconhecido como negociador, p. ex. por causa de uma chegada atrasada em Viena, o jovem conde deveria alegar qualquer protesto que ele achasse necessário (7º Artigo).

Nos artigos em respeito às próprias potências europeias, especialmente as relações com a Grã-Bretanha, mas também com a Rússia, destacam-se. Por que logo o Império czarista que, por enquanto não preencheria um papel considerável nas relações exteriores de Portugal, ficava noutro lado da Europa e aparentemente não tivesse afinidade nenhuma com o país atlântico, seria considerado tão atento? Os antigos afiliados ao Partido Francês, confrontados no primeiro com a guerra amargada contra a França napoleônica e, finalmente com a sua derrota, careciam de um contrapeso para a potência marítima inglesa. Parecia aos secretários portugueses que o curso russo tivesse juntado todas os atributos necessários para isso. Ilustra-se nisso a visão dualista à Europa do oitocentismo que queria estabelecer um antagonismo entre a Inglaterra marítima e uma potência continental-terrestre para conseguir tirar benefícios próprios oscilando entre duas grandes potências.<sup>177</sup>

Mesmo que a fiel amizade com Grã-Bretanha fosse suplicada ainda e os enviados fossem encorajados para comunicar-se “francamente” com os diplomatas britânicos (5º Artigo), o mesmo comportamento foi postulado com os diplomatas russos (6º Artigo). Ambas as Coroas deveriam ser convencidas para dar uma declaração de garantia para Portugal. Diretamente ou por meio de negociações bilaterais (9º Artigo).

Para os outros grandes e médios potências, foram nomeadas explicitamente a França (11º Artigo), a Suécia (12º Artigo), a Holanda (13º Artigo), e a Espanha (14º Artigo), os enviados foram instruídos para propôr tratados comerciais. Quase paralelamente às instruções, o Príncipe Regente decretou no dia 18 de junho a abertura de todos os portos de seus Estados

---

<sup>176</sup> Aguiar para Palmela, 16.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1, f. 1-6.

<sup>177</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 292.

que no fato ampliava a Abertura dos Portos de 1808 aos territórios africanos e asiáticos.<sup>178</sup> Expressivamente na prontidão para retomar comércio com o ex-inimigo francês mostrara-se que este estivera o segundo mais importante comprador de bens portugueses antes da guerra. O artigo nomeou explicitamente “os portos do Brasil e os de suas colônias”, uma formulação interessante, mas não surpreendente, segundo as quais os navios franceses poderiam cambiar bens desde que houvessem pago as taxas alfandegárias correntes, de 24% (11º Artigo).

Com percepção notável os portadores de decisões no Rio de Janeiro anteciparam a Santa Aliança (8º Artigo) e a retomada de hostilidades durante os Cem Dias, para quais Portugal não poderia prescindir de mais de 30.000 soldados (16º Artigo). Considerando a possibilidade de criar uma comissão para a neutralização das vias marítimas, os enviados portugueses foram instruídos para defender os interesses da Grã-Bretanha “com aquela lealdade, que deve haver entre Cortes Aliadas e amigas.” (10º Artigo). A antiga Aliança Inglesa não devia ser mais suplicada tão obediamente na correspondência seguinte.

#### (b) Indenizações para navios portugueses capturados pela marinha inglesa

Logo na próxima carta<sup>179</sup> os enviados foram instruídos sobre o primeiro caso concreto que foram exclusivamente tangentes às relações luso-britânicas: reclamações de indenizações para navios luso-brasileiros envolvidos no tráfico negreiro que foram capturados durante a guerra pela Royal Navy, especialmente no Atlântico do Sul. Esse assunto era delicadíssimo porque nenhum de ambos os lados estava prestes a fazer concessões.

Desde a virada do século o movimento pela abolição propagava cada vez mais suas ideias e encontrava-se finalmente disposto a pressionar firmemente o governo londrino com o apoio da opinião pública. Para isso, a guerra contra a França era em favor do procedimento abolicionista: partindo de um embargo comercial contra as colônias francesas, o movimento alcançou a implementação do *Act for the Abolition of the Slave Trade* (1º de maio de 1807), e no final, não hesitava em aproveitar-se das circunstâncias favoráveis do poderoso *Empire* para forçar a banir no extenso mais global possível a escravidão.<sup>180</sup>

Os tempos de guerra propiciaram a Royal Navy a vasculhar até navios de origem amiga ou neutra se eles tivessem transportados bens contrabandeados que poderiam ter fornecidos

---

<sup>178</sup> *Decreto franqueando a entrada dos navios de quaesquer nações nos portos do Brazil, etc., e a saída das embarcações nacionaes para os portos d'aquellas.* In: BIKER XVIII, p. 48.

<sup>179</sup> Aguiar para Palmela, 16.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1, f. 6-10.

<sup>180</sup> MARTINEZ, Jenny S. *The slave trade and the origins of international human rights law.* New York: Oxford University Press, 2012, p. 22-3.

inimigos continentais. Depois da recolonização de Freetown em 1808, que até lá ficara a capital da relativamente autônoma Serra Leoa, navios ingleses começaram a patrulhar mais intensos nas costas da África ocidental. Era a sua tarefa, farejar os comerciantes de escravos, corsear seus barcos e levá-los juntos com a tripulação e os cativos para Freetown para responsabilizar-se perante o tribunal de justiça do vice-almirante (*Vice Admiralty Court*).<sup>181</sup>

Como consequência, mesmo navios luso-brasileiros foram capturados. Na sua *Memória*, Saldanha contou entre 40 e 50 navios confiscados para o período de 1810 até 1816, com o Brasil sendo o destino final.<sup>182</sup> Além de suas ordens, a Royal Navy também recorreu ao Tratado de Amizade e Aliança de 1810. No Artigo X deste acordo, a Coroa portuguesa comprometeu-se a interditar seus vassallos envolver-se no tráfico negreiro com aqueles territórios fora da esfera de influência portuguesa. Além disso, os signatários manifestaram-se em favor da abolição gradual da escravidão, porém, sem compromisso definitivo.<sup>183</sup>

Mesmo assim, não dava para constatar nenhuma tendência abolicionista no Império português. Ao contrário: para satisfazer a demanda à mão de obra barata da *plantocracia* brasileira, era inevitável manter que a migração forçada da África para o Novo Mundo continuasse acontecendo. A oligarquia expressava sua influência ao governo do Rio de Janeiro para ninguém acabar com isso.<sup>184</sup>

A escravidão foi considerado um mal irremediável para a sobrevivência (pelo menos econômica) do Brasil, como nos mostram explicitamente as instruções: “Se os Ingleses progredirem neste inaudito procedimento, a ruína deste Estado do Brasil deve ser considerável e rapidamente progressiva.”<sup>185</sup> O anteriormente citado de LIMA<sup>186</sup>, que no Congresso de Viena não teria sido decidido sobre vida ou morte do Império luso então, já daria para ser revidado depois de uma análise preliminar das instruções.

A segunda carta das instruções para os enviados, portanto, já era considerado justamente como o assunto mais importante, e também o mais polêmico, pelos contemporâneos. Interessantemente, foi outorgada na mesma data uma cópia idêntica daquela carta para

---

<sup>181</sup> KAIFALA, Joseph. *Free Slaves, Freetown, and the Sierra Leonan Civil War* (African Histories and Modernities). New York: Palgrave Macmillan, 2017, p. 121-2.

<sup>182</sup> SALDANHA DA GAMA, António de. *Memoria Historica e Politica sobre o Commercio da Escravatura*, p. 23.

<sup>183</sup> *Tratado de Amizade, e Aliança*, assinado no dia 19 de fevereiro de 1810. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.

<sup>184</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 200.

<sup>185</sup> Aguiar para Palmela, 16.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1, f. 6v.

<sup>186</sup> LIMA, O. *Dom João VI no Brazil*, p. 476.

Saldanha.<sup>187</sup> Assim, devia ser o Conde do Porto Santo quem iria negociar essa matéria importantíssima em Viena e não Palmela sendo o chefe de delegação e o mais anglófilo.

O dito Artigo X do Tratado de Amizade e Aliança também servia como base argumental de direito internacional para Aguiar e Azevedo contra as capturas no Atlântico do Sul. Talvez seja isso que baniu o tráfico negreiro, mas a cláusula também garantiria livre passagem entre os territórios sul-americanos e africanos da Coroa portuguesa.<sup>188</sup> Segundo os dois secretários, as violações da Royal Navy seriam tão graves como se tivesse tido anulado o Tratado já, sobre o que eles, porém, não foram informados.<sup>189</sup>

Um outro argumento dos anti-abolicionistas comum na época era de caráter *contra-moralista*, duvidando não sem justificativa real as pretensões filantrópicas do governo britânico. Assim p. ex. foi expulso o termo *escravo* do vocabulário político, sob medidas de recrutamentos dúbios, continuaria perseverantemente a prática de mão de obra forçada, com todas as consequências no caso o trabalho fosse recusado.<sup>190</sup>

Como em 1810, o lado português mostrava-se disposto a condenar a escravidão e proibir o tráfico negreiro previsivelmente. A estratégia dinamarquesa foi levada como modelo para sustentar-se autarquicamente de mão de obra. A partir do final do século XVIII foram trazidos para sua colônia nas Índias Ocidentais a mesma quantidade de ambos os sexos de escravos. Aparentemente assustados pelas exigências militantes *ad-hoc* dos abolicionistas britânicos, os secretários novamente propuseram o czar russo como possível mediador aos enviados.<sup>191</sup>

Concessões concretas ou prazos fixos, porém, deveriam ter sido evitados. Acima de tudo, os aconselhadores do Príncipe Regente temiam que a delegação britânica conseguisse cercar os seus enviados em Viena: “A ruína deste vasto e precioso território do Brasil é infalível se a Inglaterra consolida o seu projeto com a união de outras Potências.”<sup>192</sup> Se isso realmente acontecesse, os diplomatas portugueses seriam autorizados a repudiar a assinatura do ato final, ou, como *ultima ratio*, só assinar sob protesto (*sub spe rati*).<sup>193</sup>

No último parágrafo da segunda carta das instruções, os enviados, e entre eles especialmente Saldanha da Gama, foram ordenados para se comunicar com o embaixador em

---

<sup>187</sup> Aguiar para Saldanha da Gama, 1606.1814. In: BIKER XVIII, p. 43-7.

<sup>188</sup> *Tratado de Amizade e Aliança*, assinado no dia 19 de fevereiro de 1810, p. 14.

<sup>189</sup> Aguiar para Saldanha da Gama, 1606.1814. In: BIKER XVIII, p. 44.

<sup>190</sup> *Ibid.*, p. 44-5.

<sup>191</sup> *Ibid.*, p. 45-7.

<sup>192</sup> *Ibid.*, p. 47.

<sup>193</sup> *Ibid.*

Londres em caso de dúvidas.<sup>194</sup> Os secretários no Rio de Janeiro pressupuseram então, que D. Domingos seria substituído rapidamente do seu ofício. Delicadamente, este diplomata conseguira ficar na capital do *Empire* durante o período inteiro do Congresso de Viena (vd. Cap. 2.2.1), mesmo que tivesse sido considerado inconfiável por causa da sua anglofilia extraordinária.<sup>195</sup>

### (c) Defesa dos privilégios da *Companhia do Alto Douro*

Na terceira carta das instruções<sup>196</sup>, a Grã-Bretanha novamente era o antagonista. O objeto da desavença meramente bilateral, porém, limitava-se à parte europeia do Império português. A empresa estatal criada no decorrer das Reformas Pombalinas em 1756, a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, conseguia com sucesso defender os interesses domésticos da vinicultura e retomar o controle sobre a distribuição da Inglaterra e suplantava seus latifundiários e comerciantes do negócio lucrativo com o Vinho do Porto. Sendo o produtor de um dos bens mais importantes para a exportação da Lusitânia e até o mais importante na balança comercial com a Inglaterra, a Companhia tornava-se uma das mais poderosas e influentes empresas de Portugal - e do mesmo jeito uma pedra no sapato dos britânicos empreendedores.<sup>197</sup>

Com a falta da atuação modesta<sup>198</sup> de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a partir de sua morte em janeiro de 1812, o enviado inglês no Rio de Janeiro, Lord Strangford, começava de novo a reivindicar a dissolução da Companhia do Alto Douro. Como nas captações da Royal Navy ao largo da costa da África Ocidental, a base de argumentos do diplomata inglês formou-se nos Tratados de 1810. Só que daquela vez a sua argumentação era bem mais favorável para a Grã-Bretanha. Os Artigos VIII e XXV do Tratado de Comércio proibiram respectivamente a concorrência desleal por “qualquer Monopólio, Contrato, Privilégios Exclusivos de Venda, ou Compra”<sup>199</sup> e ainda mais direta “que o Tráfico e o Comércio feito pelos Vassalos Britânicos

---

<sup>194</sup> Ibid.

<sup>195</sup> BASTOS, D. D. Domingos António de Sousa Coutinho, p. 46.

<sup>196</sup> Aguiar para Palmela, 16.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1, f. 10-11.

<sup>197</sup> SOUSA, Fernando de. *A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1978)*, p. 9-11.

<<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20325/2/revpopsoc102003fsousa000085078.pdf>> [Acesso em: 10.10.2017].

<sup>198</sup> P. ex. numa das suas últimas cartas Linhares para Strangford, 12.01.1812. In: BIKER XVII - p. 373.

<sup>199</sup> *Tratado de Commercio, e Navegação*, assinado no dia 19 de fevereiro de 1810 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810, p. 11.

não será restringido, embarçado, ou de outro modo afetado por alguma Companhia Comercial, qualquer que seja, que possua Privilégios, e Favores exclusivos nos Domínios de Portugal.”<sup>200</sup>

Nos seus dois escritos do 12 de junho de 1813 para o antecessor de Aguiar, o Conde das Galveais, Lord Strangford apelou para liberalizar o comércio e terminar com a Companhia do Alto Douro. Na primeira carta escrita em inglês, o aparentemente muito inflamado Lord Strangford ameaçou que o governo britânico poderia optar-se em favor de importar vinho doutros países se a Coroa portuguesa não implementasse as cláusulas referidas. Segundo o enviado inglês, os motivos são dois porque seu opositor não cumpriria o acordo: por um lado, a Companhia do Alto Douro não teria sido mencionado explicitamente no Tratado de Comércio, e por outro lado, insultaria qualquer intromissão de fora do orgulho do Império luso-brasileiro.<sup>201</sup> A segunda carta, ora escrita em português, foi composta muito mais diplomática, não dispensou, porém, de pressão: quando Lord Strangford suplicasse a concórdia estreitada entre as duas nações navegantes, ele acentuou quão profundamente Portugal estaria em dívida com a Grã-Bretanha.<sup>202</sup>

Significativamente, a própria resposta às demandas de Lord Strangford só foi dada meio ano depois por uma carta pormenorizada do Conde das Galveais, alistando oito propostas para modificar o Tratado de Comércio. Só o primeiro ponto destas se referiu à Companhia e repetiu afinal das contas somente o já conhecido argumento do Conde de Linhares que o dito Artigo XVIII do Tratado Comercial só ter-se-ia relacionado com futuros monopólios cuja implementação pudesse causar concorrência desleal.<sup>203</sup>

Na terceira carta das instruções a disputa sobre a Companhia do Alto Douro, contudo, foi declarada a um “importante assunto”<sup>204</sup>, mas isso foi justamente contrariada pela brevidade da carta contando duas páginas só. Sem estar dando mais explanações extensas, Aguiar participou da continuidade da empresa estatal como imprescindível e remeteu para os Plenipotenciários a correspondência até naquele momento entre seu antecessor e o Lord Strangford.<sup>205</sup>

---

<sup>200</sup> Ibid., p. 26.

<sup>201</sup> Strangford para Galveais, Iª Nota, 12.06.1813. In: BIKER XVII, p. 432 e 434.

<sup>202</sup> Strangford para Galveais, IIª Nota 12.06.1813. In: BIKER XVII, p. 438-441.

<sup>203</sup> Galveais para Strangford, 29.12.1813. In: BIKER XVII, p. 448-449.

<sup>204</sup> Aguiar para Palmela, 16.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1, f. 10v-11.

<sup>205</sup> Ibid., f. 11.

#### (d) Advocacia de interesses dos comerciantes portugueses domiciliados na Inglaterra

Ainda encurralados no canto pela argumentação sólida de Strangford respectiva à Companhia do Alto Douro, os dois conselheiros Aguiar e Azevedo deflagraram uma ofensiva na quarta carta<sup>206</sup> para responder de forma recíproca às exigências ameaçadoras da Grã-Bretanha. O objeto da queixa enfocava sobretudo o Tratado de Comércio de 1810, só que era a vez dos portugueses a fazer reclamações.

O Tratado teria desfavorecido os comerciantes portugueses residentes à Inglaterra e limitaria sua capacidade de concorrer com seus adversários britânicos.<sup>207</sup> Assim, os dois secretários basicamente aplicaram o mesmo impulso argumentativo como Lord Strangford. A situação parecia tão sem saída que Aguiar e Azevedo nem tentaram mais enfraquecer ou marginalizar as reivindicações do enviado inglês em respeito à Companhia do Alto Douro, mas sim mandaram os britânicos e suas reclamações para se olharem pelo espelho.

Para reforçar enfaticamente os próprios protestos contra a Grã-Bretanha, foram novamente avançadas as referidas captações *injustas* de navios comerciantes luso-brasileiros pela Royal Navy, assim dadas na segunda carta das instruções, e de como teria sido interceptado vulneravelmente o tráfico português. De novo, parece que os secretários no Rio de Janeiro não ter-se-iam ocupados demasiadamente com pormenores, mas sim com a hegemonia britânica nos mares, cada vez mais percebida como intimidação. Como na terceira carta, as *violações* britânicas foram excedidas de um jeito que a Grã-Bretanha “[parece-se] dirigido à Anulação dos Tratados”.<sup>208</sup> De uma forma atrevida, então, foi levada de novo em questão, a dissolução do Tratado Comercial de 1810, mas não como própria reivindicação, mas como reação provocada aos desrespeitos britânicos dos ditos artigos.

#### (e) Questões territoriais I: As Guianas e a Olivença

As interpretações divergentes de um tratado bilateral também deviam dar a partida para a disputa fronteiriça entre a Guiana Francesa e Portuguesa<sup>209</sup>, além da Olivença o assunto central da quinta carta.<sup>210</sup> No Artigo VIII do Tratado de Utrecht entre a França e Portugal, assinado no dia 11 de abril de 1713, a Coroa francesa desistiu de quaisquer reclamações ao

---

<sup>206</sup> Aguiar para Palmela, 16.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1, f. 11-12.

<sup>207</sup> *Ibid.*, f. 11.

<sup>208</sup> *Ibid.*, f. 11v.

<sup>209</sup> Observação: A Guiana Portuguesa era praticamente congruente com o hodierno Estado do Amapá.

<sup>210</sup> Aguiar para Palmela, 16.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1, f. 12-17.

território “entre la Rivière de Amasones et celle de Japoc, ou de Vincent Pinson.”<sup>211</sup> Além disso, o Artigo XII estabeleceu o Vincent Pinson como linha de demarcação para os caçadores de escravos, comerciantes franceses e luso-brasileiros.<sup>212</sup>

Naquilo o rio do então nomeado navegante espanhol Vicente Yáñez Pinzón (1462-1514) foi a causa dos mal-entendimentos. Para o lado português o *ou* implicava duas nomeações alternativas para o mesmo rio, vale dizer corretamente o rio hoje conhecido como Oiapoque (*Japoc*). Os franceses, porém, consideravam o Vincent Pinson como sendo localizado bem mais no sul, quer dizer o rio chamado Araguari que corre paralelamente ao braço setentrional do foz do Amazonas (vd. Anexo, mapa 1).

As ambições portuguesas, porém, ainda continuaram a ficar desejosas. Reagindo à invasão franco-espanhola da metrópole portuguesa em 1807, o Príncipe Regente ordenou a ocupação da Guiana Francesa que havia sido dominada rapidamente até o início do ano 1809 com apoio da corveta inglesa *Confiance*. Nos artigos secretos do Tratado de 1810, a Coroa inglesa garantiu seu aliado português qualquer ajuda “com toda a sua influência”<sup>213</sup> para a fixação favorável dos limites nas negociações pós-guerras. Os aconselhadores do Príncipe Regente, noutro lado, queriam ampliar ainda mais os possíveis ganhos.

Para os portugueses, a invasão da Guiana Francesa era uma medida justa de retaliação no cenário de guerra americana para as perdas e destruições causadas por Napoleão na Europa. Embora não fosse no interesse da Coroa portuguesa, expandir seus territórios ao norte e até os próprios diplomatas confessaram que “todo aquele terreno intermediário é de pouca importância”<sup>214</sup>. Mesmo na saída mais desfavorável das negociações, a foz do Amazonas continuasse sob controle luso-brasileiro, mas a Guiana ocupada foi considerada uma preciosa moeda de troca. Os enviados em Viena pelo menos deveriam tentar subir o preço para a restituição daquele território à França, ou, no caso mais favorável, preservar a autoridade do Rio de Janeiro sobre ambas as Guianas - para conseguir uma reorganização vanguardista por meio de trocas de territórios com a América Espanhola (vd. sexta carta). De novo, as instruções propuseram como intermediário o czar.<sup>215</sup>

---

<sup>211</sup> *Traité de Paix et d’Amité d’Utrecht entre Louis XIV, Roi de France, et Jean V, Roi de Portugal, de 11 Avril 1713*. In: VAST, Henri (Ed.). *Les grands traités du règne de Louis XIV* (v. 3). Paris: A. Picard, 1899, p. 115-116.

<sup>212</sup> *Ibid.*, p. 117.

<sup>213</sup> Aguiar para Palmela, 16.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1, f. 12v.

<sup>214</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>215</sup> *Ibid.*, p. 13.

A desconfiança no aliado britânico também se mostrava na questão sobre a retomada da Olivença ocupada pela Espanha. Nos ditos artigos secretos do Tratado de 1810, a Coroa portuguesa comprometeu-se a conceder seus domínios de Cacheu e Bissau, situados na África Ocidental, à plena soberania da Grã-Bretanha para um prazo de 50 anos, caso o aliado distinguisse-se na restituição das fronteiras pré-guerras e da Olivença.<sup>216</sup>

Além do valor geoestratégico de Cacheu e Bissau (vd. Cap. 3.3.2.2), especialmente António de Araújo e Azevedo ficava preocupado, se a Grã-Bretanha depois dos 50 anos de posse considerasse por bem devolver os dois territórios sem hesitações ao Império português. Usando palavras nítidas nas instruções diplomáticas, o secretário articulou sua desconfiança aos enviados portugueses:

“ninguém é tão crédulo que possa persuadir-se que a Inglaterra, depois de as haver beneficiado por tão longo espaço de tempo, e depois de as haver conseguintemente tornado proveitosas ao seu comércio combinado com o de Serra Leoa, se resolva a fazer a entrega delas à Coroa de Portugal.”<sup>217</sup>

Como resultado, a Olivença devia ser ganha de volta sem apoio britânico. Para conseguir isso, os diplomatas, por um lado, foram instruídos a entrar em negócios imediatos com os enviados da Espanha. Por outro lado, redundantemente o Império russo foi desejado como possível aliado nessa questão.<sup>218</sup>

#### (f) Questões territoriais II: A Reordenação da América Espanhola e Portuguesa

Conjunto com a Espanha, não deviam ser tomadas só as decisões sobre a pequena Olivença, área fronteiriça insignificante até para a defesa do país, mas sim sobre uma reformação amplíssima dos territórios sul-americanos. Na sexta e última carta<sup>219</sup> das instruções, o Conde da Barca passou as orientações mais espetaculares aos enviados em Viena.

Segundo o secretário, ambos os tratados com a Espanha, um do ano 1750 (Tratado de Madri) e outro do ano 1777 (Tratado de Santo Ildefonso) não se evoluíram do seu caráter provisório, porque a comissão delimitatória das fronteiras nunca se reuniu. No decorrer da Guerra das Laranjas em 1801, pela última vez foram alterados os limites da América Portuguesa

---

<sup>216</sup> Ibid., p. 14.

<sup>217</sup> Ibid., p. 15.

<sup>218</sup> Ibid., p. 16.

<sup>219</sup> Aguiar para Palmela, 16.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1, f. 17-21v.

até a data, quando as tropas do Brasil Colonial conquistaram os Sete Povos de Missões<sup>220</sup> antes que o acordo de paz na Europa fosse conhecido no ultramar.<sup>221</sup>

O objetivo primário dos negociadores portugueses deveria ser, então, realçar os limites do *status quo ante bellum* de 1801, sem abandonar, porém, os Sete Povos de Missões. Aquela interpretação muito favorável para os interesses do Império luso-brasileiro foi justificada abrangentemente pelos aconselhadores reais: a anexação do território fronteiriço sul-americano foi, segundo eles, uma conquista *justa* reagindo à guerra que a França e a Espanha desencadearam na Península Ibérica; além disso, a Espanha teria que agradecer sua irmandade de armas prestada na Campanha de Rosilhão (1793-1795) e a restauração da sua dinastia Bourbon.<sup>222</sup>

As ambições portuguesas, portanto, ainda não terminaram aí e para os enviados foi participado um planeamento que não tinha precedentes. Com uma troca de territórios fora de qualquer escala, o Império luso-brasileiro queria incorporar finalmente a Banda Oriental<sup>223</sup> desde o século XVII o ponto de discórdia entre a Espanha e Portugal no Novo Mundo. A Coroa portuguesa até era disposta, conceder as imensas massas de terra ao norte do Amazonas ao Império espanhol para deslocar sua própria esfera de influência até o Rio da Prata. Naquilo, não só os dois limites fluviais deviam ficar liberados para a recíproca navegação de navios originados de ambas potências ibéricas. Além disso, até os rios navegáveis correndo no interior deviam ser autorizados para o câmbio de bens sejam de origem portuguesa ou espanhola, com o objetivo final de intensificar o comércio.<sup>224</sup>

De ponto de vista dos aconselhadores reais no Rio de Janeiro, a Espanha só tiraria benefícios dessa barganha: as colônias espanholas também poderiam contar com um crescimento do comércio e a livre navegação fluvial, e possibilitaria meios de comunicação mais velozes, especialmente com o interior dos Vice-Reinados da Nova Granada e do Peru. Considerando isso, as rebeliões contemporâneas não foram deixadas para fora. Palmela foi instruído minuciosamente sobre como ele devia interagir com os diplomatas espanhóis. De

---

<sup>220</sup> Observação: Esse território também fica conhecido como *Missões Orientais* ou *Misiones Orientales* e forma hoje em dia a parte ocidental do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>221</sup> GARCIA, Elisa Frühaufer. 'A derradeira expansão da fronteira- a "conquista" definitiva dos Sete Povos das Missões, 1801'. <[http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/elisa\\_fruhauf\\_garcia.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/elisa_fruhauf_garcia.pdf)> [Acesso em: 10.10.2017].

<sup>222</sup> Aguiar para Palmela, 16.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1, f. 22.

<sup>223</sup> Observação: A Banda oriental fica praticamente congruente com a hodierna República do Uruguai.

<sup>224</sup> Aguiar para Palmela, 16.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1, f. 20.

grande interesse do Conde da Barca era ”se nessa ocasião o Governo de Espanha se acha firme e livre de perturbações revolucionarias.”<sup>225</sup>

Mostrou-se poucos dias depois que aquele propósito arrojado aparentemente fosse discutido controversamente na Corte do Rio de Janeiro. Numa carta datada ao 25 de junho para o Conde de Palmela os dois secretários retiraram-se das imensas trocas de territórios entre a América Portuguesa e Espanhola e suspenderam por enquanto todas as negociações em respeito àquela matéria.<sup>226</sup> A restituição da esfera de influência portuguesa do pré-1801 ficava determinantemente na vista, sem demitir nem as anexadas Sete Missões, nem conceder a Guiana Francesa à França.<sup>227</sup> O controle sobre Cacheu e Bissau, contudo, folga, tão crucial para a Coroa portuguesa que ultimamente os conselheiros reais manifestaram-se à disposição de até sacrificar a Olivença: “se obstinar em guardar Olivença com o seu território, Sua Alteza Real tem positivamente resolvido antes perder aquela possessão do que havê-la por interposição da Grã-Bretanha”.<sup>228</sup>

A tendência de dar mais valor aos interesses da periferia, e nestes especialmente aos do Brasil, era visível em todas as instruções: só (c) refere-se exclusivamente a Portugal, os pontos sendo percebidos os mais importantes foram as captações de navios luso-brasileiros ao largo da costa da África Ocidental, e, ligado a isso, a discussão sobre escravidão e o tráfico negreiro (b). No final, a maioria das disputas fronteiriças e questões territoriais manifestaram-se na América do Sul (e) e (f).

A outra linha central das instruções cobrou as relações oscilantes entre a Grã-Bretanha e o Império luso-brasileiro. De um lado, os dignitários portugueses apareciam interessados em manter boas relações com o antigo aliado e teve na prepotente Royal Navy um defensor precioso. Noutro lado, porém, percebia-se de forma crescente a desarmonia por causa dessa mesma hegemonia britânica intimidadora. Quanto nas discórdias sobre o comércio bilateral (b) e (c), tanto em cima de tudo na dissensão sobre o tráfico negreiro, a percepção da Grã-Bretanha já quase era hostil. De forma redundante, os enviados portugueses foram advertidos de

---

<sup>225</sup> Ibid., p. 20v-22.

<sup>226</sup> Aguiar para Palmela, 25.06.1814. In: BIKER XVIII, p. 50.

<sup>227</sup> Ibid.

<sup>228</sup> Ibid., p. 49.

aproximar-se ao czar Alexandre I da Rússia, para estabelecer um pacto consensual para tentando Londres com São Petersburgo.

### 3.2 Um Protetorado inglês: o Desprezo na Primeira Paz de Paris (30 de maio de 1814)

Mesmo que muitos aspectos das instruções fossem formulados com uma antecipação impressionante, sua atualização, como foi mostrada p. ex. na retirada antecipada das reestruturações territoriais na América do Sul, ficava um *leitmotiv* nas correspondências diplomáticas entre o Rio de Janeiro e Viena. A Primeira Paz de Paris que na verdade foi assinado cronologicamente duas semanas antes das próprias instruções, influenciaria as mesmas por causa da transmissão demoradíssima de cerca de quatro meses então só *a posteriori*. Assim, o representante português em Paris, D. Domingos de Sousa Coutinho, já tomou sem autorizações diretas e sem conhecimentos da estratégia dos secretários decisões compulsórias e extensivas.

O Conde do Funchal recorreu nessa situação às procurações que tinham lhe sido concedidas já no dia 20 de janeiro de 1809 pelo Príncipe Regente em caso de eventuais negociações pacificadores na Grã-Bretanha.<sup>229</sup> Depois tinha consultado o primeiro-ministro Lord Liverpool em Londres, D. Domingos viajou junto com o Conde de Palmela a Paris para observar as negociações lá.<sup>230</sup> Além da Grã-Bretanha e a França foram representados o Império russo, a Prússia e a Áustria formando as grandes potências negociadores. Para garantir sua exclusividade nas negociações, as grandes potências tomaram decisões entre si no primeiro e apresentando fatos consumados às potências menores depois.<sup>231</sup>

Assim, o direito de negociar não foi admitido aos aliados portugueses, e por isso, os diplomatas britânicos também decidiram sobre os assuntos que afetaram de forma direta ou indireta os negócios do Império luso-brasileiro.<sup>232</sup> A estratégia projetada para as negociações em Viena e enviada para os Plenipotenciários portugueses numa carta datada ao dia 16 de junho,

---

<sup>229</sup> BASTOS E MONTEIRO DE CARVALHO, Debora Cristina Alexandre. 'D. Domingos António de Sousa Coutinho- O "espírito singular" anglófilo de um diplomata português.' IV Congresso Internacional de História, Maringá-PR, 09-11 de setembro de 2009, p. 243.

<sup>230</sup> LIMA, O: *Dom João VI no Brasil*, p. 466.

<sup>231</sup> WEBSTER, Charles K. *The Congress of Vienna, 1814-1815*. London et al.: Humphrey Milford/Oxford University Press, 1918, p. 45.

<sup>232</sup> LIMA, O: *Dom João VI no Brasil*, p. 466.

ironicamente já tinha sido condenada a falhar em pelo menos dois pontos relevantes pela Primeira Paz de Paris de 30 de maio.

Por um lado, os funcionários portugueses acharam-se obrigados a mudar o futuro procedimento em respeito ao Tráfico Negreiro. Como receado na segunda carta das instruções, os diplomatas britânicos exerceram uma pressão altíssima aos outros representantes. Com o que os secretários Aguiar e Azevedo aparentemente não tivessem contados, era que a Grã-Bretanha teria recusada a restituição de suas colônias à França. Assim, a força naval britânica mais uma vez tirava vantagens determinantes na questão escravocrata. Por fim, Talleyrand nem queria nem podia desistir da maioria dos territórios ultramarinos franceses, pela devolução a Grã-Bretanha tal como havia se responsabilizado no Artigo VIII.<sup>233</sup>

Para a restituição de uma grande parte das possessões coloniais, a França certamente teria um preço alto a pagar. Como era visível na correspondência de Castlereagh, tal como teria que ser o caso com as colônias francesas sendo ocupadas pela Grã-Bretanha servissem como instrumento de negociação para mover a França para transigir na abolição. A extração do ex-inimigo de guerra de uma possível frente anti-abolicionista juntamente com a Espanha, Portugal e, numa extensão menor, a Holanda e a Suécia, era parte integral dos planos de Castlereagh: “If we get France on our side we shall have a preponderance of authority; without her aid I shall despair of bringing Spain and Portugal into our views.”<sup>234</sup>

Por outro lado, as intenções projetadas na quinta carta instruindo os representantes para pechinchar pela Guiana Francesa já tinham sido levadas a perder, antes que o próprio Congresso de Viena tivesse começado. Em relação ao dito Artigo VIII, a Coroa portuguesa tinha que se comprometer a desocupar a colônia francesa. Para esclarecer uma vez por todas as fronteiras disputadas - e nisto de novo mostrava-se a tutela britânica - um convênio das duas potências coloniais devia ser assinado “sous la médiation de S. M. Britannique”.<sup>235</sup>

Ainda antes da assinatura do ato final, o Conde do Funchal direcionou uma declaração aos outros representantes protestando contra a renegociação dos limites. Segundo ele, o Oiapoque seria a inabalável delimitação entre ambas as Guianas e assim inegociável. Na mesma nota, D. Domingos pareceu ter tentado um avanço bem atrasado e acanhado para extorquir uma

---

<sup>233</sup> *Traité de paix entre la France et les Puissances, signé à Paris, le 30 mai 1814, p. 165.*

<sup>234</sup> Castlereagh para Liverpool, 19.05.1814, N. 59, p. 185 In: WEBSTER, Charles K. *British Diplomacy, 1813-1815. Select Documents dealing with the Reconstruction of Europe. London: G. Bell and Sons 1921.*

<sup>235</sup> *Traité de paix entre la France et les Puissances, le 30 mai 1814, p. 165.*

compensação. Como no Artigo III que fixou a fronteira pireneia entre a Espanha e a França, o limite luso-espanhol, segundo ele, também devia ter sido postergado ao seu estado do 1 de janeiro de 1792. Afinal das contas então, a França dever-se-ia empenhar para a restituição da Olivença a Portugal.<sup>236</sup>

Reconhecidamente, Funchal não teria conseguido dar um recado à pressão diplomática exercida pelos representantes britânicos, mas sua prontidão revelar, ou seja, deixar entregar com uma obediência quase servil seus trunfos, dava ao seu antagonista no Rio de Janeiro, o Conde da Barca, uma proveitosíssima oportunidade para que D. Domingos fosse isolado politicamente. E a reação advinda do Rio de Janeiro chegou depressa e rudemente, tendo sido redigida sem aquelas formulações ajustadas precisamente numa fina entonação diplomática.

Só pelo fato que ele se movimentara de Londres para Paris, Funchal já teria violado as procurações emitidas no dia 20 de janeiro de 1809. Além disso, ele nem seria competente para tomar decisões sobre a Guiana Francesa, cuja ocupação nem era conhecida naquela data pelo governo no Rio de Janeiro.<sup>237</sup> Sem deixar as insinuações maliciosas atrás, Araújo e Azevedo - de novo podemos pressupor que o Conde da Barca fosse o verdadeiro autor - expunha que as autoridades no Rio de Janeiro tinham estadas tão confundidas com a iniciativa própria do Funchal que até o Príncipe Regente deixava tirar a dita procuração de 1809 dos arquivos para este ser revisada novamente.<sup>238</sup> Portanto, o Conde do Funchal fosse culpado em cima de tudo pelas referidas concessões que ele deixou fazer no Artigo X apesar de “não deixaria de fazer as necessárias e justas protestações, porque infelizmente assim o exigia o decoro da Soberania do mesmo Senhor.”<sup>239</sup>

Outro *leitmotiv* da correspondência diplomática que poderia ser constatada nisso, era a preocupação com a imagem externa do Império português. A tutela exercida pela Grã-Bretanha e o acordo precipitado de Funchal teria abalado o prestígio da Coroa portuguesa e “põe Portugal abaixo de outras Potencias nas vantagens que lhe deveriam competir”<sup>240</sup> nas futuras negociações. Seguindo essa lógica, não poder-se-iam equilibradas a desistência à Guiana Francesa com uma intercessão francesa benevolente na restituição da Olivença. Para os

---

<sup>236</sup> SOUSA COUTINHO, Domingos António de. *Declaração entregue pelo Plenipotenciário de Portugal aos Plenipotenciários aliados, e ao Plenipotenciário francez Príncipe de Benevento, antes da assignatura do Tratado de paz, a 30 de março de 1814.* In: BIKER XVIII, p. 180.

<sup>237</sup> Aguiar para Funchal, 27.08.1814. In: BIKER XVI, p. 368-369.

<sup>238</sup> *Ibid.*, p. 369.

<sup>239</sup> *Ibid.*, p. 368.

<sup>240</sup> *Ibid.*, p. 370.

secretários reais, logo, Espanha estaria na dívida de seu vizinho ibérico cuja marcha à guerra “para a salvação da Península”<sup>241</sup>.

Por consequência imediata, a Guiana Francesa ficaria ocupada pelas tropas luso-brasileiras. Numa carta acompanhada do comissário francês viajando a Caiena para supervisionar a suposta restituição da dita colônia, o enviado português à França, Francisco José Maria e Brito, comunicava ao local comandante supremo que este não devia esvaziar o território conquistado até ele teria recebido as referentes ordens do Rio de Janeiro.<sup>242</sup> Mais tarde, numa carta datada ao 17 de outubro de 1814, Aguiar participou aos enviados que o Príncipe Regente não ia ratificar a Primeira Paz de Paris. Excluído disto ficou só o armistício com a França concluído no dia 8 de maio.<sup>243</sup> Essa mensagem péssima atingiu os enviados em Viena no dia 8 de janeiro de 1815, no meio das negociações árduas sobre o tráfico negreiro.<sup>244</sup> Breve antes, no dia de ano novo, Saldanha já refletira sobre quais desvantagens teriam que ser enfrentadas pelos negociadores, se o Tratado do 30 de maio de 1814 não fora implementado.<sup>245</sup> (vd. Cap. 3.3.1)

A questão sobre a abolição levantada impulsivamente em Paris pelos diplomatas britânicos, levou o Conde do Funchal a hastear a bandeira do ativismo. Num bilhete direcionado a Aguiar, o enviado pediu ampliar a margem de manobras para os diplomatas em Viena, caso a abolição imediata ou dentro de um prazo de cinco anos fosse reclamada no Congresso. Como moeda de troca poderiam ser exigidas cobranças da Grã-Bretanha de quais ele alistou cinco:

(a) a anulação do Tratado de Comércio de 1810; (b) a anulação de anteriores tratados comerciais que causariam desvantagens a Portugal (é provável que ele se referiu entre outros ao Tratado de Methuen); (c) a restituição da cidade de Colombo situada na Ilha de Ceylon; (d) o pagamento de 100.000 Libras Esterlinas; ou (e) a paz eterna com os barbarescos.<sup>246</sup>

Já o senso e o proveito dessas reclamações ficam discutíveis, mas característico para D. Domingos era com tal obediência adiantada ele tomou partido a favor da abolição, mesmo que os próprios ministros reais, seus superiores, recordaram os enviados em Viena com veemência sobre a primordialidade de prosseguir com a escravidão.

Com seu comportamento tão anglófilo em Paris, o Conde do Funchal, não deixou só de danificar as futuras negociações, mas acima de tudo, sua própria posição. O Conde da Barca no

---

<sup>241</sup> Ibid., p. 369.

<sup>242</sup> de Brito para Manuel Marques, 03.10.1814. In: BIKER XVI, p. 377.

<sup>243</sup> Aguiar para de Brito, 17.10.1814. In: BIKER XVI, p. 380-381.

<sup>244</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 09.01.1815. In: BIKER XVIII: p. 274.

<sup>245</sup> Saldanha da Gama para Aguiar, 01.01.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002057.

<sup>246</sup> Funchal para Aguiar, 04.07.1814 apud. Aguiar para Funchal, 17.10.1814. In: BIKER XVIII: p. 190-191.

final das contas nem precisava mais contribuir com que D. Domingo fosse isolado. Isto, ele já tinha conseguido por si mesmo e assim, absolveu no retrospectivo as acusações do seu antagonista (vd. Cap. 2.2.1) e sua decisão de não o enviar a Viena. O Conde de Palmela, porém, foi uma substituição razoável? Como já vimos, ele também não tinha conseguido se destacar nas negociações em Paris.

### 3.3 Procurando o Consenso inexecutável com a Europa

O mesmo Palmela era o primeiro dos diplomatas portugueses a ter chegado em Viena. Acabando de estabelecer-se em sua residência, ele foi confrontado com o primeiro obstáculo grave. Como já imaginada nas instruções do dia 16 de junho, as grandes potências uniram-se reservando para si mesmo um papel exclusivo nas negociações. Nas primeiras reuniões informais, em meados de setembro, os representantes da Áustria, Grã-Bretanha, Prússia e Rússia coordenaram-se para formar o Gabinete diretorial entre as seis grandes potências, ou seja, eles, a França e a Espanha.<sup>247</sup>

Numa dessas conferências preparatórias, no dia 30 de setembro, o Conde de Palmela protestou contra a exclusão humilhante de Portugal e lembrou do caráter sem precedentes dessa assembleia: “un acte si solennel dans l’histoire diplomatique de l’Europe”.<sup>248</sup> O Plenipotenciário propôs a aprovação de todos os assinantes da Primeira Paz de Paris ao Gabinete.<sup>249</sup> Aparentemente sua apresentação impressionou os outros representantes. O enviado francês, Talleyrand, elogiou a argumentação do jovem diplomata e, não por mero altruísmo, deu apoio a sua proposta, junto com o representante espanhol.<sup>250</sup>

Tanto Portugal quanto a Suécia foram aceitos no Gabinete, uma divisão dentro das potências decisórias, porém, não pôde ser evitada. No final das contas, as quatro grandes potências, e as vezes a França, decidiram sobre os assuntos mais importantes, enquanto as três potências menores, a Espanha, Suécia e Portugal foram consultados ocasionalmente.<sup>251</sup> Não se

---

<sup>247</sup> PETERSON, Genevieve. ‘Political Inequality at the Congress of Vienna.’ *Political Science Quarterly* (v. 60, n. 4, dez 1945, pp. 532-554), p. 534.

<sup>248</sup> Palmela para Lord Castlereagh, 30.09.1814. In: BIKER XVIII, p. 182.

<sup>249</sup> *Ibid.*, p. 184.

<sup>250</sup> Talleyrand para Louis XVIII, Carta III, 04.10.1814. In: PALLAIN, M. G. *The Correspondence of Prince Talleyrand and King Louis XVIII. during the Congress of Vienna*. New York: Harper & Brothers, 1881, p. 8.

<sup>251</sup> JARRETT, M. *The Congress of Vienna and its Legacy*, p. 94.

mudou muito então? Considerando o valor simbólico da imagem externa de um país no palco diplomático, sim! Portugal era membro do prestigioso Gabinete do Congresso e assim, podia se delimitar das potências pequenas: “certamente a consideração que Portugal obteve entre as primeiras Potências foi invejada por todas as demais.”<sup>252</sup> Sem dúvidas, sobretudo as quatro potências maiores de fato tomaram as decisões mais importantes. Como consequência, eles também interferiram diretamente em questões que atingiram seus interesses e, frequentemente, exerceram pressão bilateral para *convencer* potências menores nas respectivas comissões específicas.<sup>253</sup>

### 3.3.1 Questão escravocrata

Os formatos diferentes do Congresso, organizado em reuniões bilaterais e nas multilaterais das oito potências signatárias da Primeira Paz de Paris, era assim demonstrável nas duas fases das negociações sobre o tráfico negreiro: (a) negociações diretas entre os Ministros Plenipotenciários portugueses e Lord Castlereagh, em novembro e dezembro de 1814; e (b) negociações multilaterais pelas sessões das oito potências, janeiro e fevereiro de 1815.

A questão escravocrata, inicialmente levada no decurso das captações de navios luso-brasileiros pelos cruzadores ingleses na costa ocidental da África, agravava as relações luso-britânicas desde 1810. Como receado nas Instruções do 16 de junho de 1814, a Grã-Bretanha pretendia a abolição mais abrangente possível do tráfico negreiro e mostrava tenacidade para este assunto já em Paris. No primeiro artigo do Tratado adicional com a França, assinado no próprio dia 30 de maio de 1814 depois da paz geral, a Grã-Bretanha conseguia obrigar à França desistir do comércio com os escravos dentro de um prazo de cinco anos.

Para os diplomatas britânicos este acordo servia como exemplo desejável para as futuras negociações com a Espanha e Portugal. Ambas as potências envolvidas na escravatura e diplomaticamente debilitadas sem o apoio da França tinham que enfrentar então, circunstâncias muito desfavoráveis justamente antes da inauguração do Congresso para defender o principal pilar da economia ultramarina.

---

<sup>252</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 22.06.1815. In: BIKER XVIII, p. 488.

<sup>253</sup> PETERSON, G. 'Political Inequality at the Congress of Vienna', p. 542.

#### (a) Negociações diretas com a Grã-Bretanha: novembro - dezembro de 1814

Enquanto a Coroa espanhola já se rendeu cedo a cessar o tráfico negreiro dentro de um prazo de oito anos<sup>254</sup>, os enviados portugueses eram determinados em opor-se à pressão diplomática de Castlereagh. As instruções ultrapassadas que não anteciparam a persistência rígida da Grã-Bretanha em não só interromper as linhas marítimas do comércio negreiro, mas sim em até alcançar um acordo que aboliria o inteiro tráfico, levou os três Ministros Plenipotenciários para assinar uma declaração própria tomando em si a responsabilidade de entrar em negociações sobre a escravatura. Segundo os diplomatas, sem o apoio da Espanha, nem da França, a delegacia portuguesa teria que enfrentar abandonada o predomínio britânico. Com espaço de manobra para negociações, portanto, poderiam tirar vantagens e garantir que o comércio não fosse interrompido por um período determinado.<sup>255</sup>

Os três diplomatas ligaram desde a primeira conversação com Castlereagh no 9 de novembro de 1814 possíveis concessões sobre a escravatura às indenizações exigidas para os navios capturados pela Royal Navy. Apesar da antiga, íntima aliança com a Inglaterra que preservara as relações bilaterais no século XVIII, os enviados expressaram-se sem rodeios. À tentativa de Castlereagh de intimidá-los por meio de um boicote de bens coloniais, eles compararam-na com o bloqueio continental decretado por Napoleão.<sup>256</sup>

Nesse caso, as ameaças de Castlereagh parecem ter surgidas de necessidade reagindo à pressão maciça da opinião pública inglesa. O próprio enviado britânico permitiu-se um momento de fraqueza lamentando “[d]os insultos e invectivas que ele havia sofrido em Londres por não ter conseguido do Governo da França a abolição imediata deste tráfico”<sup>257</sup>. Pelo menos a partir desta hora, os Plenipotenciários portugueses tinham uma vantagem a mais. Castlereagh era tão apressado por “uma questão em que todo o povo de Inglaterra está interessado.” Os portugueses assim não estavam apressados e só destacaram a recíproca importância que “a parte do povo do Brasil exigia a conservação da escravatura”.<sup>258</sup>

Mesmo que a opinião pública no Império luso-brasileiro não fosse tão evoluída como a na Grã-Bretanha, a oligarquia fazendeira exerceu a sua influência ao governo no Rio de Janeiro para continuar com o tráfico negreiro. O mantimento da escravatura não era só visto como

---

<sup>254</sup> Palmela para Aguiar, 12.11.1814. In: BIKER XVIII, p. 197.

<sup>255</sup> Declaração dos Plenipotenciários portugueses sobre o prazo para a abolição da escravatura, 11.11.1814. In: BIKER XVIII, p. 201.

<sup>256</sup> Relato sobre a Conferência com Castlereagh, 09.11.1814. In: BIKER XVIII, p. 200.

<sup>257</sup> *Ibid.*, p. 199.

<sup>258</sup> *Ibid.*, p. 200.

necessidade econômica, mas também para garantia da ordem social *plantocrática*.<sup>259</sup> De outro lado, porém, estadistas como Ambrósio Joaquim dos Reis observaram o risco de uma segunda Revolução Haitiana *importando* mão de obra negra sem moderação: “o aumento indefinido da povoação negra por novas e contínuas importações, é um obstáculo, o mais poderoso à execução de tal vasta empresa; seria o mesmo que pretender fundar um Império sobre um vulcão que pode subvertê-lo a cada momento”.<sup>260</sup>

Objetivo principal dos três enviados portugueses então, era “vender o mais caro possível”. O próprio dos Reis considerou “a anulação total [incluindo os artigos secretos] do Tratado de comércio de 1810” o “preço mais desejável”.<sup>261</sup> Na conferência das oito potências, datada ao 17 de novembro de 1814, os Ministros Plenipotenciários apresentaram quatro exigências para cessar imediatamente o tráfico negreiro ao norte da linha equatorial e para aboli-lo dentro de um prazo de oito anos ao hemisfério sul:

- a) “uma indenização plena e imediata das perdas que padeceu o comércio português” que procederia numa convenção separada o próprio tratado;
- b) “desobriga [Portugal] do empréstimo de 600:000 libras esterlinas”;
- c) “que a Grã-Bretanha lhe garanta a posse de Cacheu e Bissau”;
- d) “[a] abolição plena e inteira do Tratado de comércio de 1810.”<sup>262</sup>

Três dias antes, os três diplomatas também reclamaram a falta de apoio diplomático da Grã-Bretanha para a restituição da Olivença e para o negócio de limites favoráveis para o Brasil, que era rejeitado por Castlereagh apontando mais uma vez que esses territórios não dependeriam da autoridade do seu país.<sup>263</sup>

Na próxima sessão das oito potências ocorreu aparentemente um ato que assim não fora previsto pela diplomacia luso-brasileira. Logo o representante da França, Talleyrand, propôs entre outros levar as negociações da escravatura a uma das três comissões que deviam ser compostas por membros de cada delegação das oito potências. Conjunto com o enviado espanhol, D. Pedro Gómez Labrador (1772-1852)<sup>264</sup>, os portugueses ainda conseguiram

---

<sup>259</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 250.

<sup>260</sup> REIS, A. J. d. Sobre a situação política da Monarquia Portuguesa, p. 11.

<sup>261</sup> Idem, *Caulelas a obsoriar sobre estipulações a respeito do traflico dos negros*, 03.11.1814. In: BIKER XVIII: p. 205.

<sup>262</sup> Memorandum para Aguiar, 17.11.1814. In: BIKER XVIII: p. 225-227.

<sup>263</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 17.11.1814. In: BIKER XVIII: p. 222-223.

<sup>264</sup> MANTECÓN, Elena García. ‘El Marqués del Labrador- un desconocido diplomático y político extremeño.’ *Revista de Estudos Extremeños* (v. LXIX, n. 1, 2013, pp. 249-266).

obstruir um formato desse, porém, demoraram mais que duas semanas para relatar ao Rio de Janeiro sobre essa importantíssima mudança.

Até meados de janeiro de 1815, os três enviados portugueses lançaram uma campanha que eles posteriormente chamaram de uma “guerra diplomática, que temos feito a Mylord Castlereagh”.<sup>265</sup> Iniciando com uma declaração pública no dia 14 de dezembro, os Plenipotenciários acusaram a “violência e usurpação” contra os navios portugueses, a falsa moral e as várias infracções de direito cometidas: “o Governo Inglês, apesar dos motivos de filantropia ou de monopólio colonial que o guiam, não deve estar menos ligado pela fé dos Tratados.”<sup>266</sup> Numa exposição quatro dias depois, os argumentos em cima eram repetidos e ainda acrescentados. Segundo os três diplomatas, o Príncipe Regente já decretara uma “demi-abolição [...] para efetuar esta abolição gradual, de maneira prudente e que não compromettesse a prosperidade do Brasil”.<sup>267</sup>

No dia 28 de dezembro, os enviados encontraram pela terceira vez seu oposto britânico para uma última oportunidade de concordar, antes as negociações sobre o tráfico negreiro seriam promovidas na comissão das oito Potências como foi ameaçado por Castlereagh. Na reunião, a afetuosa pressão pública vinda dos filantropos britânicos impulsionou a Castlereagh acelerar as conversas com os portugueses, mesmo que novas instruções a respeito do Tratado de 1810 ainda não tivessem chegadas às suas mãos. Assim, ele só queria negociar sobre umas partes do referido acordo comercial, mas ainda não sobre a sua anulação completa.<sup>268</sup>

As discussões árdias durariam por dois dias, mas afinal das contas foram rompidas, especialmente porque o lado britânico não queria separar a questão de indenizações de a da escravatura. Para os portugueses a própria dignidade e motivos estratégicos nas negociações impediu que “não nos convinha só pela oferta das indenizações dividir a questão; e que perderíamos na comissão uma das nossas melhores armas, se este ajuste nos privasse de clamar contra as violações dos cruzadores ingleses, e de interessar toda a Europa por esse motivo na nossa causa.”<sup>269</sup>

Era a tática surgida na necessidade devida à subalternidade do pequeno Portugal perante as grandes potências europeias que levava os três Plenipotenciários a chamar a mais atenção

---

<sup>265</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 09.01.1815. In: BIKER XVIII, p. 278.

<sup>266</sup> Declaração dos Plenipotenciários portugueses em Viena sobre o tráfico dos escravos, 14.12.1814. In: BIKER XVIII, p. 232-233.

<sup>267</sup> Exposição apresentada ao Congresso pelos Plenipotenciários de Portugal a pretensão da Inglaterra à abolição imediata do tráfico da escravatura, 18.12.1814. In: BIKER XVIII, p. 269.

<sup>268</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 28.12.1814. In: BIKER XVIII: p. 262.

<sup>269</sup> *Ibid.*, p. 264.

possível para a sua causa. Assim, logo depois do termino das negociações bilaterais com os ingleses, *internacionalizaram* seu procedimento “que quando o negócio seja levado à comissão, os Embaixadores Britânicos não conseguirão excitar contra nós, como indicam esperá-lo, os clamores de todas as demais Potências.”<sup>270</sup>

Além da notícia impeditiva sobre a não-ratificação da Primeira Paz de Paris pela Coroa portuguesa que chegou nas mãos dos Ministros Plenipotenciários no dia 8 de janeiro e providenciou-lhes efêmeros problemas de legitimação dentro do grupo das oito potências signatárias, tanta a pressão abolicionista sobre a política inglesa, quanto a campanha diplomática portuguesa pareciam ter quão efeito sob Castlereagh “que Mylord se acha incomparavelmente mais brando do que o estava em Paris”.<sup>271</sup>

Três dias antes, o diplomata britânico retomara as conversas mostrando-se a favor de negociar indenizações para os navios capturados pela Royal Navy ligando esse assunto à abolição imediata do tráfico negreiro ao norte do equador e disponibilizar-se-ia para negociações mais abrangentes.<sup>272</sup> Mais uma vez, os enviados portugueses insistirem em separar a questão das indenizações da parcial proibição da escravatura, estariam, porém, dispostos a fazer os seguintes ajustes: a Guiana Francesa seria trocada pela anulação da dívida equivalente a cerca de 600 mil Libras Esterlinas; a abolição da escravatura ao norte do Cabo Formoso pela anulação do Tratado de Aliança de 1810; a abolição da escravatura ao sul dessa linha dependeria se o mesmo tráfico não fosse perturbado, o Tratado de Comércio de 1810 fosse cancelado imediatamente e se Castlereagh se empenhasse para que a Coroa portuguesa obtivesse o Oiapoque por limite, separando as duas Guianas.<sup>273</sup>

#### (b) Negociações multilaterais pelas oito Potências: 20 de janeiro - 8 de fevereiro de 1815

Pareceu que Castlereagh tivesse apreciado as propostas dos portugueses, mas mesmo assim, ele levou a questão perante a comissão das oito potências. Assim, ele conseguira exercer mais pressão à delegação luso-brasileira e receber mais legitimação das suas ações. No dia 14 de janeiro então, foi decidido contra os votos de Portugal e Espanha tratar o assunto não só entre as potências possuidoras de colônias, mas sim entre todas as oito potências. Naquela

---

<sup>270</sup> Ibid., p. 266.

<sup>271</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 09.01.1815. In: BIKER XVIII, p. 278.

<sup>272</sup> Castlereagh para Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira, 06.01.1815. In: BIKER XVIII, p. 280-282.

<sup>273</sup> Relatório da prática confidencial tida com Mylord Castlereagh acerca da não ratificação do Tratado de Paris, e da abolição do comércio de escravos, 11.01.1815. In: BIKER XVIII, 299.

reunião era a vez do enviado espanhol, D. Pedro Labrador, relembrar as captações ilegais de navios espanhóis e luso-brasileiros.<sup>274</sup>

Pela primeira vez no dia 20 de janeiro, a comissão das oito potências tratou a questão antitráfica. Desta vez, até a França ajudava gradualmente a Espanha e Portugal. Numa carta a Rei Louis XVIII, Talleyrand mencionou que “para esses dois países oito anos são um período muito mais curto do que cinco anos para nós, considerando a diferença enorme entre as respectivas possessões”.<sup>275</sup> Assim, os representantes das três coroas continentais indicaram “que a situação de cada uma das Potencias relativamente a esta questão não era a mesma, que por consequência não seria possível a algumas delas o fazerem uma imediata aplicação dos princípios de humanidade que agora manifestavam.”<sup>276</sup>

Pelo menos uma vez, aquela aliança anti-abolicionista desejada a partir das instruções do 16 de junho de 1814, assustava a delegação britânica. Após tanto Talleyrand, quanto Labrador terem lidos suas declarações em respeito ao prazo necessitado para abolir a escravatura, era a vez de Palmela apresentar argumentos sólidos:

“as extensas províncias do Brasil só se cultivavam por meio de escravos, e que um aumento de povoação lhe era ainda indispensável para a sua prosperidade. Que nenhuma colônia se podia comparar com o Brasil nesse sentido. Além de que, sendo nós a única nação Europeia que possui verdadeiras colônias na costa Ocidental da África, a nossa posição a esse respeito se devia considerar como diferente das demais; pois que os Portugueses transportavam escravos de umas colônias suas para outras”<sup>277</sup>.

O *Empire reBuilding* na nova joia do Império luso-brasileiro então, simplesmente não tinha comparação e era isso, segundo o representante português, que justificaria uma consideração mais *sensível* de suas pretensões pelas outras potências. Mesmo assim, Palmela mostrava-se a favor de abolir o tráfico num mesmo prazo que a Espanha se a Coroa inglesa anulasse o Tratado de Comércio de 1810. Uma declaração que aparentemente foi recebido com satisfação por Castlereagh.<sup>278</sup>

Enfim, no dia 21 de janeiro os diplomatas britânicos e portugueses reuniram-se, de novo num formato bilateral para fechar um acordo que ia consagrar as reclamações portuguesas para separar a questão das indenizações da questão da abolição ao norte do equador. A convenção assinada no mesmo dia concedeu ao Império luso-brasileiro as 300 mil Libras Esterlinas

---

<sup>274</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 15.01.1815. In: BIKER XVIII, p. 304-305.

<sup>275</sup> Talleyrand para Louis XVIII, 08.02.1815, Carta LI, In: PALLAIN, M. G. *The Correspondence of Prince Talleyrand*, p. 163.

<sup>276</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 21.01.1815. In: BIKER XVIII, p. 307.

<sup>277</sup> *Ibid.*, p. 309.

<sup>278</sup> *Ibid.*

demandados para os navios capturados. A pressão crescente tanto da opinião pública britânica sobre Castlereagh quanto do modo multilateral de negociações sobre os três portugueses aproximara os dois lados mais rápidos a um compromisso.

Como consequência, já no dia posterior, os representantes portugueses e britânicos assinaram um tratado que satisfaria, por enquanto, os interesses das duas coroas em respeito à questão do tráfico negreiro. Nisso, o balanço final para o lado português era consideravelmente proveitoso: embora a Coroa portuguesa tivesse que prometer interditar aos seus vassalos a escravatura ao norte do equador (Art. I), a ganhou em troca o cancelamento do Tratado de Aliança de 1810 (Art. III) e a anulação das dívidas em torno de 600 mil Libras (Art. V). A cedência definitiva do tráfico negreiro era adiantada pelo Artigo IV que somente “Reservão, e Obrigação” as duas partes contratantes “a fixar por um Tratado separado o período em que o Comércio de Escravatura haja de cessar universalmente”.<sup>279</sup>

De fato, esse acordo já terminara com as principais negociações sobre a escravatura entre os dois países. Mesmo assim, as conversações entre as oito potências continuavam. De um lado, era a intenção da Grã-Bretanha manter a França, a Espanha e Portugal apressados para abolir o mais rápido possível a escravatura. Mas aparentemente essa estratégia de tensão já era ultrapassada depois da primeira sessão pois “como o resultado da primeira conferência não permitia que se pudesse esperar a cessação geral e imediata do tráfico dos negros” para a segunda reunião. As três sessões que seguiam, respectivamente nos dias 28 de janeiro, 4 e 8 de fevereiro só tinham um caráter mais cerimonial, ou nas palavras dos Plenipotenciários portugueses relatando sobre a última conferência: “pouco se passou de importante.”<sup>280</sup>

As negociações multilaterais, porém, mostravam, ainda mais que as bilaterais, um atributo, ou *leitmotiv* da diplomacia luso-brasileira, que a teve que enfrentar no Congresso de Viena: ser tutelada por uma grande potência, neste caso a Grã-Bretanha. Ainda nas suas memórias, escritas breve antes da sua morte, o posterior Duque de Palmela lembrava da primeira sessão como uma encenação para a opinião pública inglesa: “pode considerar-se uma espécie de comédia que o plenipotenciário inglês quis que se representasse, para ter no Parlamento armas com que debelar os ataques {?}, ensaiando conosco previamente as perguntas que faria, e as respostas que tínhamos de dar.”<sup>281</sup> Além disso há vários outros exemplos de que

---

<sup>279</sup> *Tratado da abolição do Tráfico de Escravos Norte do Equador*, assinado no 22 de janeiro de 1815, em Viena. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.

<sup>280</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 09.02.1815. In: BIKER XVIII, p. 338.

<sup>281</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Memórias do Duque de Palmela*. Lisboa: Dom Quixote, 2011, p. 145.

SARAIVA chama de um “lêxico autonomista”<sup>282</sup> ainda durante ou logo em seguida do Congresso na correspondência diplomática portuguesa, especialmente recorrendo à anulação do Tratado de 1810.

No Congresso de Viena anulou-se então, o Tratado de Aliança e *não* o de Comércio. Como foi explicado por ALEXANDRE, o cancelamento do Tratado de Comércio teria tido um impacto diferente às duas partes mais importantes do Império luso-brasileiro. Nestas, especialmente a mãe-terra portuguesa teria tirada benefícios voltando a ser *a nação mais favorecida* assim que mercadorias britânicas “subiriam de 15% para 24%”.<sup>283</sup>

Mas em vez disso, o Tratado de Aliança foi anulado o que trazia consigo mais um valor simbólico do que mudanças efetivas. Especialmente a supressão dos artigos secretos devolvia autonomia ao Brasil, proibindo o corte de madeira no litoral pela marinha britânica, limitando a quantidade de navios da Royal Navy ancorando nos seus portos e até possibilitaria retomar atividades da Santa Inquisição lá.<sup>284</sup> Resumindo, não queremos insinuar que a anulação do Tratado de Aliança trouxe grandes favores ao Brasil, mas sim, que a não-anulação do Tratado de Comércio continuava desprivilegiar a Lusitânia mantendo a Grã-Bretanha como *a nação mais favorecida*.

Considerando o Tratado do 22 de janeiro de 1815, fica inevitável não mencionar seu caráter transitório, ou seja, ele ainda não resolveu definitivamente a questão do tráfico negreiro entre o Império luso-brasileiro e a Grã-Bretanha. O próprio acordo pôs em disposição uns escapatórios para os dois lados contratantes: sem tendo regras explícitas, o Artigo Adicional possibilitou a transferência de um colono português com seus escravos “para qualquer outra Possessão da Coroa de Portugal”. Além disso, no Artigo IV as duas partes contratantes declaram “a fixar, por um Tratado separado o período em que o Comércio de Escravos haja de cessar universalmente; e de ser proibido em todos os Domínios de Portugal”, mas não estabeleceram um prazo ou outra obrigação para a sua execução.<sup>285</sup> Ligado a isso, o Tratado de Comércio de 1810 só seria anulado, segundo dos Reis, se o Príncipe Regente estipulasse a abolição do tráfico negreiro ao sul da linha do Equador.<sup>286</sup>

---

<sup>282</sup> SARAIVA, J. F. S. S.: ‘Autonomia na Inserção Internacional’, p. 12.

<sup>283</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 300.

<sup>284</sup> *Tratado de Amizade, e Aliança*, Art. IX.

<sup>285</sup> *Tratado da abolição do Trafico de Escravos Norte do Equador*, Art. IV.

<sup>286</sup> AJ dos Reis para Araújo a Azevedo, 07.10.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002026.

### 3.3.2 Questões limítrofes e territoriais

As duras negociações com a Grã-Bretanha referente ao tráfico negreiro, como assim o inteiro Congresso de Viena, não contribuíam realmente para que as relações entre os dois países, ultimamente em franca deterioração desde a Primeira Paz de Paris, apresentassem melhoras notáveis. Para Ambrósio Joaquim dos Reis, a diplomacia britânica, mesmo não sendo diretamente afetada, estava metida até nas disputas limítrofes e territoriais que o Império luso-brasileiro teve que resolver com outras potências. Carregado com uma forte retórica autonomista ele pronunciou-se:

“Muito receio também, que o machavelismo [sic!] inglês tem adoptado a novo respeito e da Espanha a bem conhecida máxima =Divide et impera= e assim como lhes tem importado tão pouco na conclusão de duas pazes que se nos restitua Olivença - para que exista aquele pomo de discórdia entre as duas nações na Europa, queirão agora criar outro pomo de discórdia na América. Pela mesma razão sempre hão de procurar que não se fixem os Limites da Guiana entre nós e a França ainda mesmo com a capa de mediadora; e nós sem nos desenganarmos!!!”<sup>287</sup>

Assim, as duas questões limítrofes e territoriais, apesar de ocupar regiões, uma e outra muito distintas, devem ser entendidas como entrelaçadas, tanto ao conteúdo, quanto cronologicamente, entre si mesmo em Viena. Nas próprias negociações, porém, as Guianas deviam ser tratadas separadamente da Olivença. Como no convênio com a Grã-Bretanha que tratara a Guiana Francesa como assunto independente relativo ao tráfico negreiro, assim a restituição da Olivença não devia ser negociada como compensação pela entrega da colônia francesa.<sup>288</sup>

#### 3.3.2.1 Do Oiapoque ao Rio da Prata: Delimitando o novo Império

Após o Tratado do 22 de janeiro por enquanto tinha posto um fim às afrontas luso-britânicas, os Plenipotenciários encontraram-se dispostos a negociar com os enviados franceses, sobre todos Talleyrand, a respeito da restituição efetiva da Guiana Francesa. Como já foi demonstrado, a problemática derivada à Primeira Paz de Paris era o seguinte: a Guiana Francesa ocupada de retaliação por tropas brasileiras em 1809, era restituída à França pela Grã-Bretanha;

---

<sup>287</sup> AJ dos Reis para Araújo e Azevedo, 02.01.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002020.

<sup>288</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 16.12.1814. In: BIKER XVIII, p. 235.

o Conde do Funchal prejudicou-se irremediavelmente pela sua cortesia precipitada; e no final das contas, a Coroa portuguesa não assinava a ata final.

A não-ratificação da Primeira Paz de Paris aparentemente não deixou os três diplomatas em apuros, nem tampouco com severos problemas de legitimar seu estado beneficiado estando eles entre o grupo das oito potências signatárias. Inicialmente, numa conversa com Castlereagh, os Plenipotenciários até renovaram, altamente provável devido a razões de tática negocial, as reclamações sobre a Guiana inteira pela Coroa portuguesa:

“Queremos, dissemos nós, conservar a Guiana, ou obter um equivalente. Pois não tem Olivença, tornou Mylord, cuja restituição em Paris nos obrigamos todos a fazer-lhe boa, e cuja negociação aqui tanto nos empata com a Espanha? Olivença deve-se-nos de justiça, respondemos nós; e quando mesmo assim não fosse, nunca jamais poderia ser equivalente da Guiana; além de que não seria impossível obtê-la separadamente da Espanha; e na alternativa antes a Guiana do que Olivença.”<sup>289</sup>

Interessantemente, os Plenipotenciários parecem ter seguidos ainda obedientemente as instruções enviadas no dia 16 de junho de 1814, priorizando as Guianas em relação à Olivença.

Mesmo assim, Saldanha da Gama numa carta enviada no final de janeiro baixava as expectativas, seja por preocupações reais, ou para lisonjear a própria vaidade, caso os objetivos negociais forem cumpridos apesar de tantas dificuldades: “A cessão da Guiana era inevitável depois do Tratado de Paris; e havia ainda o receio de sermos excluídos da Conferência das oito potências assignatárias da paz de Paris”.<sup>290</sup>

Quase no mesmo tempo no Rio de Janeiro, então só com conhecimentos do estado de negócios a cerca de três ou quatro meses atrás na Europa, Lord Strangford recebeu ordens da sua Coroa “para convidar a do Brasil a dar, sem perda de tempo, as instruções convenientes para a pronta entrega da Guiana Francesa”.<sup>291</sup> A Grã-Bretanha não só concedeu um território invadido preponderantemente por tropas brasileiras ao antigo adversário de guerra, mas também exerceu pressão sobre o governo luso-brasileiro para afastar-se da sua conquista.

Os Plenipotenciários portugueses em Viena, no entanto, buscaram o apoio diplomático dos enviados britânicos para uma delimitação favorável. Na declaração dada no dia 11 de novembro de 1814 sobre o prazo da abolição do trafego negreiro - aqui mostrava-se novamente

---

<sup>289</sup> Relatório da prática confidencial tida com Mylord Castlereagh acerca da não ratificação do Tratado de Paris, e da abolição do comércio de escravos, 11.01.1815. In: BIKER XVIII, p. 301.

<sup>290</sup> Saldanha da Gama para [Araújo e Azevedo], 26.01.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002061

<sup>291</sup> Strangford para Aguiar, 22.02.1815. In: BIKER XVI, p. 389.

como os assuntos eram entrelaçados entre si - eles solicitaram a intervenção favorável da Grã-Bretanha, tanto para a Olivença, quanto para a limitação das Guianas.<sup>292</sup>

Vejam os uma reivindicação que era repetida nas conversas diretas com Lord Castlereagh<sup>293</sup> e que aparentemente até foi registrada por escrito num artigo secreto anexado ao Tratado do 22 de janeiro de 1815: “O único artigo oneroso, mas que vai como artigo secreto, é o que diz respeito à cessão da Guiana à França; porém neste mesmo também a Inglaterra se obriga a prestar-nos a sua mediação, para que os limites entre as duas Guianas fiquem sendo conformes ao artigo 8.º do Tratado de Utrecht de 1713.”<sup>294</sup>

O referido artigo do Tratado de Utrecht permanecia sendo o fundamento jurídico para as reivindicações limítrofes dos diplomatas portugueses. Num primeiro encontro com seus opositos franceses em janeiro, eles referiram-se ao Oiapoque como inabalável linha fronteiriça entre as duas Guianas. Mas não era só isso que os três Plenipotenciários exigiram: a França também devia indenizar Portugal, prestar apoio diplomático sobretudo na questão da Olivença e reformular o infame Artigo X da Primeira Paz de Paris que deixara revelar claramente a tutela britânica.<sup>295</sup> A restituição da Guiana Francesa não era só “meramente formal” como foi proposta por ALEXANDRE<sup>296</sup>, mas sim, um ato emancipatório e uma máxima do *Empire reBuilding*, mantendo o prestígio imperial tanto por dentro quanto por fora.

Contraopondo as negociações diplomáticas ferozes, as vezes até hostis, com a Grã-Bretanha sobre o trafego negreiro, com o cenário de negócios comerciais aparentemente tão prudente quanto produtiva, facilmente deixava confundir o antigo inimigo de guerra como o (ainda) presente aliado. O próprio Talleyrand, gênio diplomático, que segundo os Plenipotenciários “serviu-nos efetivamente na nossa negociação com Inglaterra”<sup>297</sup> até tentou indispor os diplomatas portugueses ainda mais contra a Grã-Bretanha na questão da Guiana: “essa disputa não era com a França, que nos entendêssemos com a Inglaterra e com os outros aliados”.<sup>298</sup>

---

<sup>292</sup> Declaração dos Plenipotenciários portugueses sobre o prazo para a abolição da escravatura, 11.11.1814. In: BIKER XVIII, p. 203.

<sup>293</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 17.11.1814. In: BIKER XVIII, p. 222.

<sup>294</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 26.01.1815 [Extrato]. In: BIKER XVIII, p. 311-312.

<sup>295</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 26.01.1815. In: BIKER XVIII, p. 316-317.

<sup>296</sup> ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império*, p. 323.

<sup>297</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 26.01.1815. In: BIKER XVIII, p. 316.

<sup>298</sup> Conferencia do Conde de Palmela com o Príncipe de Talleyrand, acerca de não ter S. A. R. ratificado o Tratado de Paris, 10.01.1815. In: BIKER XVIII, p. 295.

As seguintes negociações sobre a matéria atrasaram-se até maio de 1815 pelo menos parcialmente devido às conferências multilaterais sobre a escravatura e ao período dos Cem Dias causado pela volta de Napoleão. No dia 11 de maio, Palmela e Saldanha da Gama entregaram suas propostas de sobre como mudar as formulações do Artigo X a Talleyrand. O primeiro anulou o referido artigo da Primeira Paz de Paris e o segundo, substituindo-o por uma expressão que agradava mais a soberania luso-brasileira<sup>299</sup>:

“S.A.R. le prince régent du Portugal et du Brésil, pour manifester d'une manière incontestable sa considération particulière pour S.M.T.C., s'engage à restituer à Sadite Majesté la Guiane française jusqu'à la rivière d'Oyapock, [...]”.<sup>300</sup>

Já no dia posterior Talleyrand respondendo Palmela e Saldanha da Gama aprovou a nova formulação e no final das contas ambos os artigos assim foram aplicados como 106º e 107º à ata final do Congresso de Viena.<sup>301</sup> Tudo pareceu em perfeita harmonia.

No mesmo dia 12 de maio, porém, Lobo da Silveira redigiu um próprio memorando em resposta ao procedimento rápido dos seus colegas e Talleyrand do dia anterior. O seu *voto separado* rejeitava irritadamente a adaptação da questão guianesa à ata final do Congresso por várias razões. Segundo o diplomata, o Príncipe Regente simplesmente não pôde ratificar o Artigo X sem “faltar ao seu decoro e à justa expectativa da nação”<sup>302</sup>. Sobretudo, Lobo da Silveira não reconheceu como necessidade abandonar nesse assunto um formato meramente bilateral, entre Portugal e a França.<sup>303</sup>

Ele teria preferido mais confidencialidade e opôs-se contra uma divulgação desse assunto além dos representantes franceses e britânicos que eram os diretamente afluídos. Sendo sobretudo um membro legítimo do grupo das oito potências derivada da assinatura da Primeira Paz de Paris, anunciar a sua não-ratificação seria “confessar publicamente à face da Europa esta conivência é patentear afirmativamente a ilegitimidade das nossas assinaturas”.<sup>304</sup>

Além disso, os dois artigos propostos por seus colegas não trariam consigo nenhuma modificação real, em vez “refazemos aqui virtual e publicamente aquele mesmo Tratado que o Príncipe Regente nosso Senhor não quis ratificar.”<sup>305</sup> A distância enorme não permitiria tirar

---

<sup>299</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Talleyrand, 11.05.1815. IN: BIKER XVIII: p. 447.

<sup>300</sup> *Acte final du Congrès de Vienne*. <[http://www.histoire-empire.org/articles/congres\\_de\\_vienne/acte\\_du\\_congres\\_de\\_vienne\\_09.htm](http://www.histoire-empire.org/articles/congres_de_vienne/acte_du_congres_de_vienne_09.htm)> [Acesso em: 10.10.2017].

<sup>301</sup> Resposta oficial do Príncipe de Talleyrand, 12.05.1815. IN: BIKER XVIII, p. 449.

<sup>302</sup> LOBO DA SILVEIRA, Joaquim: Voto separado de D. Joaquim Lobo sobre a revalidaçam do Tratado de Paris afóra o Artigo 10.<sup>mo</sup>, e a cessam da Guyanna à S. M. Christianíssima, 12.05.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001104.

<sup>303</sup> *Ibid.*

<sup>304</sup> *Ibid.*

<sup>305</sup> *Ibid.*

dúvidas sobre a opinião do soberano e por isso, Lobo da Silveira retirou-se de resolver as divergências com a França sobre pressão de um tratado cuja aprovação pelo Príncipe Regente nem era garantida ainda.<sup>306</sup>

O mais velho dos três Plenipotenciários portugueses justamente não queria repetir o mesmo erro cometido pelo Conde do Funchal em Paris, satisfazendo rápido demais exigências britânicas sobre o mesmo assunto. Era um artigo secreto do Tratado do 22 de janeiro de 1815 ao que Lobo da Silveira se referira e que, como foi admitido mais tarde por Palmela e Saldanha da Gama, retrocedeu a aprovação da Primeira Paz de Paris à condição ao estado inicial: “contraímos a obrigação (explícita com a Grã-Bretanha pelo Tratado de 22 de Janeiro, e tácita com as demais Potencias) de revalidar antes do fim do Congresso em nome de Sua Alteza Real o Tratado de Paris”.<sup>307</sup>

Segundo Lobo da Silveira, nem a Grã-Bretanha “de longe nos tem dado a entender” que a restituição da Guiana deveria ser incluída na ata final, nem os representantes franceses encontraram-se dispostos “por ora negociar conosco sobre a Guiana”.<sup>308</sup> Fica interessante com tal tenacidade o Plenipotenciário opôs-se incluir a questão da Guiana à Ata Final e deixa de chamar-lhe, sem polemizar demais, um *hardliner* em termos de defesa da autonomia decisória do monarca absolutista. Fixando a restituição da Guiana Francesa no Tratado concluinte do Congresso de Viena sem resolver definitivamente a delimitação entre as duas Guianas só poderia “pôr novas armas entre as mãos de Inglaterra” repetindo a estigmatização por não terem firmado um tratado final “assinado por toda a Europa” somente por causa de um artigo intolerável.<sup>309</sup> No final das contas, Lobo da Silveira até pretendeu não assinar a ata final.<sup>310</sup>

Respondendo às acusações do seu colega, para Palmela e Saldanha da Gama esse argumento era o único “que seja ainda preciso responder, e confessamos também que é esse o único que excitou na nossa mente alguma hesitação”.<sup>311</sup> Eles justificaram as medidas tomadas tão rápidas com o Congresso que era para concluir e com uma retomada das hostilidades na Europa provocada pela volta de Napoleão. Por eles, a aliança anti-bonapartista tinha por vínculo unificador a assinatura conjunta da Primeira Paz de Paris.<sup>312</sup>

---

<sup>306</sup> Ibid.

<sup>307</sup> Palmela e Saldanha da Gama para Aguiar, 30.05.1815. In: BIKER XVIII, p. 436.

<sup>308</sup> LOBO DA SILVEIRA, Joaquim: Voto separado, 12.05.1815.

<sup>309</sup> Ibid.

<sup>310</sup> Ibid.

<sup>311</sup> Palmela e Saldanha da Gama para Aguiar, 30.05.1815. In: BIKER XVIII, p. 440.

<sup>312</sup> Ibid., p. 440-441.

Segundo os dois diplomatas “as atuais circunstâncias” impossibilitariam a restituição da Guiana à França que também daria oportunidade ao Coroa portuguesa adiantar a ocupação da dita colônia até o governo da França “viesse a ser reconhecido por toda a Europa”.<sup>313</sup> Mas por enquanto, a Guiana Francesa ficaria ocupada e administrada pelo Brasil que assim foi comunicado ao comandante em Caiena.<sup>314</sup> Sob controle luso-brasileiro ainda, as duas Guianas por consequência poderiam ser delimitadas em plena defesa das reclamações portuguesas baseadas no 8º Artigo do Tratado de Utrecht<sup>315</sup> que foram renovados e até concretizadas pelo 107º Artigo da ata final do Congresso de Viena.<sup>316</sup>

Enfim, o resultado alcançado pela diplomacia luso-brasileiro no Congresso deve ser considerado como sucesso. O objetivo primordial dado nas instruções do 16 de junho, garantir a posse da inteira Guiana, como mostrámos, já era ultrapassado antes a primeira reunião diplomática em Viena. Mais uma vez as negociações indicavam, mesmo sendo um assunto com a França, a influência dominante da Grã-Bretanha à agenda exterior do Império luso-brasileiro, mas também práticas bem-sucedidas de a resistir.

A questão guianesa, porém, ainda mais que o tráfico negreiro, tinha sobretudo relevância para a parte brasileira do Império como já foi reconhecido pelos próprios Plenipotenciários sem imprevistos à frente de Talleyrand: “A importância da fixação destes limites é comparativamente muito maior para Portugal que para a França, porque dependem disto a tranquilidade e segurança futura do Brasil”.<sup>317</sup> A linguagem usada aqui fica destacadamente interessante para o presente estudo e merece uma consideração maior: *Portugal* nisso, não pode ser equiparado como seu território atual (*Lusitânia*), mas sim como o elo acima das suas unidades imperiais como o *Brasil* cuja fronteira setentrional era caucionada pelo referido artigo 107.

A delimitação do sul do Brasil, noutro lado, não era mexida, e isso por causa de uma razão particular: a Espanha. O território das Sete Missões, ainda declarada parte integral do Brasil nas instruções do 16 de junho, nem era mencionado no andamento do Congresso. Tomando em consideração as várias disputas reais e possíveis com o vizinho ibérico tão instável quanto perigoso na época, a diplomacia luso-brasileira encontrava-se num dilema: por um lado,

---

<sup>313</sup> Ibid., p. 438.

<sup>314</sup> Palmela e de Lobo da Silveira para Manuel Marques, 08.09.1815. In: BIKER XVI, p. 391-392.

<sup>315</sup> Palmela e Saldanha da Gama para Aguiar, 30.05.1815. In: BIKER XVIII, p. 438-439.

<sup>316</sup> *Acte final du Congrès de Vienne*, Art. 107.

<sup>317</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Talleyrand, 26.01.1815 [Nota verbal]. In: BIKER XVIII, p. 323.

como veremos no próximo subcapítulo, houve exigências à Olivença, por outro lado, na América do Sul, a Coroa portuguesa estivera prestes a aproveitar-se do quebradiço Império espanhol.<sup>318</sup>

A muito cobiçada extensão ao Rio da Prata foi tornada tangível a partir de 1810 e era sem dúvidas desejadas pelas autoridades no Rio de Janeiro, sobretudo pela princesa D. Carlota Joaquina. O expansionismo luso-brasileiro culminou-se em 1811 na Primeira Campanha da Cisplatina. As vitoriosas tropas brasileiras, porém, foram ordenadas para encerrar as hostilidades e retirar-se em junho de 1812. José Gaspar de Vigodet (1764-1835), último governador espanhol de Montevidéu dirigiu-se sem sucesso a Carlota Joaquina e finalmente teve que aceitar a derrota dos realistas.<sup>319</sup>

O outro possível *pomo de discordância* a que Joaquim Ambrósio dos Reis se referiu em cima, era justamente essa região ainda reclamada pela Coroa espanhola e aspirada há muito tempo pela Coroa portuguesa. O conselheiro receou uma crescente influência britânica à região da Prata, também tentando tirar benefícios da fragmentação da autoridade espanhola. Assim, ele suspeitou benevolência inglesa e supostamente auxílio logística, em vez de ajuda financeira, atrás da garantia espanhola estabelecer um prazo de oito anos para a abolição da escravatura que antigamente fora estabelecida “sem limitação de tempo”.<sup>320</sup>

Suas preocupações não ficavam sem justificativa. O impulso mercantil da Grã-Bretanha era grande e mostrava seu pleno alcance só após as independências americanas. Os fundamentos do infame *Informal Empire* britânico, logicamente, já foram estabelecidos antes. O Tratado de Comércio de 1810 entre Portugal e a Grã-Bretanha fez um passo evidente para garantir a presença mercantil inglesa no Atlântico do Sul. No Artigo XXII foi declarado como franqueado o porto de Santa Catarina “a fim de facilitar, e animar o legitimo Comércio não somente dos Vassallos da Grande Bretanha, mas também dos de Portugal, com outros Estados adjacentes aos Seus próprios Domínios”.<sup>321</sup>

Para fazer recuar as penetrações britânicas na desejada esfera de influência, dos Reis propôs nas suas considerações finais sobre o Congresso de Viena, não por mero altruísmo, prestar ajuda à Espanha: “Há só uma aliança com a Espanha que talvez nos conviesse agora e

---

<sup>318</sup> PEDREIRA, J./DORES COSTA, F. D. *João VI, um príncipe entre dois continentes*, p. 297.

<sup>319</sup> AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 310-311.

<sup>320</sup> AJ dos Reis para Araújo e Azevedo, 02.01.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002020.

<sup>321</sup> *Tratado de Commercio e Navegação*, assinado no Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1810. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810, p. 25.

vem a ser a de ajudá-la a recobrar Buenos Aires cedendo-nos Montevidéu e os países adjacentes.”<sup>322</sup> O rumo à Cisplatina podia se iniciar então, só após o Congresso de Viena.

### **3.3.2.2 “se consegue cousa alguma que lisonjeie o seu amor próprio”: a (des)esperada Restituição da Olivença como Prêmio de Consolação para Portugal**

O pequeno e estrategicamente insignificante território de Olivença (vd. Anexo, mapa 2) foi intrometido desde a sua abertura às hostilidades ibéricas, devido a sua localização fronteiriça. Após a breve campanha chamada Guerra das Laranjas em 1801, a fortificada cidade homônima era tomada por tropas espanholas sem resistência e ficava ocupada. No Tratado de Badajoz, a Coroa portuguesa teve que se comprometer conceder a Olivença à Espanha (Art. III).

Em 1807, a invasão franco-espanhola novamente trazia guerra a Portugal. As contraofensivas luso-britânicas a partir de 1808 levaram tropas portuguesas a retomar duas vezes a praça disputada. Mas sobre o porquê a Olivença não ficava sob controle português respondidos Plenipotenciários portugueses só responderam acanhadamente: implicitamente a Olivença não ficava ocupada por causa de ingenuidade, ou seja, explicitamente em tal justificativa, devido “a um excesso de boa fé pouco comum”.<sup>323</sup>

A questão era posta em marcha pelo Conde do Funchal em Paris, mas só no detalhamento das negociações e sem verdadeiros ou efetivos meios de pressão. Apenas dois representantes, o Conde de Nesselrode, secretário de Estado da Rússia, e Talleyrand, ministro francês, expressaram sua boa vontade perante as reclamações portuguesas.<sup>324</sup> O aliado supostamente mais firme e poderoso novamente abandonara Portugal.

Ainda sem conhecimentos sobre os resultados das negociações em Paris, os secretários no Rio de Janeiro, desconfiando na diplomacia britânica, mandaram ordens ao representante português em Madri para ele tentando conseguir “a pronta restituição de Olivença e de seu território”.<sup>325</sup> Nisso, o diplomata devia proceder particularmente cauteloso: “trate verbal e secretamente com esse Governo de maneira tal que não transpire no Corpo Diplomático dessa

---

<sup>322</sup> AJ dos Reis para Araújo e Azevedo, 07.10.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002026.

<sup>323</sup> *Memória apresentada ao Congresso pelos Plenipotenciários de Portugal, sobre a reclamação da villa e territorio de Olivença*. In: *Correio Braziliense ou Armazem Literário* (v. XIV, n. 85, jan. 1815, pp. 732-737), p. 735.

<sup>324</sup> Nesselrode para Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira, 20.05.1815. In: *BIKER XVIII*, p. 244-247.

<sup>325</sup> Aguiar, para D. José Luiz de Sousa, 23.06.1814. In: *BIKER XVII*, p. 219.

Corte [...] não convindo de sorte alguma que a Corte de Madrid cometa a decisão deste negócio aos seus Plenipotenciários ao Congresso”.<sup>326</sup>

O motivo por tanta confidencialidade era o receio que a Grã-Bretanha iria fazer tudo o que estiver ao seu alcance obstaculizando os esforços portugueses em retomar a Olivença sem a sua ajuda para receber concessões de Cacheu e Bissau por um espaço de 50 anos (vd. Cap. 3.1). Além do seu valor agrário sendo localizado nos trópicos - na sua *Memória* Saldanha da Gama salientou especialmente o cultivo de arroz, a palmeira de dendê e aromas<sup>327</sup> - a colônia portuguesa tinha alta relevância geoestratégica. O domínio não poderia chegar nas mãos da Grã-Bretanha porque com sua posse, o Atlântico equatorial poderia ser monitorado facilmente, ainda mais perigoso para interesses luso-brasileiros considerando a posterior delimitação para o tráfico negreiro legalizado. A Grã-Bretanha naquela época não possuiu uma cadeia marítima parecida com aquela que formava o Império luso-brasileiro.

A conservação de Cacheu e Bissau então, era mais de necessidade *periférica* do que em foco *metropolitano*. Em consequência, parece evidente que as autoridades no Rio de Janeiro encontravam-se dispostas em até desistir da Olivença para garantir a posse do seu entreposto na África ocidental. Como já foi mencionado, uma semana depois das instruções, uma outra carta foi dirigida a Palmela ordenando-lhe priorizar Cacheu e Bissau em relação à Olivença, e, em caso de necessidade, larga-la para não se comprometer com a Grã-Bretanha.<sup>328</sup>

Noutro lado, o território reclamado da Espanha tornara-se num símbolo pela vitória pírrica da Lusitânia na Guerra Peninsular. Tentando obter auxílio diplomático do poderoso Império russo, ainda imaginado como alternativo continental à Grã-Bretanha, Saldanha da Gama, posterior enviado português a São Petersburgo, explicava a situação lamentável ao ministro Nesselrode: Portugal era uma das primeiras potências que entrara em guerra com a França revolucionária. Além das tropas terrestres lutando na Península Ibérica, uma esquadra da Marinha Real operava com a Royal Navy no Mar Mediterrâneo. A invasão franco-espanhola não só impôs Portugal áspersos tributos<sup>329</sup> e separou a Olivença do país, mas as hostilidades ainda “destronavam a augusta Casa de Bragança!”<sup>330</sup>

---

<sup>326</sup> Ibid., p. 220.

<sup>327</sup> SALDANHA DA GAMA, António de. *Memoria sobre as Colonias de Portugal*, p. 7-9.

<sup>328</sup> Aguiar para Palmela, 25.06.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1/L47, p. 32v-33.

<sup>329</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. ‘Portugal durante a Ausência do Rei.’ *Revista USP* (n. 79, set-nov 2008, pp. 10-21), p. 14.

<sup>330</sup> SALDANHA DA GAMA, António de. *Nota e memória de António de Saldanha da Gama, entregue em Vienna ao Conde de Nesselrode, em 20 de novembro de 1814*. In: BIKER XVIII, p. 57.

Depois da França ocupara o aliado espanhol, “por fim traí-la por sua vez, uniu-se à nação portuguesa para defender a mesma causa contra a agressão francesa.”<sup>331</sup> Segundo Saldanha da Gama então, apesar das injustiças cometidas pela Espanha, o povo português fraternizava-se com seu vizinho ibérico e pegou as armas para libertá-lo. As tropas portuguesas lutaram tão decisivamente para a causa comum que “nunca a Espanha poderá duvidar que tenham corrido ondas de sangue português no território espanhol.”<sup>332</sup> Mesmo assim, os sacrifícios do povo português não foram reconhecidos de jeito “que Portugal, restituindo a Guiana, não recebendo Olivença, nem ainda nenhuma outra indemnização pelos seus esforços a favor da boa causa, seria um eterno monumento de injustiça”.<sup>333</sup>

A autoimagem de Portugal era então, a de um país devastado pela guerra injusta provocada de fora que, apesar de tanto sofrimento, saiu vitorioso das hostilidades sangrentas, mas cuja contribuição para a derrota do *anticristo* Napoleão não era nem honrada, nem reconhecida pelas potências europeias. Confrontado pelas mesmas acusações feitas por Palmela, Talleyrand resumiu representativamente a opinião menosprezadora da coligação anti-napoleônica: “Quem comandava esse exército? [...] quem o pagava? Quem governava Portugal, não eram os Generais e os Ministros Ingleses?”<sup>334</sup>

Palmela antecipou cedo, ainda no início do Congresso de Viena, as possíveis reações explosivas que essa percepção distorcida poderia causar na Lusitânia:

“O descontentamento em que de necessidade ficará a nação portuguesa se vir que nem no Tratado de Paris, nem no Congresso de Viena se consegue coisa alguma que lisonjeie o seu amor próprio, que sirva de algum desconto aos males que sofreu, e que comprove ao mundo os seus triunfos na última guerra, põe-nos, segundo parece, na necessidade de recorrer à restituição de Olivença e à fixação dos limites da Guiana conformes ao Tratado de Utrecht, pois são esses os únicos troféus que se acham ao nosso alcance.”<sup>335</sup>

Tirando suas consequências, o Plenipotenciário entendeu como necessidade, alcançar pelo menos sucessos diplomáticos para agradar a opinião *pública* na Lusitânia.

O que os Plenipotenciários fizeram naquela situação, e supomos sobretudo o *metropolitano* Palmela como o agitador disso, era simplesmente pouco convencional para um diplomata. Com bastante espaço de interpretação, ele considerou a visão do Príncipe Regente,

---

<sup>331</sup> Ibid., p. 59.

<sup>332</sup> Ibid.

<sup>333</sup> Ibid., p. 61.

<sup>334</sup> Conferencia do Conde de Palmela com o Príncipe de Talleyrand, acerca de não ter S. A. R. ratificado o Tratado de Paris, 10.01.1815. In: BIKER XVIII, p. 296.

<sup>335</sup> Palmela para Aguiar, 12.11.1814. In: BIKER XVIII, p. 196.

não aceitando a Olivença como compensação adequada para a restituição da Guiana Francesa, como motivação para tomar obstinadamente iniciativa própria para recuperar a Olivença.<sup>336</sup>

Assim, ele ignorava consideravelmente a disponibilidade real transmitido para ele no 25 de junho de 1814 para abrir mão de Olivença. A estratégia para recuperar o território fronteiriço era indicada por Palmela na mesma mensagem. Seguindo uma advertência do Lord Wellington, o Plenipotenciário iria tentar entrelaçar a forçada restituição da Olivença com reclamações da Coroa espanhola a Estados italianos. Enquanto a Espanha queria justificar seus direitos sobre Parma e Placência por motivos semelhantes culpando os franceses, Palmela levantou em questão porque Portugal não poderia fazer as mesmas reclamações “para obrigar a Espanha à tal restituição”<sup>337</sup>

Esse procedimento era rejeitado ainda mais pelas autoridades no Rio de Janeiro e a resignação sobre a Olivença era reforçada: “este meio para alcançar a Restituição de Olivença só serviria para indispor ainda mais a Corte de Madrid, continuando-se a dar a importância àquele objeto que já desgraçadamente se deu”.<sup>338</sup> Devido às morosas vias de comunicação, essa carta aparentemente não influencia mais as negociações e deixou ao Conde de Palmela seguir sua audácia agenda diplomática.

Esse dilema para a boa harmonia entre as duas partes mais importantes do Império provavelmente só era reconhecido pelo próprio Palmela, Saldanha da Gama e, sobretudo e em toda a sua amplitude, por dos Reis. Logicamente não havia indicações que os interesses periféricos eram postos conscientemente acima dos interesses metropolitanos para desvalorizá-los, mas mesmo assim, a questão de Olivença devia ter consequências maiores que a própria dimensão do território permitiria deduzir.

A determinação da diplomacia de Palmela, mas também a falta de interesse das grandes potências, conduziu à uma solução relativamente rápida na disputa territorial. Numa carta do 2 de junho de 1815, uma semana antes ao encerramento do Congresso então, o Plenipotenciário mostrava-se feliz em poder mandar o artigo em respeito à Olivença ao Rio de Janeiro<sup>339</sup> que, porém, era fora de resoluto à reclamação lusitana. A questão de Olivença só abalou ao interesse dos dois reinos ibéricos, mas não chamou atenção qualquer das grandes potências.

---

<sup>336</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 16.12.1814. In: BIKER, XVIII, p. 235.

<sup>337</sup> Ibid.

<sup>338</sup> Aguiar para Palmela, 27.12.1814. ANTT: PT/TT/MNE-ASC/L/1/L47, p. 47v.

<sup>339</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 02.06.1815. In: BIKER XVIII, p. 458.

Mesmo que tivesse “cuidado muito diligentemente em unir este negócio com o da cessão, depois com o da reversibilidade dos Ducados de Parma e de Guastalla” nas palavras de Palmela, parece que as preocupações da Coroa portuguesa se realizaram de tal modo que a Espanha ficaria indignada por essa manobra diplomática. Três dias depois, o enviado espanhol Labrador redigiu uma nota de protesto ao Congresso que condenava o ajuste dessa questão: “porquanto, em tempo nenhum pertenceu ao Congresso, e muito menos a alguma das suas partes, intrometer-se com aquele negócio.”<sup>340</sup> Afinal das contas, a Espanha não ia assinar a ata final, entre outras razões também por causa da restituição forçada desse assunto que não era discutido *visivelmente* durante o Congresso.<sup>341</sup>

Assim, os Plenipotenciários tentaram ainda em Viena, resolver a restituição do território desejado dirigindo-se às três grandes potências com uma carta datada ao 9 de junho, o dia da assinatura da Ata Final. Para aumentar a pressão à Espanha, eles pediram a ligação das reclamações espanholas em respeito aos territórios italianos com a restituição da Olivença a Portugal.<sup>342</sup> A resposta dos Plenipotenciários, porém, devia ser desencantada para a delegação luso-brasileira: enquanto o britânico<sup>343</sup>, quanto o russo<sup>344</sup> mandaram a matéria para suas Cortes, o austríaco nem tinha podido respondê-los ainda.<sup>345</sup>

### **3.4 “*Nam supponho que haja aqui muito dizer para nós*”: a Segunda Paz de Paris (20.11.1815)**

Depois da derrota final de Napoleão em Waterloo, os aliados instalaram-se em Paris para definitivamente pôr fim às perturbações revolucionárias que começaram 26 anos atrás. O período dos Cem Dias mostrou com clareza dolorosa que as pazes promovidas em Paris e Viena eram de caráter vulnerável. Assim, a motivação principal da Segunda Paz de Paris era prevenir novas hostilidades ou revoluções na Europa. O que dominava as negociações na capital francesa

---

<sup>340</sup> ‘Protesto do Embaixador Espanhol contra as Decisões do Congresso de Viena’, *Correio Braziliense* (v. XV, n. 86, jul. 1815, pp. 213-215), p. 213-214.

<sup>341</sup> MANTECÓN, E. G.: ‘El Marqués del Labrador’, p. 260.

<sup>342</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 17.06.1815 [Extrato]. In: BIKER XVIII, p. 478.

<sup>343</sup> Resposta de Clancarthy a Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira, 06.1815. In: BIKER XVIII, p. 480-482.

<sup>344</sup> Resposta de Rasaumoffsky a Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira, 12.06.1815. In: BIKER XVIII, p. 484.

<sup>345</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Clancarthy, 08.06.1815. In: BIKER XVIII, p. 479.

então, era o forjamento da Aliança Quadrupla que consistia da Prússia, Rússia, Áustria e Grã-Bretanha.<sup>346</sup>

A delegação luso-brasileira, reduzida a Palmela e Lobo da Silveira, pois Saldanha da Gama já fora a São Petersburgo, não gozava de tanta participação. Ainda mais porque Palmela aparentemente encontrou-se intimidado pelo fracasso na questão da Olivença e hesitava doutras ações solitárias: “Espero com tudo que as ordens, instruções, e plenos poderes de Sua Alteza Real em consequência dar notícias que lá têm chegado, virão a tempo para diminuir aqui a minha responsabilidade”.<sup>347</sup>

As quatro grandes potências conseguiram impedir obviamente ainda mais que na Primeira Paz de Paris a acessibilidade às negociações pelas potências menores. Uma carta de Lobo da Silveira escrita ainda no início do terceiro congresso baixou expectativas: “Não suponho que haja aqui muito dizer para nós tanto pela tendência das negociações entre as quatro Potências diretoras, como pela Supremacia que estão se arrogam”.<sup>348</sup>

Aparentemente o único assunto negociado pelos portugueses era a questão de indenizações pelas hostilidades francesas. Os resultados alcançados, porém, não podem ser chamados de um sucesso. No total, a França obrigou-se pagar 700 milhões de francos aos diversos aliados. As quatro grandes potências bélicas receberam cada uma 100 milhões, a Grã-Bretanha e a Prússia mais 25 milhões devidos às perdas sofridas na batalha de Waterloo. Portugal foi indenizado com 2 milhões de francos, uma das somas menores. Só uns Estados e cidades livres da Alemanha, p. ex. Liechtenstein, as cidades hanseáticas ou Frankfurt receberam menos. Para as meras amplificações da cidade alemã Mainz, estrategicamente de grande importância localizada em ambas as margens renanas, foram previstos 5 milhões.<sup>349</sup>

---

No último dos três congressos então, a delegação luso-brasileira não teve que enfrentar tantas negociações controversas quanto na Primeira Paz de Paris ou em Viena. A percepção

---

<sup>346</sup> JARRET, M. *The Congress of Vienna*, p. 167-169.

<sup>347</sup> Palmela para Araújo e Azevedo, 20.08.2015. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001169.

<sup>348</sup> Lobo da Silveira para Araújo e Azevedo, 26.08.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001106.

<sup>349</sup> ‘State Papers. Convention with France.’ *The European Magazine, and London Review*. Philological Society (v. 69, jan-jun 1816, pp. 159-162), p. 160.

tanto de Portugal quanto dos seus Plenipotenciários não era alterada. O Império luso-brasileiro ainda era entendido como subalternado à tutela britânica, sem voz nas negociações e sem própria agenda externa. O que pudemos observar no andamento das negociações era a distorção entre a autoimagem portuguesa, sendo de um lado devastada pela guerra, mas de outro lado uma potência vitoriosa e aliado fiel à causa comum, e a sua percepção humilhante no palco diplomático.

A busca por forjar novas alianças externas, no primeiro com a Rússia, posteriormente fortalecendo as ligações à França, era assim uma nova estratégia para emancipar-se da hegemonia britânica. Assim, entendemos de *reinserção* esta remodelagem da visão às relações externas do Império que vinha ocorrendo ultimamente desde 1808 sob orientação majoritariamente anglófila. Doutra lado, especialmente o Congresso de Viena era até à data uma reunião sem equivalentes em qualquer outra época. Dando em consideração a plena concentração de tantos formatos bi- e multilaterais num único lugar só e a escassez de tanta comunicação diplomática antes, devemos salientar a mera *inserção* internacional do Império luso-brasileiro.

As várias negociações, porém, não trataram só matérias europeias, como era sugerida por muito tempo pela historiografia principal, mas sim de assuntos globais, e entre elas destacadamente questões vinculadas diretamente ou indiretamente às Américas. O cabeçalho deste subcapítulo era escolhido conscientemente ambíguo: pelo lado mais óbvio, o Império negociava com todas suas dificuldades com as outras potências da Europa, mas noutro lado, sob a mesma forma, contudo menos visível, tratava a parte americana com a parte europeia dentro do próprio Império luso-brasileiro.

Afinal das contas, a balança era mais em favor dos interesses periféricos como dos metropolitanos. Um resultado, mas não uma consequência obrigatória, que já se previra nas instruções do 16 de junho de 1814. A cessação do tráfico negreiro ao norte da linha equatorial era vendida pelos Plenipotenciários portugueses por um preço alto alcançado. A Grã-Bretanha teve que anular as dívidas de Portugal e o Tratado de Aliança de 1810. Ao sul da linha do Equador, porém, logicamente a área crucialmente importante para o comércio humano, os enviados das duas Coroas entenderam-se para cessar o tráfico dentro de um prazo de oito anos, mas adiantaram sua fixação definitiva a um outro tratado. Ou seja, o Império luso-brasileiro era a única potência participante no Congresso de Viena que conseguiu evitar um estabelecimento final para a abolição da escravatura. Considerando as necessidades da elite latifundiária brasileira, e não os Direitos Humanos, isto era um grande sucesso para o Brasil.

Um outro sucesso, mesmo não tão notável, era a consideração das fronteiras forçadas entre as duas Guianas. Assim, os limites setentrionais do Brasil eram afirmados e a região estratégica da foz do Amazonas salvaguardada. Ter conseguido essa solução diplomática sem o auxílio da delegação britânica teve um valor simbólico para a autonomia na inserção exterior, perante a intimidadora dominância do *Empire* britânico.

É elucidativo que apesar do único fracasso da diplomacia luso-brasileira no Congresso, ainda assim recusava o *prêmio de consolação* para a assolada mãe-terra lusitana. A desesperada restituição da Olivença, território de significado meramente simbólico, mostrava mais evidentemente a possível contraposição entre interesses periféricos e os metropolitanos. Mesmo que os Plenipotenciários portugueses, em cima de todos o Conde de Palmela, tentassem ganhar pelo menos esse modesto triunfo para a mãe-terra, sua falha reforçava só a imagem da Lusitânia como terreno negligenciado na interposição entre os dois continentes.

## Conclusão: O outro Reino Unido (ou desunido)

O fracasso diplomático por não reaver Olivença, era só mais uma gota, ou seja, lágrima que transbordaria o copo. A Lusitânia encontrava-se numa situação explosiva, abandonada pelo soberano, de fato ocupada e administrada pelos ingleses. Não devemos esquecer que o Congresso de Viena também mostrara que a estadia da Corte real não era provisória, mas sim, mesmo sem ameaça na Europa, era visível a decisão do Príncipe Regente de permanecer definitivamente no Rio de Janeiro. Lisboa nem era mais a sede da monarquia bragantina, um perigo inegável para a legitimação de um sistema absolutista. Assim, ainda durante a ocupação francesa, os fundamentos sólidos da Coroa começaram a estremecer no Reino órfão.<sup>350</sup>

Primeiramente, o ódio da mãe-terra foi direcionado aos franceses e logo redirecionado aos britânicos. A guerra, porém, continuou na ex-metrópole até 1811 e mesmo que o abastecimento do país tivesse melhorado, a humilhação de ser administrada por estrangeiros, ainda mais pela Grã-Bretanha, atiçava ódio contra a potência marítima. Na visão do crescente nacionalismo lusitano foram eles que tiraram os lucros de seu Brasil, daquela antiga possessão que por ora era o porto seguro da monarquia. Não é surpreendente então, que ao lado dos britânicos, a inveja do Brasil levava à antipatia contra a ex-colônia e desejo em reestabelecer o *status quo ante*.<sup>351</sup> Olivença, porém, nunca foi retomada e ainda hoje faz parte da Espanha, integrada à Comunidade Autónoma da Estremadura.

Mesmo sem verdadeira importância para a Coroa, a perda de Olivença não deve ser subestimada considerando seu impacto simbólico às relações intra-imperiais entre a parte europeia e a americana. Enquanto os Plenipotenciários conseguiram sucesso de estima para o Brasil, a Lusitânia estava privada do mesmo. É necessário salientar com importância que esse desequilíbrio não foi levado em conta com o propósito de qualquer cálculo maquiavélico de dignitários pro-periféricos como p. ex. António de Araújo e Azevedo. Resultava-se simplesmente do *fluxo* negociável no Congresso, e assim era mais coincidência do que intenção. O que revelou a pura intenção pro-periférica, porém, foi a posse sobre Cacheu e Bissau cuja preservação foi explicitamente mais valorizada nas instruções em comparação à Olivença.

O território africano perto da linha equatorial era de grande importância geoestratégica, especialmente para a supervisão da escravatura. As brechas no Tratado do dia 22 de janeiro de 1815 não o consagraram um estado definitivo, mas deixaram em aberto muitas questões a

---

<sup>350</sup> NEVES, L. M. B. P. d.: 'Portugal durante a Ausência do Rei', p. 14.

<sup>351</sup> *Ibid.*, p. 19-20.

respeito do tráfico negreiro. Exatamente por isso, o resultado das negociações com a Grã-Bretanha foi um sucesso impressionante, até poderíamos dizer que foi a maior conquista da delegação luso-brasileira. Julgando de um ponto de vista hodierno, a manutenção daquele tráfico (des-)humano logicamente foi um retrocesso, mas os Plenipotenciários portugueses eram os únicos diplomatas em Viena que conseguiram esquivar-se da maciça pressão inglesa nesse assunto. Tanto a Espanha, quanto a França obrigaram-se a cessar definitivamente a escravatura.

Mesmo assim, com regulamentações que ainda não estavam absolutamente definitivas, a Grã-Bretanha também não se viu obrigada a cumprir tanto as obrigações do acordo quanto tolerar o tráfico negreiro ao sul da linha equatorial. Por fim, o Tratado de 1815 ainda não havia estabelecido a contagem-regressiva dos oito anos. Assim, parece ter continuado a captação momentânea de navios luso-brasileiros no litoral africano. No seu memorando, entregue a Kapodistrias, António Saldanha da Gama, o então enviado português na Corte russa, ainda em 1816 queixou-se da Inglaterra com a seguinte declaração: “tem até agora levantado dúvidas acerca do pagamento das £300:000, e que os apresamentos continuam como dantes.”<sup>352</sup> Ele complementou: “os proprietários armaram os seus navios destinados ao tráfico da escravatura, ordenando aos capitães, não somente que se defendessem, mas que também atacassem os navios de guerra ingleses que encontrassem no caminho.”<sup>353</sup> Uma ameaça vã sim, considerando a hegemonia da Royal Navy nos oceanos, porém, mostrando bem a importância ligada ao tráfico negreiro pela diplomacia luso-brasileira.

Já em julho de 1817, Grã-Bretanha e Portugal fecharam uma convenção adicional ao Tratado do 22 de janeiro de 1815, concretizando-o. Assim p. ex., foram definidos geograficamente os territórios da Coroa portuguesa na África (Art. II), também que os navios portugueses envolvidos no tráfico negreiro deviam cumprir certos requisitos (Art. IV), e a instalação de duas comissões mistas, uma no Brasil, outra na África, para julgar em caso de supostas ou reais violações (Art. VIII).<sup>354</sup> A convenção negociada pelo Conde de Palmela deve ser considerada um sucesso ainda maior, porque nem baseado nesta a Coroa portuguesa teve que se comprometer a fixar o início do prazo de oito anos, e, com um significado mais simbólico, a Grã-Bretanha garantiu formalmente o pagamento da indenização no valor de 300

---

<sup>352</sup>SALDANHA DA GAMA, A. *Memoria entregue ao Conde Capo d'Istria*, p. 35.

<sup>353</sup>Ibid., p. 37.

<sup>354</sup>*Convenção adicional ao Tratado de 22 de janeiro de 1815*, assinada no 28 de julho de 1817 em Londres. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

mil Libras Esterlinas (Art. XI) para a restituição da Guiana Francesa, estabelecida pela convenção do 21 de janeiro de 1815.<sup>355</sup>

Por consequência, o Tratado de Comércio e Navegação de 1810 ficava em efeito tanto como o tráfico negreiro ao sul da linha equatorial que garantia a continuidade econômica para o Brasil. Noutro lado do Atlântico, Portugal não voltava a ser a unidade imperial beneficiada como metrópole. Mesmo que em 1818 a tarifa humilhante de 16% para bens importados de Portugal fosse diminuída aos 15% que os britânicos pagavam<sup>356</sup>, considerando a dominância naval e mercantil do *Empire*, não se mudava muito. Pergunta-se, porém, o que teria acontecido com o Brasil, se o Tratado de 1810 tivesse sido abolido com a Lusitânia voltando a ser a única potência realmente beneficiada?

Interessantemente, o Tratado de Comércio e Navegação foi de fato renovado com o Brasil na decorrência de sua *independência*. O Art. XIX até reestabeleceu os 15% às mercadorias britânicas.<sup>357</sup> Segundo SARAIVA, aquela autonomia alfandegária só seria reconquistada em 1844, assim como o Segundo Reinado mostrava uma maior conscientização sobre a perspectiva externa da soberania em comparação com Primeiro Reinado ou a República Velha.<sup>358</sup>

Podemos observar uma continuidade parecida, que veio além de 1822, na questão de como o Brasil *independente* iria lidar com o tráfico negreiro. Como explicou PARRON, a separação do Brasil levava a um “ganho ideológico”, mas por outro lado a uma “perda diplomática”. Assim dizendo que a Grã-Bretanha só iria reconhecer e apoiar a independência se o Estado abolisse o tráfico negreiro. Os negociadores brasileiros, porém, conseguiram desviar bem o foco nesta pressão<sup>359</sup> e assim o número de escravos entrando no Brasil cresceu significativamente na primeira década pós-*independência*.<sup>360</sup> Finalmente abolida pela *Lei Eusébio de Queiroz* em 1850<sup>361</sup>, a estratégia da manutenção do tráfico negreiro parecia em

---

<sup>355</sup> Ibid.

<sup>356</sup> Alvará de 25 de abril de 1818. In: *Collecção das Leis do Brazil de 1818*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 30-35.

<sup>357</sup> *Tratado de Amizade, Navegação, e Commercio*, assinado no Rio de Janeiro, 17.08.1827.

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/1824-1899/cartadelei-39868-17-agosto-1827-570824-publicacaooriginal-93923-pe.html>> [Acesso em: 29.10.2017].

<sup>358</sup> SARAIVA, J. F. S. 'Autonomia na Inserção Internacional do Brasil', p. 21-23.

<sup>359</sup> PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 58-64.

<sup>360</sup> VERSIANI, Flávio Rebelo. 'D. João VI e a (não) Abolição do Tráfico de Escravos para o Brasil.' *Trabalho a ser apresentado na seção "Políticas Joaninas" do IX Congresso da BRASA - BrazilianStudiesAssociation* (New Orleans, 27-29 de março, 2008), p. 19.

<sup>361</sup> *Lei no. 581, 04.09.1850*. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm)> [Acesso em: 29.10.2017].

plena continuidade desde 1810: “concessões graduais, mais formais do que efetivas, por parte dos portugueses, mas sem que houvesse concessão alguma naquilo”.<sup>362</sup>

A cooperação e as negociações com os franceses com relação a Guiana Francesa, por outro lado, era de plena concordância. No dia 7 de novembro de 1817, em Caiena, uma convenção entre o comandante supremo das tropas luso-brasileiras e o comissário da Coroa francesa foi assinada. Esta regulamentava a restituição da colônia à França no dia posterior.<sup>363</sup> A entrega já decidida em Paris pela Grã-Bretanha só reforçava a impressão portuguesa da tutela humilhante exercida pelo antigo aliado e piorava notavelmente as relações bilaterais entre os dois países. Deste modo, as relações luso-britânicas não tinham um bom começo em Viena. A Guiana Francesa ia ficar com a França, mas a diplomacia luso-brasileira em Viena conseguiu uma reformulação dos referidos artigos feitos em Paris. Era de cunho simbólico, mas mesmo assim muito importante para o cintilante mundo diplomático - que, ainda mais naquela época, estava em permanente tensão por afirmar sua própria autonomia decisória.

Assim, a maneira como a Guiana Francesa foi restituída demonstrou um sucesso simbólico pois realizava-se sem a mediação inglesa. Incertezas sobre os limites mais uma vez geraram confusão entre a França e o Brasil durante uma fase expansiva do *Empire Colonial française* no final do século XIX<sup>364</sup>, mas o conflito foi definitivamente resolvido em 1900.<sup>365</sup> O harmônico entendimento com o representante francês, no andamento das negociações em Viena, o famoso Talleyrand, resultava em excelentes relações com o antigo inimigo de guerra. Enquanto isso, as relações com o aliado ainda mais antigo ficaram péssimas.

Essa nova tenacidade revelada no Congresso de Viena não contribuía para melhorar as relações, que já se mostravam tensas desde a Primeira Paz de Paris, com o aliado prepotente nas relações extra-imperiais. Como vimos, especialmente a questão escravocrata era controversamente negociada em Viena, com aquele agressivo “léxico autonomista”<sup>366</sup> que

---

<sup>362</sup>VERSIANI, F. R. ‘D. João VI e a (não) Abolição’, p. 18.

<sup>363</sup>Convention conclue le 7 novembre 1817 entre Mr. le Comte Carra Saint-Cyr, Commissaire de Sa Majesté Très Chrétienne et Mr. Manuel Marques, Brigadier des armées de Sa Majesté Très-Fidèle, pour la rétrocession de la Guyane française. In: BIKER XVI, p. 446-455.

<sup>364</sup>ARAÚJOJORGE, A. G. de. *Rio Branco e as Fronteiras do Brasil. Uma introdução às obras do Rio Branco* (Coleção Brasil 500 Anos). Brasília: Senado Federal, 1999, p. 67.

<sup>365</sup>GOYCOCHÊA, Castilhos. *A Diplomacia de Dom João VI em Caiena*. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1963, p. 222-223.

<sup>366</sup>SARAIVA, J. F. S. ‘Autonomia na Inserção Internacional do Brasil’, p. 12.

considerava a Grã-Bretanha mais como adversário do que como aliado: “que a prepotência da Inglaterra nos pode fazer vítima de qualquer chicana, que convenha ao seu interesse ou satisfaça o seu capricho; porém a prepotência nem é, nem dá direito; à força só força resiste.”<sup>367</sup> Por consequência, a delegação luso-brasileira já antes do Congresso foi instruída a diversificar as alianças no palco exterior, principalmente com o Império russo. Recorrendo à Rússia “cujos bons ofícios, por mais diligências que hajamos feito para os obter, se tem reduzido (e isso mesmo nem sempre) a boas palavras”<sup>368</sup>, também não era uma alternativa como, por último, mostrou-se durante as negociações em Viena. Não havia aparentemente mais tantas opções.

Além dos projetos prussianos de Lobo da Silveira e a aliança posterior com os Habsburgos casando o sucessor ao trono com Leopoldina da Áustria, ainda durante a Segunda Paz de Paris, a França era vista como futuro aliado: “No caso, porém de persistir tranquila a França, façamos por granjear a sua amizade, particularmente efetuando ela alguma aliança com a Rússia, pois auxiliado com tal aliança nada tem Portugal que temer.”<sup>369</sup> Logo, o representante da França foi quem inspirou outro rumo à grandeza pelo *Empire reBuilding*: “Mr. de Talleyrand propôs que S. A. R. erija o Brasil em Reino ficando tendo o seu título o Reino Unido de Portugal e Brasil, e acrescenta que S. A. R. deve continuar aí a sua residência, enviando Seu Filho Primogénito como Vice-Rei a Portugal”.<sup>370</sup> Nesse assunto também, os ministros Plenipotenciários colocaram as autoridades no Rio de Janeiro perante o fato consumado explicando que na ata final de Viena seu soberano foi titulado como “Príncipe Regente dos Reinos de Portugal e do Brasil” e agilizaram executar-lhe a elevação real: “ao mesmo tempo que S. A. R. pode, se o houver por bem, declarar que já foi reconhecido o Reino do Brasil pelas Potencias da Europa.”<sup>371</sup> Enfim, o Brasil foi elevado ao Reino ainda em dezembro de 1815, engrandecendo simbolicamente a parte americana do Império renovado, uma tendência que era ainda reforçada pela coroação do monarca absolutista como rei em 1818 no Rio de Janeiro.<sup>372</sup>

Ironicamente logo o Congresso de Viena, que por muito tempo dominado por uma visão historiográfica mais eurocêntrica, dava em sua época mais consideração para as questões periféricas do Império luso-brasileiro do que para as metropolitanas. A elevação do Brasil ao reino *de jure* equiparava a parte americana com a parte europeia, mas *de fato* a ex-colônia já

---

<sup>367</sup> LOBO DA SILVEIRA, J.: Voto Separado, 12.05.1815. In: BIKER XVIII, p. 453.

<sup>368</sup> Palmela e Saldanha da Gama para Aguiar, 30.05.1815. In: BIKER XVIII, p. 436.

<sup>369</sup> AJ dos Reis para Araújo e Azevedo, 07.10.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002026.

<sup>370</sup> Saldanha da Gama para Araújo e Azevedo, 26.01.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002061.

<sup>371</sup> Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira para Aguiar, 22.06.1815. In: BIKER XVIII, p. 488.

<sup>372</sup> HERMANN, Jacqueline. ‘O rei da América- notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil.’ *Topoi* (v. 8, n. 15, jul-dez 2007, pp. 124-158).

tivera mais importância há um tempo. Entendemos o processo de *Empire reBuilding*, que entrou em prática em 1808, como não interrompido em 1822, assim como o “padrão de continuidade”<sup>373</sup> da autonomia decisória foi pouco afetado pela *independência*. Recorrendo a PAQUETTE, o processo de 1820-1822 “was not associated exclusively with the call for Brazil’s definitive and irrevocable separation from Portugal; often it referred solely to administrative autonomy, a modest form of devolution”.<sup>374</sup>

Seria interessante tentar aplicar gradualmente a teoria de LINZ<sup>375</sup> se o Empire Building (ou *reBuilding*) tivesse atrasado a Nation Building tanto no Brasil quanto em Portugal. Sem dúvidas, porém, o nacionalismo “se desenvolveu sem fanfarras nem arrogância.”<sup>376</sup> O Brasil continuava sendo a parte mais importante de um Império já *desintegrado*, ou seja, de um Reino Desunido. Até a morte de D. Pedro I a separação definitiva do Brasil do Império Português não se tornava irreversível!

Inspirado pelo dito de LAWSON que “researchers should look to history in order to be wrong, to look for interpretations, surprises and contradictions”<sup>377</sup> não chamaremos a agenda diplomática de *brasileira* porque a Política Externa Brasileira do Primeiro Reinado seguiria com considerável continuidade a diplomacia luso-brasileira da Era joanina. Não se pretendia descobrir o que não havia existido, e isso era uma estratégia *meramente brasileira* no Congresso. Percebemos, porém, uma tendência metropolitana-lusitana e uma tendência periférica-brasileira que as vezes eram congruentes, p. ex. na afirmação da imagem externa do Império *per se*, mas por vezes também estas podiam ser contraditórias. Ao nível imperial, o Brasil era, pelo menos inconscientemente, priorizado entre outros sendo a sede da monarquia absolutista - mas como sabemos, a agitação da Europa ia perseguir a inquietação do Brasil logo em 1820.

“P.S. A Europa está muito velha, e não promete muito sossêgo. A America offerece mais vantagens, mais quietação e não se póde trocar nesta epoca huma residencia pela outra; este he o meu modo de pensar”

- António de Saldanha da Gama, 11 de abril de 1815.<sup>378</sup>

---

<sup>373</sup>SARAIVA, J. F. S. ‘Autonomia na Inserção Internacional do Brasil’, p. 10.

<sup>374</sup>PAQUETTE, G. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions*. p. 144.

<sup>375</sup>LINZ, J. J. ‘Early State-building and late Peripheral Nationalism.’

<sup>376</sup>LESSA, C. ‘Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira’, p. 243.

<sup>377</sup>LAWSON, G. ‘The eternal divide? History and International Relations’, p. 221.

<sup>378</sup>Saldanha da Gama para Araújo a Azevedo, 11.04.1815. ADB: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002062.

## ANEXO

### a) Mapa 1 - As Guianas



BEAUCHAMP, Alph de. Nouvelle Carte du Brésil et de l'Amérique Portugaise, 1815. [Recorte com duas referências complementárias] In: Fundação Biblioteca Nacional - Cartografia ARC.009,11,014. <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart164714/cart164714.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164714/cart164714.jpg)> [Acesso em: 30.11.2017]

## b) Mapa 2 - Olivença



ALBERNAZ, Pedro Teixeira: Description del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla que confinan con su frontera, Paris: N. de Fer, 1705-1716. [Recorte com duas referências complementárias] In: Biblioteca Nacional de Portugal - Cartografia cc-902-r. <<http://purl.pt/16992>> [Acesso em: 30.11.2017]

## FONTES

### a) Manuscritos

#### Arquivo Distrital da Braga (ADB) - Universidade do Minho

Família Araújo e Azevedo (FAM) - António de Araújo e Azevedo (AAA)

#### Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) - Lisboa

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1411-1914 (MNE). ASC Arquivo dos Serviços Centrais, 1649-1870 (ASC), Livro Congresso de Viena, 1814-1820 (L). Instruções e Ordens aos plenipotenciários de Portugal (1).

#### Biblioteca Nacional (BN) - Rio de Janeiro

Coleção Linhares. Seção de Manuscritos.

Hemeroteca Digital: Correio Braziliense, ou Armazém Literário (29 eds.), ed. por Hipólito da Costa, Londres, 1808-1822; esp. ed. 15 e 16.

### b) Impressos

BIKER, Júlio Firmino Júdice (Ed.). *Suplemento à Collecção de Tratados Convenções, Contractos e Actos Públicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais Potencias desde 1640* (22 vols.). Lisboa: Imprensa Nacional, 1872-1879; Volumes usados XI-2, XVI, XVII, XVIII, XX.

D'ANDLAU, Béatrix (Org.). *Correspondência de Madame de Staël e Dom Pedro de Souza*. Lisboa: Quetzal, 2010.

LOBO DA SILVEIRA, Joaquim José António. *Skizze von Brasilien*. Stockholm: Johann P. Lindh, 1808.

PALLAIN, M. G. *The Correspondence of Prince Talleyrand and King Louis XVIII. during the Congress of Vienna*. New York: Harper & Brothers, 1881.

REIS, Ambrósio Joaquim dos. *Memória sobre a importância de se estabelecer casas de comércio portuguesas nos países estrangeiros*, 06.08.1808.

SALDANHA DA GAMA, António de: *Memoria Historica e Politica sobre o Commercio da Escravatura entregue no dia 2 de novembro de 1816 ao Conde Capo d'Istria, Ministro do Imperador da Rússia por Antonio de Saldanha da Gama*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880.

SALDANHA DA GAMA, António de. *Memoria sobre as Colonias de Portugal, situadas na Costa Occidental d'Africa, mandada ao governo pelo antigo governador e capitão general do Reino de Angola, Antonio de Saldanha da Gama, em 1814*. Belém: Typographia da Casa Pia, 1839.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez* (17 vols). Lisboa: Imprensa Nacional, 1858

SOUSA COUTINO, Domingos António de. *Introducção as Notas Supprimidas em 1821. Ou Raciocinio sobre o Estado presente e futuro da Monarquia Portugueza*. London: TC Hansard, 1823.

WEBSTER, Charles K. *British Diplomacy, 1813-1815. Select Documents dealing with the Reconstruction of Europe*. London: G. Bell and Sons 1921.

### c) Textos jurídicos

*Acte final du Congrès de Vienne.* <[http://www.histoire-empire.org/articles/congres\\_de\\_vienne/acte\\_du\\_congres\\_de\\_vienne\\_09.htm](http://www.histoire-empire.org/articles/congres_de_vienne/acte_du_congres_de_vienne_09.htm)> [Acesso em: 10.10.2017].

*Collecção das Leis do Brazil de 1818.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

*Convenção adicional ao Tratado de 22 de janeiro de 1815,* assinada no 28 de julho de 1817 em Londres. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

D'ANGEBERG, Comte (Org.). *Le Congrès de Vienne et les Traités de 1815. Précédé et suivi des Actes diplomatiques qui s'y rattachent* (2 vols.). Paris: Amyot 1863.

*Lei no. 581, 04.09.1850.* <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm)> [Acesso em: 29.10.2017].

'State Papers. Convention with France.' *The European Magazine, and London Review.* Philological Society (v. 69, jan-jun 1816, pp. 159-162).

*Tratado da abolição do Trafico de Escravos Norte do Equador,* assinado no 22 de janeiro de 1815, em Viena. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.

*Tratado de Amizade, e Alliança,* assinado no dia 19 de fevereiro de 1810 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.

*Tratado de Amizade, Navegação, e Commercio,* assinado no Rio de Janeiro, 17.08.1827. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/1824-1899/cartadelei-39868-17-agosto-1827-570824-publicacaooriginal-93923-pe.html>> [Acesso em: 29.10.2017].

*Tratado de Commercio, e Navegação,* assinado no dia 19 de fevereiro de 1810 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.

VAST, Henri (Ed.). *Les grands traités du règne de Louis XIV* (3 vols.). Paris: A. Picard, 1899.

## BIBLIOGRAFIA

ADHILAC (Org.). 'The Congress of Vienna and its Global Dimension. Book of Abstracts.' *International Bicentenary Conference. 11<sup>th</sup> international ADHILAC meeting*, University of Vienna: 18-22 September 2014.

ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil.* Los Angeles: University of California Press, 1973.

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império- Questão nacional e Questão colonial na Crise do Antigo Regime português.* Lisboa: Edições Afrontamento, 1993.

ARAÚJO JORGE, A. G. de. *Rio Branco e as Fronteiras do Brasil. Uma introdução às obras do Rio Branco* (Coleção Brasil 500 Anos), Brasília: Senado Federal, 1999.

ARRUDA, José Jobson de Andrade: 'Decadência ou Crise do Império luso-brasileiro- o novo Padrão de Colonização do Século XVIII.' *Revista USP* (n. 46, jun-ago 2000, pp. 66-78).

- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BASTOS E MONTEIRO DE CARVALHO, Debora Cristina Alexandre. 'D. Domingos António de Sousa Coutinho- O "espírito singular" anglófilo de um diplomata português.' IV Congresso Internacional de História, Maringá-PR, 09-11 de setembro de 2009.
- Idem. D. Domingos António de Sousa Coutinho- um diplomata português na Corte de Londres (1807-1810). Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado | UFJF, 2012.
- BESSELAAR, José van den. *O Sebastianismo. História sumária* (Biblioteca breve - v. 110). Lisboa: Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio, 1987.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Memórias do Duque de Palmela*. Lisboa: Dom Quixote, 2011
- Idem. O primeiro Duque de Palmela. Político e Diplomata. Lisboa: Dom Quixote, 2015.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro de. 'A Política colonial lusa na Administração de D. Fernando José de Portugal, 1801-1806.' *Revista Ultramares, Artigos* (n. 6, v. 1, ago-dez 2014, pp. 173-190).
- CARVALHO VIOTTI, Ana Carolina de. 'As proposições de Antonio de Saldanha da Gama para a melhoria do tráfico de escravos, "por questões humanitárias e econômicas", Rio de Janeiro, 1810.' *História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro* (v. 23, n. 4, out.-dez. 2016, pp.1169-1189).
- CORREIA, Maldonado. 'O Congresso de Viena - Fórum da Diplomacia Conservadora no Refazer da Carta europeia.' *Nação e Defesa* (ano XIX, n. 69, jan-mar 1994, pp. 37-66).
- DIAS, Tânia. 'A escrita diária de uma "viagem de instrução".' *Escritos [Rio de Janeiro]* (n. 1, 2007, pp. 17-42).
- GARCIA, Elisa Frühauf. 'A derradeira expansão da fronteira- a "conquista" definitiva dos Sete Povos das Missões, 1801'. <[http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/elisa\\_fruhauf\\_garcia.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/elisa_fruhauf_garcia.pdf)> [Acesso em: 10.10.2017].
- GOMES, Laurentino. *1808. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2007.
- GOYCOCHÊA, Castilhos. *A Diplomacia de Dom João VI em Caiena*. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1963.
- HERMANN, Jacqueline. 'O rei da América- notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil.' *Topoi* (v. 8, n 15, jul-dez 2007, pp. 124-158).
- EISENSTADT, S. N./ ROKKAN, Stein (Org.). *Building States and Nations*, v. II, Beverly Hills: Sage, 1973.
- FÁVARO, Maria de Lourdes de Albuquerque. 'A Universidade no Brasil - das origens à Reforma Universitária de 1986.' *Educar* (v. 28, 2006, pp. 17-36).
- JARRETT, Mark. *The Congress of Vienna and its Legacy. War and Great Power Diplomacy after Napoleon*. London/New York: I. B. Tauris, 2013.
- KAIFALA, Joseph. *Free Slaves, Freetown, and the Sierra Leonan Civil War* (African Histories and Modernities). New York: Palgrave Macmillan, 2017.

KANTOR, Iris. 'Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822)'. *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades* (a. 12, n. 24, jul-dez 2010, pp. 110-123).

KING, David. *Vienna, 1814. How the Conquerors of Napoleon made Love, War, and Peace at the Congress of Vienna*. New York: Harmony Books, 2008.

KNESCHKE, Ernst Heinrich (Org.). *Neues allgemeines Deutsches Adels-Lexikon* (10 vols.). Leipzig: Friedrich Voigt's Buchhandlung, 1865.

KOSSOK, Reinhard. *Im Schatten der Heiligen Allianz. Deutschland und Lateinamerika, 1815-1830. Zur Politik der deutschen Staaten gegenüber der Unabhängigkeitsbewegung Mittel- und Südamerikas*. Berlin: Akademie-Verlag, 1964.

KRAHNKE, Holger. *Die Mitglieder der Akademie der Wissenschaften zu Göttingen 1751-2001*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2001.

LAWSON, George. 'The eternal divide? History and International Relations.' *EJIR* (v. 18, n. 2, 2010, pp. 203-226).

LESSA, Carlos: 'Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira.' *Estudos Avançados* (v. 22, n. 62, 2008, pp. 237-256).

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brazil, 1808-1821* (2 vols.). Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1908.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do poderoso Império. Portugal e Brasil- Bastidores da Política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MACEDO, Roberto. *Brasil sede da Monarquia, Brasil Reino* (História Administrativa do Brasil, v. 7, pt. 1). Brasília: Editora UnB, 2003 [1983].

MANTECÓN, Elena García. 'El Marqués del Labrador- un desconocido diplomático y político extremeño.' *Revista de Estudios Extremeños* (v. LXIX, n. 1, 2013, pp. 249-266).

MAINKA, Peter Johann. Resenha de: 'Gabriel Paquette- Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions.' *shepunkte* (16, n. 5, 15.05.2016).

MARTINEZ, Jenny S. *The slave trade and the origins of international human rights law*. New York: Oxford University Press, 2012.

MARTINS, Ana Canas Delgado. 'Administração Joanina. O Rei a governar do Rio de Janeiro.' *Acervo, Rio de Janeiro* (v. 25, n. 1, jan-jun 2012, pp. 103-116).

MARTINS, Ismênia/MOTTA, Márcia (Org.). *1808 - A Corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011 [Reimpressão].

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmera. Manuel Ferreira da Câmera Bittencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes (1764-1835)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo/CARDIM, Pedro. 'La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias.' *Cuadernos de Historia Moderna* (2005, v. 30, pp. 7-40).

- MUNARO, Luís Francisco. *O Jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822)*. Niterói: Tese de doutorado|UFF, 2013.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 'Portugal durante a Ausência do Rei.' *Revista USP* (n. 79, set-nov 2008, pp. 10-21).
- Idem./MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo<sup>5</sup>: Hucitec, 1989.
- PAQUETTE, Gabriel. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions. The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PEDREIRA, Jorge/DORES COSTA, Fernando. *D. João VI, um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PETERSON, Genevieve. 'Political Inequality at the Congress of Vienna.' *Political Science Quarterly* (v. 60, n. 4, dez 1945, pp. 532-554).
- POMBO, Nívia. *O Palácio de Queluz e o Mundo ultramarino- Circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803)*. Niterói: Tese de doutorado | UFF, 2013.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas - monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2009.
- RAMOS, Rui (Cd.)/VASCONCELOS E SOUSA, Bernard/MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- RODRIGUES, Abel. 'O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808). Análise da produção informacional.' *Revista da Faculdade de Letras/Porto - História* (ser. III, v. 10, 2009, pp. 71-90).
- Ibid./MUNHOZ, Renata. 'Brasil e Portugal no Antigo Regime: a correspondência pessoal como veículo da cultura iluminista (1808-1817) - uma abordagem a partir do arquivo particular do Conde da Barca'. *LaborHistórico, Rio de Janeiro* (v. 2, n. 1, jan-jun 2016, pp. 91-104).
- SARAIVA, José Flávio Sombra: 'Autonomia na Inserção Internacional do Brasil- Um Caminho Histórico Próprio.' *Contexto Internacional, Rio de Janeiro* (v. 36, n. 1, jan-jun 2014, pp. 9-41).
- SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical. Império, Monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação. Intelectuais ilustrados e Estadistas luso-brasileiros no Crise do Antigo Regime português, 1750-1822*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.
- SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'état. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812* (2 vols.). Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.
- SILVA, Wélington. 'A Expansão da Monarquia e as Políticas Imperiais Luso-Brasileiras nas Memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis.' *Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz*

de Fora - 'Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.', 14 a 18 de maio de 2012, pp. 78-85

SLUGA, Glenda. 'Madame de Staël and the Transformation of European Politics, 1812–17'. *The International History Review* (v. 37, n. 1, 2015, pp. 142-166).

SOUSA, Fernando de. *A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1978)*, p. 9-11. <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20325/2/revpopsoc102003fsousa000085078.pdf>> [Acesso em: 10.10.2017].

VAINFAS, Ronaldo/NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Org.): *Dicionário do Brasil joanino, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VALIM, Patrícia. 'Presteza no Real Serviço: d. Fernando José de Portugal e Castro e a administração da Capitania da Bahia no final do século XVIII.' *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

VAZ DE CARVALHO, Maria Amalia. *Vida do Duque de Palmella, D. Pedro de Souza Holstein* (2 vols.). Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

VERSIANI, Flávio Rebelo. 'D. João VI e a (não) Abolição do Tráfico de Escravos para o Brasil.' *Trabalho a ser apresentado na seção "Políticas Joaninas" do IX Congresso da BRASA - Brazilian Studies Association* (New Orleans, 27-29 de março, 2008).

VICK, Brian E. *The Congress of Vienna. Power and Politics after Napoleon*. Cambridge-MA/London: Harvard University Press, 2014.

WEBSTER, Charles K. *The Congress of Vienna, 1814-1815*. London et al.: Humphrey Milford/Oxford University Press, 1918.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (Org.). *Nobreza de Portugal. Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Genealogia, Heráldica, História, Nobiliárquica, Numismática* (3 vols.), Lisboa: Enciclopédia 1960.

## Páginas Web

Arquivo Distrital de Braga (ADB). *Pesquisa de Documentos*. <<http://pesquisa.adb.uminho.pt>> [Acesso em: 28.10.2017].

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT): Condes de Linhares, catálogo. ID L 714. Lisboa, 2014, p. 3. <<http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2014/12/catalogo-Condes-Linhares-final.pdf>> [Acesso em: 22.09.2017].

Biblioteca Nacional (BN). *Hemeroteca Digital*. <<http://hemerotecadigital.bn.gov.br>> [Acesso em: 28.10.2017].

Biblioteca Nacional (BN). *Rede Memória*. <<http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/123456789/1>> [Acesso em: 28.10.2017].

Stadtarchiv Göttingen. *Ehrenbürger/innen der Stadt Göttingen*. <<http://www.stadtarchiv.goettingen.de/texte/ehrenbuenger.htm>> [Acesso em: 17.09.2017].